

2º Ciclo

Arqueologia

Os castelos no *Baio-Ferrado* (séc. X-XII).  
Contributo para o estudo dos sistemas defensivos  
na orla litoral a Sul do Douro

Tiago João Alves Carmo

**M**

2016



**Tiago João Alves Carmo**

**Os castelos no *Baio-Ferrado* (séc. X-XII) - Contributo para o estudo dos sistemas defensivos na Orla Litoral a Sul do Douro**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pelo  
Professor Doutor Mário Jorge Barroca

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016



Os Castelos no *Baio-Ferrado* (séc.X-XII). Contributo para  
o estudo dos sistemas defensivos na orla litoral a Sul do  
Douro

Tiago João Alves Carmo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia orientada pelo  
Professor Doutor Mário Jorge Barroca

Membros do Júri

Professor Doutor Teresa Soeiro  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Andreia Arezes  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Mário Jorge Barroca  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

*Vive para sempre o Homem de Saber  
Ainda quando, após a morte,  
Na terra, em pó seu corpo se volver.  
O néscio, esse, é sempre um morto  
Que mesmo se segue caminhando  
Muito embora aparentando vida  
Não passa de corpo vegetando*

*- Ibn As-Sîd (1052-1127)*

# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	8
<b>Resumo</b> .....	9
<b>Abstract</b> .....	10
<b>Índice de Ilustrações</b> .....	11
<b>Índice de Tabelas</b> .....	12
<b>Lista de abreviaturas e siglas</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	14
Metodologia e Lacunas .....	15
Enquadramento Temático .....	19
Enquadramento Cronológico .....	21
Enquadramento Geográfico .....	23
<b>A Documentação</b> .....	30
O Encastelamento e as fontes documentais .....	31
Os Castelos de D. Châmoa e de D. Mumadona .....	31
Uma Mudança Documental .....	32
Uma questão meramente topográfica? .....	35
As <i>Terras</i> e os documentos .....	38
Proveniência da Documentação .....	41
O Cartulário Baio Ferrado do Mosteiro de Grijó .....	41
Cronologia da Documentação .....	43
<b>Os dados</b> .....	47
<i>Civitas Santa Maria</i> .....	51
<i>Castro Pedroso</i> .....	58
<i>Monte Saitela</i> .....	69
<i>Monte Auturelo</i> .....	74
<i>Monte Grande</i> .....	80
<i>Monte Seixo Alvo</i> .....	87
<i>Monte Codal</i> .....	92
<i>Castro Recarei</i> .....	96
<i>Monte Parata Lovaz</i> .....	101
<i>Monte Serpente</i> .....	104
<i>Monte Souto Redondo</i> .....	107
<i>Monte Redondo</i> .....	108
<i>Monte Quoto</i> .....	109

<i>Castro Aquilino</i> .....	110
<i>Monte da Pena</i> .....	111
<i>Mons Petrosino</i> .....	112
<i>Monte Pascales</i> .....	113
<i>Monte Longara</i> .....	114
<i>Monte Cortellos</i> .....	115
<i>Monte Carboneiro</i> .....	116
<i>Monte Alto</i> .....	117
<i>Mons Acutus</i> .....	118
<b>Considerações finais</b> .....	119
<b>Fontes, Cartografia e Bibliografia</b> .....	124

## **Agradecimentos**

Reservo aqui umas linhas para deixar um eterno agradecimento às pessoas mais significativas que passaram pela minha vida, contribuindo assim para a realização deste trabalho.

Primeiramente, ao meu orientador, Professor Doutor Mário Jorge Barroca, que sempre cultivou uma boa relação entre professor-aluno, pela confiança, exigência e motivação durante estes dois anos.

Em segundo lugar, aos meus amigos André, Gil e João, pela longa caminhada que percorremos juntos, pelo ânimo e por todas as ajudas. Por me mostrarem, nestes cinco anos, que a aprendizagem não está apenas nos livros, mas também no companheirismo e na amizade.

À Sara, cuja força, confiança, apoio e amor incondicional fez com que este trabalho fosse possível.

À Né e à Tina, por me incentivarem desde pequeno nos estudos e por terem contribuído para aquilo que sou hoje.

Em memória da Tina, minha Avó, que estaria, seguramente, muito orgulhosa de mim.

Ao meu irmão, o meu melhor amigo, por me apoiar em tudo, por sempre me ter protegido e por conseguir afugentar e minimizar todos os meus problemas.

Por último, mas mais importante, ao meu Pai e à minha Mãe. Por me apoiarem sempre nas alturas mais difíceis, por se esforçarem por mim e por me ensinarem que na vida nunca estarei sozinho. O meu maior obrigado pertence-vos.



## Resumo

O estudo aqui apresentado, dissertação elaborada no âmbito do curso de Mestrado em Arqueologia, pretende ser uma contribuição para o estudo do Encastelamento na orla litoral a Sul do Douro, com base na análise do Cartulário *Baio-Ferrado* do Mosteiro de Grijó. O *corpus* documental que serviu de base ao nosso estudo ajudou, por um lado, a definir o âmbito geográfico e cronológico da nossa investigação, mas, simultaneamente, condicionou a resposta a muitas questões que este tema nos coloca, para as quais nem sempre conseguimos obter resposta.

Após a organização administrativa e militar levada a cabo por Afonso III das Astúrias (r. 866-910), o nosso território ficou militarmente organizado em *civitates*, que funcionam como autênticos “distritos militares”. Estes distritos eram apoiados por estruturas defensivas disseminadas na paisagem, que vulgarmente conhecemos como os primeiros castelos, e que são erguidos, geralmente, no alto dos montes com o intuito de defender populações e consolidar o povoamento num período social e militar agitado, que usualmente designamos como “Reconquista”.

Este mesmo estudo, essencialmente documental, parte - assim como todos os estudos referentes a esta temática - das investigações levadas a cabo por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pioneiro nos estudos da Castelologia Medieval Portuguesa, e por Mário Barroca, cujas referências e contributos estarão incontornavelmente presentes ao longo deste trabalho.

**Palavras-Chave:** Encastelamento; *Baio-Ferrado*; Castelologia; Sistemas defensivos medievais; Povoamento.

## Abstract

The work that is here presented for a Master Degree in Archaeology aims to give a small contribution to the study of the *Incastellamento* in the Coast area in South of Rio Douro, sustained in the study of the cartulary *Baio-Ferrado* of Grijó Monastery.

After the organization of the territory by the hand of Afonso III of Asturias (reign. 866-910), our territory is organized militarily in *civitas*, that function just like military districts. These areas are supported by defensive structures that are spread in the landscape and they correspond to what we call “the first castles”. These are erected on the top of the hills and have the purpose to defend and keep the villages and the population in an agitated chronology that is known in historiography as Reconquista.

This study, essentially documental, is inspired by the investigations of Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pioneer in the studies of Medieval Castles in Portugal and by the investigations of Mário Barroca, whose references will be unavoidably used throughout this work.

**Keywords:** *Incastellamento*; *Baio-Ferrado*; Castles; Settlement; Medieval Defensive Systems

## Índice de Ilustrações

Figura 1 - Comparação da quantidade de docs. no BF com a inclusão das restantes fontes.....	44
Figura 2 - Gráfico da distribuição documental com referências a estruturas defensivas em quartos de século. ....	45
Figura 3 - Distribuição espacial das estruturas no espaço da Civitas Santa Maria e visibilidade (a verde) a partir da mesma. ....	56
Figura 4 - Modelo Digital de Terreno do concelho de Santa Maria da Feira com as implantações das estruturas.....	57
Figura 5 - Topónimos associados ao Castro Petroso.....	61
Figura 6 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Petroso.....	62
Figura 7 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Petroso para outras estruturas .....	63
Figura 8 - Modelo Digital de Terreno do concelho de V.N. Gaia e implantações das estruturas	64
Figura 9 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Castro Petroso.....	65
Figura 10 - Topónimos associados ao Monte Saitela.....	70
Figura 11 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Saitela.....	71
Figura 12 - Topónimos associados ao Monte Auturelo .....	75
Figura 13 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Auturelo .....	76
Figura 14 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Auturelo .....	77
Figura 15 - Topónimos associados ao Monte Grande.....	81
Figura 16 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Grande – Vista Norte .....	82
Figura 17 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Grande - Vista Sul.....	83
Figura 18 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Grande e da estrutura vizinha Monte Serpente.....	84
Figura 19 - Topónimos associados ao Monte Seixo Alvo.....	88
Figura 20 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Seixo Alvo .....	89
Figura 21 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Seixo Alvo.....	90
Figura 22 - Topónimos associados ao Monte Codal .....	93
Figura 23 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Codal .....	94
Figura 24 - Topónimos associados ao Castro Recarei .....	97
Figura 25 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Recarei .....	98
Figura 26 - Topónimos associados ao Monte Parata Lovaz.....	102
Figura 27 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Parada Lovaz.....	103
Figura 28 - Topónimos associados ao Monte Serpente.....	105
Figura 29 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Serpente.....	106

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Nº de documentos pertinentes para o estudo em cada uma das fontes.....	41
Tabela 2 - Distribuição cronológica dos documentos presentes no Baio Ferrado .....	43
Tabela 3 - Distribuição cronológica dos documentos presentes com o somatório de todas as fontes.....	43
Tabela 4 - Potenciais estruturas identificadas na documentação.....	48
Tabela 5 - Montes que tiveram ocupação castreja .....	49
Tabela 6 - Estruturas referidas documentalmente, contidas no espaço da Civitas de Santa Maria .....	55
Tabela 7 - Topónimos associados ao Castro Petroso .....	67
Tabela 8 - Topónimos associados ao Monte Saitela .....	72
Tabela 9 - Topónimos associados ao Monte Auturelo .....	78
Tabela 10 - Topónimos associados ao Monte Grande .....	85
Tabela 11 - Topónimos associados ao Monte Seixo Alvo .....	91
Tabela 12 - Topónimos associados ao Monte Codal.....	95
Tabela 13 - Topónimos associados ao Castro Recarei .....	99
Tabela 14 - Topónimos associados ao Monte Parata Lovaz .....	103
Tabela 15 - Topónimos associados ao Monte Serpente .....	106
Tabela 16 - Topónimos associados ao Monte Souto Redondo.....	107
Tabela 17 - Topónimo associado ao Monte Redondo.....	108
Tabela 18 - Topónimo associado ao Monte Quoto .....	109
Tabela 19 - Topónimos associados ao Castro Aquilino.....	110
Tabela 20 - Topónimos associados ao Monte da Pena.....	111
Tabela 21 - Topónimo associado ao Mons Petrosino.....	112
Tabela 22 - Topónimo associado ao Monte Pascales.....	113
Tabela 23 - Topónimo associado ao Monte Longara .....	114
Tabela 24 - Topónimo associado ao Monte Cortellos.....	115
Tabela 25 - Topónimo associado ao Monte Carboneiro .....	116
Tabela 26 - Topónimo associado ao Monte Alto .....	117
Tabela 27 - Topónimo associado ao Monte Acutus .....	118

## **Lista de abreviaturas e siglas**

**BF** – *Cartulário Baio-Ferrado*

**PMH, DC** – *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomatae et Chartae*

**DMP, DP** – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*

**DMP, DR** – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*

**LP** – *Livro Preto da Sé de Coimbra*

## **Introdução**

O trabalho que apresentamos como Dissertação de Mestrado em Arqueologia à Faculdade de Letras da Universidade do Porto aborda a organização militar medieval da orla costeira a sul do rio Douro com base no estudo do *Baio-Ferrado* do Mosteiro de Grijó, um cartulário onde se transcreveram pouco mais de três centenas de documentos dos séculos X a XIII, publicado por Robert Durand (Durand, 1971).

Para a realização da nossa investigação começamos por proceder à leitura e análise do *Cartulário Baio-Ferrado*, do qual retiramos todos os documentos de relevância para o nosso estudo, criando para uma base de dados digital realizada em *FileMaker*. A recolha desses mesmos documentos deu-se pela busca de expressões que são genericamente procuradas nesta temática do Encastelamento: *subtus mons*; *subtus alpe*; *subtus castro*; *subtus civitas*, entre outros que se poderão constatar ao longo deste trabalho. Desta busca resultou a seleção de 178 documentos, dentro dos 304 que compõem a totalidade do *Baio-Ferrado*, e a identificação de 23 estruturas defensivas que, do ponto de vista geográfico, se distribuem por parte do território correspondente à Terra de Santa Maria, a sul do Douro. Após a análise e identificação dos potenciais montes fortificados presentes no *Baio-Ferrado* partimos para uma recolha documental mais alargada, para não ficarmos confinados apenas aos documentos presentes nesse Cartulário, evitando assim perder informações preciosas, que nos permitiriam ter um cenário mais completo da realidade do Encastelamento nesta área geográfica. Essa recolha documental foi feita com base na pesquisa dos documentos que dizem respeito a esta zona e a este período cronológico nos volumes dos *Documentos Régios* (DMP, DR) e dos *Documentos Particulares* (DMP, DP) dos *Documentos Medievais Portugueses*, no *Livro Preto* da Sé de Coimbra (LP) e assim como nos quatro fascículos dos *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH, DC). A pesquisa realizada permitiu recolher mais 103 documentos de interesse para o nosso estudo, que foram igualmente incluídos na nossa base de dados digital. No final do processo de levantamento documental, esta totalizava 281 diplomas.

Após a inserção dos documentos na base de dados, procedemos à exaustiva análise toponímica presente nos mesmos através da leitura das Cartas Militares, através de pesquisa em Cartografia e mapas digitais e de bibliografia relativa a esta temática. Alguns elementos toponímicos estavam também discriminados no *Baio-Ferrado*, resultado de

um levantamento realizado por Robert Durand em 1971. No entanto, detetamos alguns lapsos relativamente a alguns topónimos e respetivas localizações atuais que foram corrigidos e atualizados neste trabalho. Outros topónimos, cuja identificação não se encontra estabelecida em nenhum elemento bibliográfico, foram localizados através da valorização dos pontos de referência geográficos e até mesmo fronteiriços, o que possibilitou localizações aproximadas.

Para cartografar as estruturas e as localidades a elas associadas utilizou-se o *software Google Earth Pro*, onde para além da inserção dos elementos fortificados e dos lugares e *villae*, se inseriram as principais vias romanas, que terão tido uma enorme importância na fixação das estruturas defensivas e na ocupação do território. Realizaram-se igualmente enquadramentos visuais a partir das estruturas defensivas com o objetivo de ver até que ponto estas teriam visibilidade para as póvoas a elas associadas. A acompanhar os mapas inserimos tabelas com os topónimos associados a cada estrutura, nas quais constam as referências documentais mais antigas relativas a cada topónimo. O plano inicial passava pela realização de mapas a partir do programa *Arcmap*. No entanto, devido a diversos obstáculos - como a não cedência de ficheiros vetoriais por parte de alguns municípios, ou pelo facto de alguns ficheiros não terem compatibilidade com o *software* – acabamos por ter de optar pela utilização do *Google Earth Pro*<sup>1</sup>. A sua consulta é também importante, uma vez que estes mapas oferecem uma leitura topográfica mais clara.

Para a compreensão e o enquadramento do tema socorremo-nos das obras pioneiras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nomeadamente da sua Dissertação Complementar de Doutoramento *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho – Desde as origens a 1220* (Porto, 1978), e de outros artigos referentes a este fenómeno (Almeida, 1989 e 1992); das investigações levadas a cabo por Mário Barroca, especialmente no território a Norte do Douro, como é o caso de estudos como *Prope Litore Maris: O Sistema Defensivo da Orla Litoral da Diocese do Porto (Séc. IX a XII)* (Barroca, no prelo, 2016); ou outros como: *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)* (1990-91); *Uma Paisagem com Castelos* (2003); *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)* (2004), entre outros que também se revelaram importantes para a construção deste trabalho. Apoiamo-nos igualmente em

---

<sup>1</sup> Ao visualizar os mapas elaborados no *Google Earth*, colocar visualização a 125% para maior nitidez.



outras dissertações de Mestrado defendidas nesta mesma faculdade como é o caso da de António Lima, de 1993, referente aos *Castelos Medievais no Curso Terminal do Douro (Séc. IX a XII)*. Para uma compreensão do fenómeno do encastelamento aqui estudado também nos apoiamos em obras pioneiras como o clássico estudo de Pierre Toubert, *Les structures du Latium medieval. Le Latium meridional et la Sabine du IX<sup>e</sup> siècle à la fin du XII<sup>e</sup> siècle* (Toubert, 1973) que, apesar da área geográfica estudada – a região do Lácio, em Itália – e dos seus recursos documentais serem praticamente antagónicos à nossa área, revelou-se fundamental para o domínio de conceitos relacionados com o tema. Além desta, as atas do «*L'incastellamento*» *Actes des Rencontres de Gérone (26-27 novembre 1992) et de Rome (5-7 mai 1994)* (Toubert et al., 1998) também contribuíram para a compreensão deste fenómeno noutras áreas geográficas, nomeadamente de Itália e da Galiza. Para as áreas geográficas estudadas recorremos a monografias municipais e paroquiais, especialmente de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira, onde a incidência geográfica do trabalho é notoriamente elevada. Para a área concelhia de Gaia utilizamos as monografias e as *Memórias Paroquiais*, publicadas por Francisco Barbosa da Costa, e ainda as obras de Gonçalves Guimarães (1983, 1995) que se revelaram uma mais-valia para o conhecimento da região de Vila Nova de Gaia; para a área de Santa Maria da Feira recorremos a obras de José Mattoso como *O castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII* (Mattoso et al., 1989), *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos* (Mattoso et al., 1993). Para o entendimento da área geográfica da Terra de Santa Maria e sua evolução socorremo-nos da obra *A Terra de Santa Maria na Idade Média: limites geográficos e identidade peculiar* (Mattoso, 1993). Citámos aqui apenas parte da bibliografia utilizada, mas que foi a de maior relevância e cujos contributos são essenciais e imprescindíveis para a nossa temática.

Contudo, este tema revela-nos algumas barreiras e lacunas a diversos níveis. Primeiramente e citando Carlos Alberto Ferreira de Almeida acerca do estudo do encastelamento: «... acrescente-se ainda que a nossa falta de informação para épocas anteriores aos começos do século XI e o laconismo e teor semelhante da nossa documentação nos impedirá sempre de ter um perfeito conhecimento desta evolução» (Almeida, 1978, pp. 24-25). Nesta perspetiva, podemos verificar que em relação à evolução deste fenómeno a nossa documentação é relativamente reduzida. Se tivermos em conta a área geográfica que estudamos e a sua cronologia, podemos até considerar que a bibliografia é relativamente escassa, uma vez que os grandes focos de estudo da nossa

área geográfica se centram muitas vezes no século XIII e seguintes, e nós, neste trabalho, focamo-nos entre os séculos X e XII. De salientar os trabalhos notórios e incansáveis por parte de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de Mário Barroca que são, sem alguma dúvida, as bases do estudo da castelologia em Portugal.

Depois, temos de ter em conta que falamos aqui dos chamados “primeiros castelos” que possuíam uma arquitetura muito incipiente, sustentada sobretudo em materiais perecíveis (como a madeira), da qual não possuímos hoje informação arqueológica. Mesmo a nível documental, por serem escassos os diplomas, torna-se por vezes difícil distinguir quando uma referência *subtus mons* se refere efetivamente a uma estrutura fortificada no alto de um monte, ou quando poderá estar a referir-se a um simples elemento topográfico destacado na paisagem. Em termos comparativos, os grandes estudos da temática centram-se em Itália onde o contexto é muito distinto do nosso, quer a nível documental, quer também a nível histórico, social e económico, o que torna sempre qualquer comparação passível de ser falaciosa. Mas este assunto aprofundaremos mais à frente.

Outra lacuna recorrente neste tipo de trabalhos é o carácter fugaz de alguma toponímia que nos aparece mencionada na documentação medieval e que, por vezes, se perdeu completamente até aos nossos dias, dificultando assim a perceção da organização do espaço. Temos como exemplo, entre muitos outros, o caso da *villa Ladrones* (DMP, DP 284, de 1122), que, provavelmente por possuir um topónimo com conotação pejorativa, terá mudado para um outro que hoje não conseguimos identificar. Um outro problema relativamente à toponímia é que esta se desloca com o tempo. Desloca-se, dilata-se, aglomera-se, confina-se, enfim, transforma-se, dificultando assim a localização exata das póvoas.

No entanto, e mesmo com alguns obstáculos «...o estudo do *incastellamento* tem de ser tentado, por mais lacunas e dificuldades que apresente, porque é na medida em que uma região e seus próceres se apoiam no poder dos castelos e sua organização defensiva que poderão afirmar uma maior autonomia, proteger e ampliar o povoamento e as atividades económicas...» e igualmente porque «... o seu estudo é também essencial para a compreensão das origens de Portugal.» (Almeida, 1978, p. 25).

O tema que aqui apresentamos, e que iremos expor, focar-se-á no Encastelamento - isto é - no fenómeno tão típico da Idade Média que consistiu na criação de «estruturas erguidas no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, no qual podia funcionar uma pequena guarnição militar e onde as populações se podiam recolher em caso de ameaça» (Barroca, 2003, p. 175) e que foram disseminadas pela paisagem numa época de insegurança e medo, alguns dos fatores que levaram à eclosão deste fenómeno.

Uma das problemáticas históricas colocadas no período pós-romano «...é, ou foram, as formas de ocupação do território, o seu controlo e exploração, as formas da sua organização social que resultaram ou se transformaram depois da desintegração do Estado Romano.» (Arce, 1998, p. 1). Militarmente, o período romano é dominado pelos acampamentos militares, cuja premissa é a de um exército profissional e permanente. Este tipo de exército continua a ser utilizado no mundo bizantino, com uma outra escala, e é ainda usado no mundo hispano-visigodo. Mas cai em completo desuso após a queda da monarquia visigótica. Por sua vez, a Idade Média conheceu uma paisagem fortemente caracterizada por um povoamento disperso, espalhado por vales agrícolas, que se tornam impossíveis de amuralhar, vendo-se assim a sociedade obrigada a criar uma nova forma de defesa: o castelo (Barroca, 2003, p. 175). Os castelos surgem para responder a duas questões vitais. A primeira diz respeito às incursões muçulmanas e às incursões vikings, que pilhavam com alguma regularidade a costa ocidental da Península até os meados do século XI, espalhando um clima de insegurança e de medo entre as populações residentes no território. É neste contexto que verificamos a união de populações de várias póvoas com o objetivo de erguerem um modesto reduto defensivo através do qual se defendiam e exerciam vigilância, tudo em esforço comunitário. A segunda é relativa ao controlo e organização do espaço e das próprias populações, por outras palavras, o exercício do poder (Barroca, 2003, p. 177). Já em 1978 Carlos Alberto Ferreira de Almeida chamara a atenção para o facto de os castelos situados no Entre-Douro-e-Minho «mais que para iniciar o povoamento, acontecem para o ampliar, defender e organizar» (Almeida, 1978, p. 47).

Acrescentemos que, em 1973, Pierre Toubert, com o seu célebre trabalho *Les Structures du Latium Médiévale*, sobre a região do Lácio, em Itália, lança para a temática uma outra motivação para a densidade de castelos que até então não tinha sido colocada por outros autores como Fasoli ou Bognetti: as motivações de ordem económica. No Lácio, as cercas defensivas construíam-se por iniciativa dos senhores feudais com o primordial objetivo de controlarem as populações e as suas atividades económicas (Toubert, 1973). De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no nosso território, os castelos dos séculos X e XI teriam igualmente motivações económicas. É sempre falacioso tentar justificar-se um fenómeno através de apenas uma motivação. Neste caso, é de supor que o encastelamento seja um fenómeno complexo, cuja eclosão se deu por variadas motivações: políticas, militares, psicológicas, económicas e sociais, com uma hierarquização entre estas motivações que pode variar de região para região (Almeida, 1989, p. 44).

A importância do estudo deste tema consiste, sobretudo, no facto de ele se inserir num período e num espaço geográfico fulcral para o entendimento das origens de Portugal, espelhando não só a organização militar, mas também a organização social, territorial e judicial dos territórios abordados (Almeida, 1978, p. 24).

Em 1978, no seu trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho – desde as origens a 1220*, o professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida lançou os grandes alicerces do que viria a ser o estudo da Castelologia Portuguesa, nomeadamente deste fenómeno do Encastelamento – que, apesar de nos últimos anos ter sido alvo de diversos estudos, continua a ser um tema que necessita mais investigações e atenção. Neste seu trabalho, a partir dos *Diplomata et Chartae*, dos *Documentos Medievais Portugueses*, do *Liber Fidei* e do *Baio-Ferrado*, conseguiu inventariar 187 estruturas entre castelos, castros, montes, faros e torres, só no Entre-Douro-e-Minho.

O nosso trabalho pretende dar um contributo para a compreensão deste riquíssimo tema e um melhor entendimento da organização militar defensiva presente no *Cartulário Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó*, correspondente parcialmente à Terra de Santa Maria, a sul do Douro.

## Enquadramento Cronológico

Este trabalho está cronologicamente balizado pela documentação presente nas fontes e pode-se entender que, *grosso modo*, atravessa quatro séculos – do séc. X ao XIII. Contudo, o grande foco cronológico centrar-se-á entre os séculos X e XII, uma vez que este período corresponde ao da proliferação das estruturas defensivas que ocorreu, numa primeira fase, com a organização militar no nosso território tendo por base as *civitates* e, depois, com o aparecimento das *terras*. O século XIII será referido somente de uma forma residual, uma vez que ele apenas figura marginalmente no cartulário que foi ponto de partida para a nossa investigação.

O primeiro documento do nosso estudo, que nos reflete a existência de um sistema fortificado data de 922, quando se refere a «*uilla uocitant Eglesiola inter **mons Petroso** et Sagitella...*» (BF 130). O último apresenta data de 1264, quando se menciona «*in parrochia ecclesie de Ulveira in ripa Dorii, justa **castellum de Gaia**...*» (BF 314). No entanto, para entendermos a origem do castelo no nosso território, esta barreira cronológica deveria ser recuada para o século IX, altura em que surgem as primeiras referências a castelos no Douro litoral. Ressalvemos, no entanto, que no espaço geográfico estudado nesta dissertação só encontramos referências a partir do século X.

Por um lado, podemos também afirmar que, cronologicamente, o aumento do número destes sistemas defensivos é um fenómeno típico do processo da «Reconquista» e que está fortemente a ele ligado, uma vez que se conquistavam agora territórios para os ocupar, povoar e, por conseguinte, defender. As presúrias na segunda metade do século IX – como a do Porto em 868, por Vímara Peres, a de Chaves em 872, pelo conde Odoário, ou até mesmo a conquista de Coimbra em 878, pelo conde D. Hermenegildo –, espelham como no século IX e seguintes surgiu a necessidade de implantar novas formas de defesa para territórios que precisavam de lidar contra razias, invasões e piratarias.

Por outro lado, é seguro também associar-se este fenómeno ao aparecimento de uma nova matriz administrativa que surge neste século com as presúrias de Afonso III, as *civitates*. Fruto da organização administrativa e militar levada a cabo durante o reinado de Afonso III das Astúrias (866-910), a *civitas* é uma unidade militar que tinha como propósito alicerçar a contínua ocupação dos territórios e defendê-los. Para assegurar a

posse dos territórios conquistados procedeu-se à criação de uma matriz composta por *condados* (unidades políticas), *territoria* (unidades eclesiásticas) e *civitates* (unidades militares) (Barroca, 2003, p. 69).

Os primeiros castelos terão surgido, na Europa Ocidental, a partir de meados do século IX. Em Portugal, as primeiras referências que possuímos surgem a partir das presúrias de Afonso III das Astúrias (868). Mas, como sublinha Mário Barroca (2003, p. 176), isto não quer dizer forçosamente que as primeiras referências documentais coincidam com o momento de construção dos primeiros castelos. Com efeito, elas podem referir-se a estruturas que teriam sido construídas antes, o que pode indiciar uma maior antiguidade para a sua presença. Contudo, podemos dizer que, seguramente a partir da segunda metade do século IX, temos castelos presentes no nosso território. É importante sublinhar que, no caso de os castelos terem surgido depois das presúrias de Afonso III, poderemos deduzir que a estrutura castelar foi introduzida pelas forças cristãs vindas do Norte, que teriam vindo reenquadrar as populações existentes, integrando-as no seio da monarquia asturiana (Barroca, 2003, p. 176). No entanto, se, por outro lado, assumirmos que estas surgem um pouco antes das presúrias asturianas, isso significaria que estas estruturas teriam sido erguidas pelas próprias populações que residiriam em territórios periféricos desligados tanto da monarquia asturiana como do mundo muçulmano, estando, portanto, entregues a si próprias (Barroca, 2003, p. 176).

Como António Lima afirmou na sua dissertação de Mestrado, o que marca estes séculos é a diversidade, uma vez que este fenómeno nos surge na Reconquista, se cimenta e prolifera nos dois séculos seguintes e estagna no fim do século XII, dando lugar à organização e afirmação das terras e dos castelos senhoriais (Lima, 1993).

## Enquadramento Geográfico

A área geográfica que aqui abordamos, assim como a cronologia, foi balizada a partir do estudo dos documentos presentes no Cartulário *Baio Ferrado*. Tendo em conta os estudos já existentes sobre esta temática na área da diocese do Porto a norte do Douro, propusemo-nos a estudar o encastelamento na área geográfica a sul do Douro a partir do *Baio Ferrado* o que acabou por corresponder, parcialmente, à Terra de Santa Maria, uma vez que as potenciais estruturas defensivas identificadas, e as póvoas referidas, se centram nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Ovar, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis.

Os limites geográficos na Idade Média não são tão rigorosos nem a conceção do espaço é a mesma que hoje temos. Os limites a Sul e a Leste da Terra de Santa Maria nem sempre foram definidos de forma clara. Por outro lado, devido ao enquadramento inequívoco da paisagem natural a Norte e a Oeste, estes últimos não nos colocam grandes dúvidas: a Norte o limite coincidia com o Douro; a Oeste com a costa marítima (Mattoso, 1993, p. 22).

No século IX, com a criação das *civitates* – palavra que está na origem etimológica de “cidade” e que correspondia na época visigótica a uma delimitação territorial em torno de cidades fortificadas e normalmente sedes de bispados (Mattoso, 1993, p. 24) – a *civitas* de Santa Maria serviu como um estratégico ponto de vigia da antiga estrada romana que unia o Porto a Coimbra e que, tal como o seu território, se organizava em torno desse eixo viário fundamental (Mattoso, 1993, p. 25), como podemos comprovar na Figura 3.

Em meados do século XI, com a conquista definitiva de Coimbra por parte de Fernando Magno, procede-se a uma alteração administrativa que, paulatinamente, acabará por fragmentar as *civitates* em territórios mais pequenos, denominados “*terras*” ou “territórios”, processo esse que nos parece concluído no século XII (Mattoso, 1993, pp. 25-26). Apesar desta fragmentação, Santa Maria continuou como uma terra de grande importância durante toda a Idade Média, perdendo apenas as zonas mais periféricas a Leste: Castro Portela, Zebrario, Cambra e Santa Cruz.

No princípio do século XII, graças às bulas papais de 1115 e 1120, conhecemos com algum rigor os limites geográficos da Terra de Santa Maria. A norte a sua fronteira coincidia com o rio Douro. A leste tinha como limite natural o rio Arda e as serras que separam a zona litoral da área montanhosa dominada por *Anegia* e por Lamego, isto é, as serras de Freita e da Arada. Abrangia, para o interior, desde a foz do rio Arda, seguindo o seu curso até ao monte Codal (hoje, Vale de Cambra), onde nasce o Antuã e, para norte, ao longo deste rio em direção ao mar. A Sul, teria tido como limite o rio Vouga. Contudo, por motivos de ordem eclesiástica, o Rio Antuã passou a determinar o extremo meridional de Santa Maria, assim como a fronteira entre a diocese do Porto e de Coimbra, tendo Santa Maria passado, no século XII, da jurisdição de Coimbra para a jurisdição do Porto (Mattoso, 1989, p. 33).

Pode-se afirmar que a Terra de Santa Maria seria também formada por três áreas, com paisagens distintas: a área montanhosa, constituída pelas elevações do Montemuro, Freita e Arada, que são denominadas por Orlando Ribeiro por «Montanhas do Norte da Beira e do Douro» (1986, pp. 147-148); a faixa central, compreendida entre o Rio Douro e o Rio Vouga, que este autor designa por «Terras de média altitude da Beira Litoral»; e, por fim, a área em torno da ria de Aveiro, desde Espinho até praticamente ao Cabo Mondego, que o autor designa como «Beira Litoral» (Mattoso, 1993, p. 33).

A Terra de Santa Maria é constituída, sobretudo, pelas chamadas «terras de média altitude da Beira Litoral», formando um território em declive em direção ao mar. A zona central do seu território acompanhava o eixo da antiga estrada romana que ligava o Porto a Coimbra e que era controlada pelo Castelo da Feira (Mattoso, 1993, p. 33).

O seu território era composto pelos concelhos que hoje correspondem a Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Espinho, Ovar, S. João da Madeira, Castelo de Paiva, Arouca, Oliveira de Azeméis, Murtosa, Estarreja, Vale de Cambra, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, e ainda uma pequena faixa do concelho de Gondomar (Mattoso, 1993, p. 34). Destes, focar-nos-emos nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Ovar, unidades municipais cuja geografia se encontra reportada no *Baio-Ferrado*, na qual se localizam as potenciais estruturas defensivas e as respetivas póvoas.

Falamos, portanto, de um território que se situa na região Noroeste de Portugal, na frente atlântica do vale terminal do Douro, que faz fronteira, a Norte, com este rio, e



que se implanta na sua margem sul. Um território constituído maioritariamente pelo concelho de Vila Nova de Gaia, que faz fronteira com os concelhos do Porto e Gondomar (a Norte) e com Espinho e Santa Maria da Feira (a Sul). A Oeste é limitado pelo Oceano Atlântico e a Norte e Nordeste pelo Rio Douro, que funciona como uma fronteira natural com os territórios do Porto e Gondomar (Silva; Graça, 2006, p. 2).

Na sua área geográfica destacam-se três elementos na estrutura do seu território que são determinantes no que diz respeito à ocupação humana do seu espaço: o Rio Douro, o Oceano Atlântico e a linha de cumeada que separa a Bacia Hidrográfica do Douro de toda a área que drena diretamente para o Atlântico (Silva; Graça, 2006, p. 12). O Rio Douro apresenta-se, indubitavelmente, como o elemento hidrográfico mais característico e significativo, percorrendo 27 km do concelho de Vila Nova de Gaia.

No que diz respeito à bacia hidrográfica do rio Douro no concelho de Gaia destaca-se sobretudo o Rio Febros, cuja primeira referência que possuímos na documentação abordada remonta a 1047: «...*in villa petroso subtus castro ipse petroso discurrente rribulo febros territorio portukal.*» (PMH, DC 356) e que serviu, constantemente, como um elemento auxiliador para a localização de bens e propriedades na documentação do século XI e XII – só na documentação estudada, possuímos cerca de 20 referências ao Febros. Este rio tem uma extensão de 17 km «...nasce junto ao limite sul do concelho, perto de Seixezelo, desenvolvendo-se para Nordeste até Lavadorinhos e daí até Alheira de Aquém sensivelmente na direção Sul-Norte. A partir de Alheira de Aquém, o Rio Febros segue em direção a Noroeste até desaguar no Rio Douro, a Poente do Areinho de Avintes» (Silva; Graça, 2006, p. 13). Pela sua margem direita podemos verificar que possui diversos afluentes, mas de escassa relevância uma vez que poucos são os que atingem uma extensão superior a 1km. O Rio Uima, apesar de ter menor relevância documental, destaca-se também no concelho: conta com cerca de 12 km de extensão, sendo que apenas 8 km percorrem o concelho de Vila Nova de Gaia: «...entra no concelho na freguesia de Sandim, correndo na direção Sudoeste-Nordeste, até sair deste próximo do lugar de Santa Marinha. Depois de percorrer cerca de 2km no concelho de Santa Maria da Feira volta a entrar em Vila Nova de Gaia próximo do lugar da Póvoa. A partir daí desenvolve-se na direção Sudeste-Noroeste, desaguando em Crestuma» (Silva; Graça, 2006, p. 13). Aqui existiu um castro que teve ocupação até à Idade Média cujo nome deriva precisamente da aglutinação da palavra *castrum* com o nome do rio *uima* – *castr'uima*, Crestuma.

Relativamente à altimetria, o concelho de Vila Nova de Gaia encontra o seu ponto mais baixo, -7 metros, na Pedreira na Quinta da Bela Vista, em Canidelo; e o seu ponto mais alto, 259 metros, em Sandim e em Seixezelo. Outros pontos com cotas elevadas e que afiguram importantes - especialmente para a realização deste trabalho – situam-se no Monte da Virgem (209 metros), em Santo Ovídio (236 metros), na Serra de Negrelos (243 metros), na Senhora da Saúde (241 metros), em São Vicente (243 metros) e em Vergada (igualmente com 243 metros). Já os pontos de menor cota situam-se logicamente ao longo da orla costeira e da faixa ribeirinha do Douro (Silva; Graça, 2006, p. 11). A Sudeste do território, como já foi referido, o Rio Uima estende-se num vale encaixado, definido pelas elevações que o ladeiam. Entre estas destacam-se os montes de S. Miguel, de Seixo Alvo - que surge muitas vezes na documentação como “...*monte Saxum Album...*” (BF 186, de 1086), de S. Miguel-o-Anjo, a Serra da Costa, a Sr.<sup>a</sup> da Piedade e Costouras.

Depois de Vila Nova de Gaia, o concelho que tem maior representatividade territorial no nosso estudo é o de Santa Maria da Feira. O espaço do actual concelho de Santa Maria da Feira situa-se no contexto do centro litoral norte e corresponde, numa vertente geomorfológica, a uma região de passagem entre os acentuados e antigos relevos do extremo ocidental da Meseta Ibérica e os solos recentes, Terciários e Quarternários, que limitam com a orla marítima (Bastos, 2009, p. 72). Em termos de relevo, as cotas variam entre os 50 e os 450 metros de altitude, podendo-se observar que a altitude vai aumentando da costa marítima paulatinamente até à zona mais interior, sendo a zona poente claramente a menos acidentada. A altitude nesta área também vai aumentando de Norte para Sul: no limite da freguesia de Nogueira de Regedoura, que faz fronteira com Argoncilhe, em Vila Nova de Gaia, a cota máxima atinge cerca de 200 m, enquanto a Sul, entre S. João de Ver e Caldas de S. Jorge, a altitude atinge praticamente os 300 m, sendo o seu máximo, 325 m, alcançado em S. João de Ver. A Oeste localizam-se as zonas mais acidentadas: as cotas máximas chegam a atingir os 450 m perto das nascentes do Rio Inha, no limite de Romariz com o concelho de Arouca e na cumeada que define o limite do concelho de Santa Maria da Feira com os concelhos de Gondomar, Castelo de Paiva e Arouca. No centro do concelho localiza-se uma depressão junto aos limites das freguesias de Lobão e Fiães que varia entre os 125 e os 150 m e que se revela importante para esta área, uma vez que é aqui que se situam os terrenos planos, que constitui o vale atravessado pelo rio Uíma (Bastos, 2009, p. 73). Este rio revelou-se importante na realização deste trabalho na medida em que auxiliou na localização geográfica de *villae* e *montes*. É, por

exemplo, referido no diploma de 1097 – «... *in villa caldelas (...) subtus mons sauto rrodondo discurrente **rribulo umia**...*» (PMH DC 851) –, através do qual conseguimos localizar o Monte Souto Redondo e a *villa Caldelas*, que corresponde hoje ao lugar de Caldelas, na freguesia de São Jorge. A Nordeste do actual concelho de Santa Maria da Feira encontra-se uma outra depressão, concordante com o rio Inha, embora não seja tão significativa como a dominada pelo rio Uíma, referida anteriormente.

Em termos hidrográficos esta área situa-se na fronteira entre a bacia hidrográfica do Douro e a Bacia do Vouga. Curiosamente, estas fronteiras parecem estar bem patentes em 1047 uma vez que o documento 132 do *Livro Preto* se reporta a Gulpilhares como estando «*inter Durio et Vauga (...) subtus alpe castro petroso...*». Sendo Gulpilhares uma localidade de Vila Nova de Gaia, esta referência demonstra bem a sua integração na área de *Civitas* de Santa Maria, que se delimitava, a Norte e a Sul, entre estes dois rios. A estas duas bacias estão associadas uma série de outras sub-bacias, que se revelam importantes também na caracterização e localização de propriedades e montes presentes na documentação medieval relativa a este período. Associadas à bacia do Douro destacam-se as sub-bacias do Uíma, do Inha e da Ribeira de Mosteiro. Enquanto as sub-bacias da Ribeira de Cáster e do Rio Ul se encontram associadas à bacia do Vouga (Bastos, 2009, p. 76). A bacia do Ul é particularmente importante para o nosso tema, uma vez que se encontra reportada em cerca de 13 documentos. A título de exemplo, é referida na localização de *villae* como a de Milheirós ou Dentazes, que se encontram *discurrente rivulo Ul* (BF 10, de 1142; BF 221, de 1138). As bacias da Ribeira do Mocho e da Ribeira de Silvalde desaguam diretamente no Atlântico, já no concelho de Espinho. As Bacias da Remolha e da Ribeira de Rio Maior desaguam na Lagoa de Paramos, na fronteira entre Espinho e Esmoriz (concelho de Ovar). A de Rio Maior também é de grande interesse uma vez que se encontra referida em 7 documentos e auxiliou na localização de *villae* como a de Paço, em Esmoriz: «...*in villa Pallatiolo (...) discurrente rivulo Maiore...*» (BF 208, de 1156). A estas bacias associam-se ainda as sub-bacias de Ribeira de Beire, de Cáster e da Remolha (Bastos, 2009, p. 78).

A Sul da área geográfica de Santa Maria da Feira situa-se o concelho de Ovar, implantado numa importante unidade geomorfológica da Região Centro - a Ria de Aveiro. Esta área geográfica possui um relevo pouco acidentado, sendo uma extensa planície, atingindo um maior pico de altitude a Este, na freguesia de S. Vicente de Pereira a uma cota de 250 metros (PDM Ovar, 2013, p. 10). É uma área com um número de cursos

de água significativo, integrando-se a maior parte deles na bacia hidrográfica do Vouga. Destes destacam-se a Ria de Aveiro, a Barrinha de Esmoriz, Rio Gonde e Negro, e as Ribeiras de S. Miguel, Seixo, Sr<sup>a</sup> da Graça, S. João, Cáster, Cortegaça, Magnas e Vale de Maceda, estas três últimas integradas na bacia hidrográfica do Douro (PDM Ovar, 2013, p. 18). É uma área onde a produção de sal é característica, verificando-se esta mesma actividade económica no documento 219 do *Baio-Ferrado*, do ano 1125, que nos refere uma «*marina (...) discurrente ribulo Ovar*». Curiosamente, este rio *Ovar* surge-nos em alguns documentos e poderá reportar-se à ria de Aveiro, que passa por esta área. De notar que, nesta zona, o nível das águas do mar penetraria mais para interior do que aquilo que se verifica hoje.

Fazendo fronteira com Ovar e com Santa Maria da Feira situa-se a área concelhia de Oliveira de Azeméis que - à semelhança desta mancha geográfica que abordamos - possui um litoral plano e uma zona interior mais montanhosa, que se inicia com as serras da Freita e da Arada que, como dissemos anteriormente, pareciam delimitar a *Civitas* de Santa Maria a Nascente. Em termos de altitude, esta área apresenta valores que, genericamente, rondam os 200 a 250 metros. No entanto, no seu limite a Leste encontramos cotas que podem atingir cerca de 500 metros de altitude. Já na sua área Oeste, nas freguesias de São Martinho da Gândara, onde se localiza o Castro Recarei - mencionado na documentação estudada - e de Loureiro, a altimetria da área concelhia é substancialmente mais baixa, atingindo em algumas áreas cotas inferiores a 100 metros (Ladeira, 2013, p. 9).

Do ponto de vista hidrográfico toda a área concelhia encontra-se inserida na bacia hidrográfica do Vouga, de que é afluente o Rio Caima, o mais importante rio do concelho. Este surge na documentação estudada sob a designação *Camia* como se pode observar, por exemplo, na seguinte passagem: «...*in villa Gueteandi, subtus monte Quoto, discurrente rivulo Camia...*» (BF 302, de 1135). O Caima nasce na serra da Freita e atravessa as freguesias de Ossela e Palmaz numa orientação Nordeste-Sudoeste. Este rio e a sua orientação permitiu, por exemplo, a localização e identificação da *villa Gatiande*, cuja memória apenas se preserva na Rua Gateande, sensivelmente a meio caminho da freguesia de Ossela e de Palmaz. Outro rio importante é o Antuã, muitas vezes designado nos documentos da época como Ínsua. Nasce em Arouca e desagua no rio Ul, junto do lugar de Crastro, na freguesia de Ul. Este, por sua vez, surge muitas vezes como rio Antuã e desagua na laguna de Aveiro, perto de Estarreja. A orientação deste rio é, à semelhança

do Caima, Nordeste-Sudoeste (Ladeira, 2013, p. 11). O rio Ul surge na nossa documentação sempre para auxiliar na localização da *villa sancti iohanni de madeira* – São João da Madeira: «... *in villa Sancti Iohanni de Madeira (...) discurrente **ribulo** Ur...*» (DMP, DP 269, de 1122).

Para terminar, a leste de Oliveira de Azeméis situa-se a área geográfica concelhia de Vale de Cambra. Esta área corresponde à zona mais interior do nosso trabalho, localizando-se na transição entre o litoral e o interior. O seu relevo é muito variado. As zonas de “terras baixas” situam-se no vale do rio Caima, o rio mais destacado desta zona geográfica, enquanto as de maior altitude se situam nas serras que rodeiam o território concelhio, variando entre os 200 metros e os 1000 metros de altitude. Nas chamadas “terras médias” encontramos as serras de Lordelo e de Escaíba, com 515 metros e 645 metros de altitude, respetivamente. A zona de “terras altas” possui cotas acima dos 800 metros e corresponde às serras do Alto do Trancoso (810 metros), Arestal (830 metros), Trebilhadoiro (880 metros) e Freita (1000 metros) (Marques, 1993, pp. 27-28). O Monte Codal, da freguesia de Codal, que é referido na nossa documentação, tem uma altitude modesta face ao restante retrato paisagístico deste concelho, possuindo apenas cerca de 300 metros de altitude.

Em termos hidrográficos, nesta área geográfica destaca-se novamente o rio Caima, que na documentação estudada é reportado juntamente com o Monte Codal, no documento 502 dos PMH DC, datado de 1072: «...*villa coneliosa (...) item castellanus (...) **subtus mons codal discurrente ribulo camia**...*». Este rio é responsável por dividir a área concelhia em duas partes: Norte e Sul, formando assim um vale fundo com uma série de afluentes como o Rio Viques, Ribeira de Vila Chã, Ribeira de Fuste, Ribeira de Paço de Mato, Ribeira de Moscoso e Ribeira de Cabra (Marques, 1993, pp. 30-31). Contudo, para o nosso estudo apenas o rio Caima tem relevância documental.

Este contexto geográfico revela-se importante na medida em que abordamos aqui uma paisagem que não se move com o passar do tempo. Como pudemos observar, diversos marcos geográficos da paisagem como montes ou rios, são invocados na documentação medieval dos séculos X a XII, e pela sua imobilidade são tremendamente importantes para o nosso estudo.

## **A Documentação**

## O Encastelamento e as fontes documentais

Infelizmente, a nossa documentação relativa aos séculos X a XII é muito omissa no que toca a informações sobre o propósito e a importância dos castelos. Esta particularidade contrasta com a documentação do Norte e Centro de Itália, onde as fontes mencionam diversas vezes o *incastellamento* e até mesmo o *desencastellamento* de bens e pessoas (Almeida, 1989, pp. 43-44).

### Os Castelos de D. Châmoa e de D. Mumadona

No nosso território, possuímos dois documentos – ambos do século X – presentes no *Livro de Mumadona*, que contêm referências mais claras e explícitas sobre castelos e o encastelamento. Apesar de escassos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida diz-nos que estes dois documentos «... nos permitem algumas inferências de grande alcance, até para a castelologia peninsular e europeia.» (Almeida, 1989, p. 44). O primeiro documento é referente ao testamento de D. Châmoa ou *Flamula* (PMH, DC 81, de 960) no qual esta doa ao Mosteiro de Guimarães inúmeros bens e onde ordena que se venda os seus castelos de Longroiva, Numão, Trancoso, Moreira, Macinhata, Almendra, Penedono, Alcobria, Caria e Sernancelhe e ainda as «*penelas et popalaturas que sunt in ipsa stremadura...*» (PMH, DC 81, de 960), isto é, as penelas e *popalaturas* que possui na Estremadura. Este documento é particularmente importante por nos sugerir que todas as povoações que lhe pertenciam possuíam um castelo que as identificava. Partindo deste pressuposto, é de presumir que outras *villae*, mesmo que de outros proprietários senhoriais, se encontrassem dependentes de estruturas defensivas, através das quais se apoiariam para alicerçar e manter as populações. Neste sentido, Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirma inclusivamente que «...a sul do Douro os castelos têm poderosas razões económicas, as mesmas que motivaram o estabelecimento das póvoas a que presidiram.» (Almeida, 1989, p. 46).

O segundo documento de extrema importância é referente à doação do Castelo de Guimarães ao mosteiro local, por parte de D. Mumadona (PMH, DC 97, de 968) e é particularmente famoso pela passagem: «*...in conspecto multorum est confirmatum*

*persecutio gentilium irrui in huius nostre religionis (sic) su, burbium et ante illorum metum laborauimus castellum quod voicitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio...»* (PMH DC 97, de 968). Isto é, pelo medo dos infiéis – que tanto poderão ser os muçulmanos como os normandos – mandou erguer o castelo a que chamam São Mamede no Monte Largo (ou *Latito*), o qual ficou encarregue da defesa do seu mosteiro (Almeida, 1989, p. 46).

O processo de encastelamento, que se reflete na documentação medieval dos séculos X a XII, revela-se de difícil estudo em termos materiais. Como referiu Mário Barroca, «a larguíssima maioria dos castelos resultantes deste primeiro encastelamento encontra-se hoje reduzido a ténues vestígios, facultando poucos elementos sobre a sua estrutura física original» (Barroca, 1990-91, p. 91). Contudo, sabemos hoje que estes primeiros castelos seriam estruturas muito rudimentares, implantadas sempre em zonas onde a morfologia do terreno facilitava a sua construção. Em muitos casos, seriam erguidas pelas próprias populações, que escolhiam locais de cota elevada, para beneficiar de bom campo de visão e de vigilância, atendendo, sobretudo, ao controle das principais vias de comunicação. Muitas vezes as suas muralhas aproveitavam inclusivamente a existência de batólitos graníticos, reduzindo assim o esforço aplicado à construção (Barroca, 1990-91, p. 91).

### Uma Mudança Documental

Em 1978, Carlos Alberto Ferreira de Almeida sublinhou uma notória mudança no formulário da documentação entre os primeiros tempos da Reconquista e o período compreendido entre o século XI e a primeira parte do século XII. Nas suas palavras, «Não pode deixar de ser notado o facto de em atas de venda ou doação de propriedades da época asturiana ou dos primeiros tempos da reconquista não haver ou serem muito raras as referências a “castros” ou “montes”, quando se pretende situar tais bens, ao passo que em quase todos os documentos, de transferência de propriedade, do século XI e da primeira parte do século XII se utiliza, para uma perfeita e inequívoca localização de mosteiro ou terras, a referência ao castelo, ao castro ou ao monte que dominava essa localidade» (Almeida, 1978, p. 25). Este sistema utilizado pelos escribas teria como objetivo permitir



uma rápida e inequívoca localização dos bens transacionados. Para tal, socorriam-se de indicadores de natureza religiosa, militar e hidrográfica/geográfica (Barroca, 2016, no prelo).

A título de exemplo registemos um documento datado de janeiro de 1148, relativo à *villa Moar* (hoje Muar, na freguesia de Perosinho), que a refere da seguinte forma: «...*de hereditate mea propria quam habeo in villa Moar, subtus Castru Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalense*» (BF 53). Portanto, o escriba socorreu-se de um indicador de natureza militar – na dependência do *Castro Petroso* (Monte Murado); de um elemento de natureza hidrográfica – junto ao rio Serzedo; e de um enquadramento de natureza eclesiástica – no território diocesano portugalense. Como registou Mário Barroca, esta trilogia era utilizada por conter elementos muito significativos e de fácil perceção por parte das populações. Os rios por serem elementos naturais fixos, estáveis e desde sempre utilizados como espaços geográficos limitadores de fronteira; a matriz diocesana ou a geografia paroquial; e a organização militar, facilmente identificável não só pela presença das estruturas em locais de elevada altitude, como também pelas obrigações militares impostas às populações como os serviços de vigilância ou a anúduva (Barroca, 2016, no prelo). De forma mais esporádica, encontramos igualmente referências às vias, nomeadamente no nosso caso à *stratam maurisca* (estrada mourisca), que corresponde à via romana. O facto de a via romana ser denominada de mourisca demonstra como a presença muçulmana deixou a sua influência até porque foi através dessa via que se deram invasões, se reintroduziu o uso da moeda e se fomentou o comércio (Barbosa, 1980, p. 39). Apesar das referências documentais às vias serem esporádicas, certamente que a fixação de estruturas defensivas em determinados montes não é fruto de acaso. Como veremos mais à frente, a fixação de estruturas defensivas está intimamente ligada ao itinerário das vias.

Na leitura da documentação desta época (séculos X a XII) podemos também constatar diferentes designações atribuídas às estruturas de que uma *villa* ou lugar estariam dependentes. As mais abundantes são *castellum*, *oppido*, *alpe*, *castrum* e *mons*. De acordo com Mário Barroca, podemos diferenciar dois grupos distintos de estruturas que, quando utilizados num mesmo documento para localizar uma propriedade, denunciam uma hierarquização. Com um mesmo grau de relevância podemos agrupar os

termos *alpe*, *mons* e *castrum*. Num outro grupo, de maior importância, encontramos expressões como *oppido*, *civitas* ou *castellum*. Portanto, quando num mesmo documento surgem os termos «*subtus mons*» e «*civitas*», o segundo é sempre mais importante que o primeiro (Barroca, 1990-91, p. 119), espelhando assim que havia uma noção, por parte dos notários e da própria população, da hierarquia das fortificações associadas às povoadas onde residiam. Um exemplo claro, entre muitos que possuímos, é relativo ao documento 158 do *Baio-Ferrado*: «...*mea hereditate quam habui in villa Curveirus, **subtus mons Castro Petroso**, discurrente ipso arrugio Curveiros, territorio portugalense, **sub dominio Sancte Marie civitatis**, prope littus maris.*». Este documento deixa claro que a *villa Curveirus* (hoje Corveiros, localidade de Grijó, Vila Nova de Gaia) se encontra sob dependência do *monte Castro Petroso* e ainda sob o domínio da *Civitas* de Santa Maria. Um outro exemplo ainda nos esclarece: «... *de hereditate quam habemus in villa Borontanos, **subtus monte Castro Petroso**, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugalense, **sub opido Sancte Marie civitatis**.*» (BF 265, de 1135). Portanto, a *villa Borontanos* (hoje Brantães, Sermonde, Vila Nova de Gaia) encontra-se sob dependência do *monte Castro Petroso* e - numa hierarquia claramente demarcada pela utilização de dois termos - sob o *opido Sancte Marie civitatis*. Estas estruturas, designadas por *oppido*, *castellum* e *civitas*, seriam, por certo, estruturas mais elaboradas e de maior destaque, enquanto as designadas por expressões como *mons* ou *alpe*, seriam, em grande medida, construções incipientes, os chamados “castelos roqueiros” ou pequenas estruturas em primitivos castros, construídos pela população local, onde beneficiavam da topografia e da existência de materiais de construção (Barroca, 1990-91, p. 119). Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirmava, em 1978, que outros termos demonstravam uma hierarquização, dando, por exemplo, «*villa ollarios (...) et tebulosam subtus monte saxo albo (...) prope castrum petrosum...*» (PMH, DC 853, de 1097). Contudo, não conseguimos precisar se o termo *prope* tem qualquer conotação de hierarquização. Pelo contrário, parece-nos que, muitas vezes, este termo apenas quer designar proximidade. De entre vários exemplos, citemos «...*subtus mons Sexalbo prope flumen Durio*» (DMP, DP 7, de 1101), isto é, o Monte Seixo Alvo, em Olival, Vila Nova de Gaia, perto do Rio Douro. Ou o típico *prope littus maris* para designar proximidade com a orla costeira. Contudo outros exemplos não deixam de suscitar alguma reflexão: «...*villam quam vocitant Lavatores, subtus monte Saxo Albo (...) prop Castrum Petrosum...*» (LP 509, de 1097). Neste caso, a *villa* de Lavadores, na freguesia do Olival, em Vila Nova de Gaia, encontra-se sob dependência do monte Seixo Alvo, e considerando *prop* apenas como um

termo de proximidade, por que estaria então mais próxima do *Castro Pedroso* e sob dependência de um outro monte, teoricamente mais longínquo? Esta relação repete-se em mais três documentos referentes a esta localidade (PMH, DC 853, de 1097; PMH, DC 849, de 1097; PMH, DC 853, de 1097) demonstrando alguma indissociação entre o *Monte Seixo Alvo* e o *Castro Petroso*.

Relativamente ao termo *villa*, que tantas vezes ocorre na documentação, este designou primitivamente a habitação do *dominus* romano. Mais tarde, em zonas como a Gália, Hispânia e Itália, o termo compreende aquilo que se possuía dentro de um prédio rústico: a habitação do senhor, dos trabalhadores, os estábulos e celeiros, os terrenos cultos e incultos, isto é, a unidade rural (Sampaio, 1979, p. 67). A partir do século VII este termo deixa, paulatinamente, de designar a superfície agrária normal para, no século X e seguintes, passar a identificar exclusivamente «os pequenos prédios separados do tronco principal» (Sampaio, 1979, p. 138) (*apud* Costa, 1980). Segundo Francisco Barbosa da Costa (1980) é neste sentido que se deve entender o termo *villa* presente nos documentos do *Baio Ferrado* (Durand, 1971). De acordo ainda com Alberto Sampaio, citado por Barbosa da Costa, «Verifica-se a decomposição da propriedade só o campanário, que dominava as habitações rústicas, este lhes deu a adesão necessária para as vilas, se converterem em pequenas comunas, sem proteção sem organização escrita, mas contendo a união das vontades, homogeneidade de sentimentos e comunidade de aspirações morais que são a base da vida social (...) Assim as vilas, em geral habitadas pelos sucessores dos que haviam sido colocados nelas na fundação, transformam-se nas freguesias rurais da atualidade.» (Sampaio, 1979, p. 138, *apud* Costa, 1980).

Uma questão meramente topográfica?

Expressões como, por exemplo, *subtus Castru Petroso* foram entendidas por alguns autores, como André Evangelista Oliveira Marques (2008), como uma relação meramente topográfica, negando assim qualquer situação de dependência militar. Sobre isto podemos invocar a excelente argumentação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida: «Por exemplo, a documentação relativa a Rio Tinto, Gondomar, tanto pode citar, conforme os bens se situam na margem esquerda ou direita do rio que aí passa, o castro/monte de Gondomar como o da Maia e, contudo, nenhum deles se vê dessa

freguesia que, por outro lado, é dominada pela Serra de Valongo, nunca referida. Porque haveria de ser que numa região dominada por altos montes, como é a de Paço de Sousa, Fonte Arcada ou Galegos, sempre se cite o *mons Ordines* que é afinal um pequeno montículo, perdido entre serras, em Lagares?» (Almeida, 1978, pp. 25-26).

Corroborando esta mesma ideia, Mário Barroca argumenta também: «E, se a relação expressa nos documentos medievais fosse de mera dependência topográfica, por que é que uma povoação como Vila Verde se declara “*subtus Castro Bove*” (PMH, DC 415, de 1059), se está a uma cota mais elevada (136 metros) que Castro Boi (118 metros), e se localiza no sopé de um monte muito mais elevado que Castro Boi (o monte Marão, que atinge a cota de 210 metros)?» (Barroca, 2016, no prelo). Ou ainda – e parecendo-me um argumento ainda mais forte – «Por último, se todas essas referências fossem de ordem meramente topográfica, porque é que um monte como o *Mons Custodias*, que é referido entre 1033 e 1099, não serviu de referência orográfica antes ou depois desses anos?» (Barroca, 2016, no prelo).

A acrescentar a esta discussão, podemos igualmente questionar o porquê de, por exemplo, uma povoação como a de Megide, em Canelas, estar referida como «*subtus monte Grande*» (Monte da Virgem, Oliveira do Douro, Gaia) (BF 270) que tem cerca de 230 metros de altitude, quando tem a Serra de Negrelos mais próxima e cuja cota atinge os 243 metros? Ou até mesmo a própria *villa Negrelus*, se declarar «*subtus Castro Petroso*» (BF 277) quando tem a mesma serra tão próxima? Ou ainda, por que se encontra o lugar de Murracezes, Grijó, Vila Nova de Gaia «*subtus monte Sagittela*» (BF 147, de 1075), que se eleva a uma cota de cerca de 230 m, quando tem uma elevação em Seixezelo que é substancialmente mais perto e a uma cota aproximadamente de 260 m? Na mesma linha de raciocínio: por que é que as póvoas que se encontram sob dependência do Monte Codal - que atinge uma cota de 300 metros – não surgem reportadas às serras da região de Vale de Cambra que atingem os 1000 metros? Ou por que motivo a partir de 1163 deixamos de ter referências do tipo “*subtus mons*”? Julgamos que esta mudança não pode deixar de refletir um processo de desencastelamento, de abandono dessas estruturas fortificadas, e que não pode ser explicada por um abandono, súbito e ilógico, da utilização da topografia para localizar bens ou propriedades. Será algo a ter em atenção em capítulos seguintes, referentes aos dados retirados da análise da documentação.

É certo, no entanto, e de acordo com Mário Barroca (1990-91), que nem todas as designações *subtus mons* devem ser entendidas como estruturas fortificadas, havendo a possibilidade de, nalguns casos, se tratar de facto de montes que se destacam simplesmente na paisagem sendo utilizados da mesma forma como são, esporadicamente, as estradas. Contudo, será difícil identificar quais serão os casos em que isto acontece. Se tivermos em consideração apenas o número de referências existentes para um *monte* poderemos cair em erro. Vejamos, por exemplo, o *Castro Aquilino* que se situaria no lugar da Gândara, em Canidelo, Vila Nova de Gaia (Almeida, 1979), que na documentação analisada surge apenas mencionado duas vezes. Dada a sua designação, teria tido uma primitiva ocupação fortificada, possivelmente castreja, e como tal a sua menção documental pode facilmente levar-nos a crer que possa ter tido um papel defensivo no período cronológico que abordamos. Mas o que pode diferenciar o *Castro Aquilino* (Vila Nova de Gaia), que tem apenas duas referências, do *Monte Rotundo* (Santa Maria da Feira), do *Monte Quoto* (de localização desconhecida) ou do *Monte Petrosino* (Vila Nova de Gaia), que também só possuem duas referências documentais? Apenas sondagens e trabalhos arqueológicos nos poderiam esclarecer um pouco mais sobre esta dúvida. Acrescentemos um derradeiro exemplo. Se colocarmos em causa a existência de estruturas defensivas apenas pelo facto de terem um reduzido número de referências documentais, podemos constatar que, por exemplo, o Castelo de Gaia também só conhece igualmente duas menções, e no século XIII, e, no entanto, não se põe em causa a sua existência. Esta é uma das grandes problemáticas em relação a este tema: o laconismo e a pouca informação documental sobre o processo de encastelamento, contrariamente ao que acontece, por exemplo, em Itália, como já referimos anteriormente. Contudo, por uma questão de metodologia e por não querer cair em erro, achamos justo questionar a existência de estruturas nos *montes* que para além de possuírem escassas referências, se reportam ainda a uma cronologia muito tardia que não é típica do processo do encastelamento. Isto poderá ser verificado no capítulo referente aos dados recolhidos da análise documental.

A partir dos meados do século XI verificamos uma mudança na prática da guerra no nosso território: as típicas incursões rápidas, que tinham como principal objetivo a obtenção de saques, dão lugar agora a uma guerra de ritmo mais lento, que tem como finalidade a conquista definitiva de um espaço. Facilitado pela fragmentação do mundo muçulmano, com a queda do Califado e a consequente formação das Taifas (1031), as forças cristãs fizeram uma rápida progressão no terreno, que culminaria na conquista definitiva de Coimbra, em 1064, por Fernando o Magno. Com este avanço territorial procedeu-se a uma reforma na organização territorial: as *civitates* começaram, lentamente, a desaparecer e a dar lugar a espaços geograficamente menores, que tinham em vista um controlo mais eficaz. Estes novos espaços designam-se, na documentação medieval, por «*terras*» e surgem-nos na segunda metade do século XI. De acordo com Mário Barroca, estas são unidades territoriais significativamente menores do que as *civitates*, dando como exemplo a Terra de Penafiel de Canas, que possuiria cerca de 48 km<sup>2</sup> enquanto a *Civitas Anegia* teria mais de 180 km<sup>2</sup>. Além disso, a sua criação serviu não só para a resolução de problemas militares, mas também para um melhor controlo do espaço, por terem uma menor dimensão geográfica e por serem encabeçadas por um único castelo, o qual estava confiado a um nobre em processo de ascensão social. Posto isto, as *Terras* criavam um elemento diferenciador da hierarquia social, não só diferenciando a plebe dos nobres, mas agora também dos nobres que possuíam um castelo daqueles que almejavam ter, consolidando assim cada vez mais a formação de elites. Parece-nos também que a evolução do seu espaço foi ocorrendo paulatinamente: começam por ser espaços geograficamente complexos e aos poucos a sua área foi-se tornando mais clara e evidente. Este processo só foi possível através de dois elementos: primeiramente, os limites das *Terras* foram reduzidos e comprimidos para os principais elementos da paisagem como cursos de rios ou montanhas; em segundo lugar adequou-se as *Terras* acasteladas à geografia religiosa, paroquial, o que permitiu esclarecer dúvidas em relação aos seus limites geográficos, tanto para a população que as habitavam como para nós, hoje (Barroca, 2003, pp. 178-179). No entanto, há que ter em atenção que a documentação que possuímos não nos permite elaborar uma delimitação cronológica muito clara. Permite-nos, contudo, verificar que este fenómeno se estende por toda a segunda metade do século XI. Registemos, também, alguma ambiguidade na designação utilizada na documentação: a utilização das expressões *territorium* e *terra* para identificar uma mesma

realidade (Barroca, 1990-91, p. 115). Por exemplo, em 1026, surge-nos uma menção ao «*terridorio civitas sancta maria*» (PMH, DC 261) e já em 1096 temos «...*in terra civitatis Sancte Marie...*» (BF 291). O desenvolvimento das Terras acabou por ditar aquilo que se conhece como o “desencastelamento”, uma vez que cada Terra passou a ser encabeçada por apenas um castelo, que conseguia dominar a envolvência do seu espaço que era agora, como vimos, geograficamente mais reduzido. Como consequência, verificamos um abandono muito significativo de castelos no Entre-Douro-e-Minho a partir da segunda metade do século XI e nas primeiras décadas do século XII. Das duas a três centenas de castelos que Carlos Alberto Ferreira de Almeida estimou existir, passamos para cerca de meia centena de castelos. Esta drástica redução terá certamente viabilizado a introdução da reforma românica nos castelos do nosso território uma vez que a diminuição do número de estruturas possibilitou o incremento da sua qualidade e complexidade (Barroca, 2003, pp. 179-180).

Como já foi referido, o nosso estudo partiu do *Cartulário Baio Ferrado do Mosteiro de Grijó* onde foram identificados através da análise documental os sistemas defensivos de interesse na área geográfica da Terra de Santa Maria, a sul do Douro. Após a recolha desses mesmos sistemas defensivos ampliamos a procura destes nas seguintes fontes documentais: nos *Diplomata et Chartae dos Portugaliae Monumenta Historica* (PMH, DC), nos *Documentos Régios* e nos *Documentos Particulares dos Documentos Medievais Portugueses* (DMP, DP e DR) e no *Livro Preto da Sé de Coimbra* (LP) - uma vez que os direitos diocesanos no território geográfico em questão eram exercidos por Gonçalo Pais de Paiva, bispo de Coimbra, tendo estes territórios sido reivindicados apenas no século XII pelo bispo D. Hugo à Diocese do Porto (Pinto, 2005).

Após a análise destas fontes conseguimos totalizar 281 documentos de interesse para o nosso estudo, número que não difere muito dos 311 documentos reunidos por Mário Barroca no seu estudo sobre a organização militar da orla costeira do primitivo território diocesano portugalense, a propósito da comemoração dos 900 anos da restauração da Diocese do Porto (Barroca, 2016, no prelo).

Por um lado, podemos dizer que 281 documentos é um número significativo. Por outro, temos de ter em conta que a informação que conseguimos extrair de cada documento é pequena face às muitas questões que este tema nos levanta e face ainda às muitas lacunas que já foram referidas anteriormente.



## Proveniência da Documentação

### O Cartulário Baio Ferrado do Mosteiro de Grijó

A documentação que foi reunida provém em grande parte do *Cartulário Baio Ferrado do Mosteiro de Grijó*, logicamente também por este mosteiro ocupar um papel central no povoamento da área geográfica estudada. Ainda que em menor número, e apesar de repetir alguns documentos presentes no *Baio Ferrado*, as restantes fontes também nos proporcionaram documentos importantes para se ter uma perspetiva mais ampla da organização do território:

Fonte	Nº de Docs
BF	178
DMP, D.P.	81
PMH D.C.	74
LP	16
DMP, D.R.	8

Tabela 1 - Nº de documentos pertinentes para o estudo em cada uma das fontes

Note-se que o somatório do número de documentos ultrapassa o de referências pertinentes devido ao facto alguns documentos serem repetidos nas diversas coletâneas documentais. Debruçar-nos-emos em seguida sobre o *Cartulário Baio Ferrado*.

O *Cartulário* teve o seu estudo paleográfico e diplomático feito por Robert Durand, na altura Mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Nantes, tendo constituído a base para a sua tese de Doutoramento de 3º Ciclo, apresentada em 1970 na referida Faculdade. Este estudo é de extrema importância para a história política, social e religiosa desta região e de Portugal entre os séculos XI e XIII, assim como para a perceção da realidade territorial e defensiva da área geográfica estudada.

O *Baio Ferrado* é composto por 314 diplomas. Destes, 251 são inéditos enquanto os restantes 63 eram já conhecidos e integravam as várias coleções diplomáticas referidas anteriormente. Destes 314 documentos, 178 foram de relevância para o nosso estudo e

serviram de mote para recolhermos os restantes 103 documentos provenientes de outras fontes. No entanto, os restantes documentos presentes no Cartulário – mesmo não possuindo referências diretas aos *mons* que aqui estudamos – revelaram-se igualmente importantes por possuírem informações toponímicas relevantes, permitindo ter uma perceção mais alargada da realidade geográfica e da ocupação do espaço.

A tipologia dos documentos que integram este cartulário obedece ao perfil usual neste período cronológico: compras e vendas de propriedades, doações e testamentos, contratos, trocas de bens e ainda privilégios, sejam eles reais ou até mesmo de âmbito eclesiástico. No *Baio Ferrado*, as compras e vendas de bens ou propriedades são o tipo de documento mais abundante, representando 45% - quase metade – do total dos diplomas. Abundantes são igualmente as doações, quer em vida, quer *post mortem*, assim como os testamentos, que representam 31% dos documentos presentes no *Baio Ferrado* (Durand, 1971, p. 15).

## Cronologia da Documentação

Temporalmente, os documentos retirados do *Baio Ferrado* vão de 922 até 1264, estando o século X e a primeira metade do século XI muito mal representados documentalmentemente. Em contraste, a maioria concentra-se na primeira metade do século XII.

Século	Nº de Documentos de Interesse
S/D	2
Século X	1
1ª Metade do Séc. XI	1
2ª Metade do Séc. XI	30
1ª Metade do Séc. XII	112
2ª Metade do Séc. XII	30
Séc. XIII	2

*Tabela 2 - Distribuição cronológica dos documentos presentes no Baio Ferrado*

Século	Nº de Documentos de Interesse
S/D	2
Século X	9
1ª Metade do Séc. XI	12
2ª Metade do Séc. XI	65
1ª Metade do Séc. XII	161
2ª Metade do Séc. XII	30
Séc. XIII	2

*Tabela 3 - Distribuição cronológica dos documentos presentes com o somatório de todas as fontes*

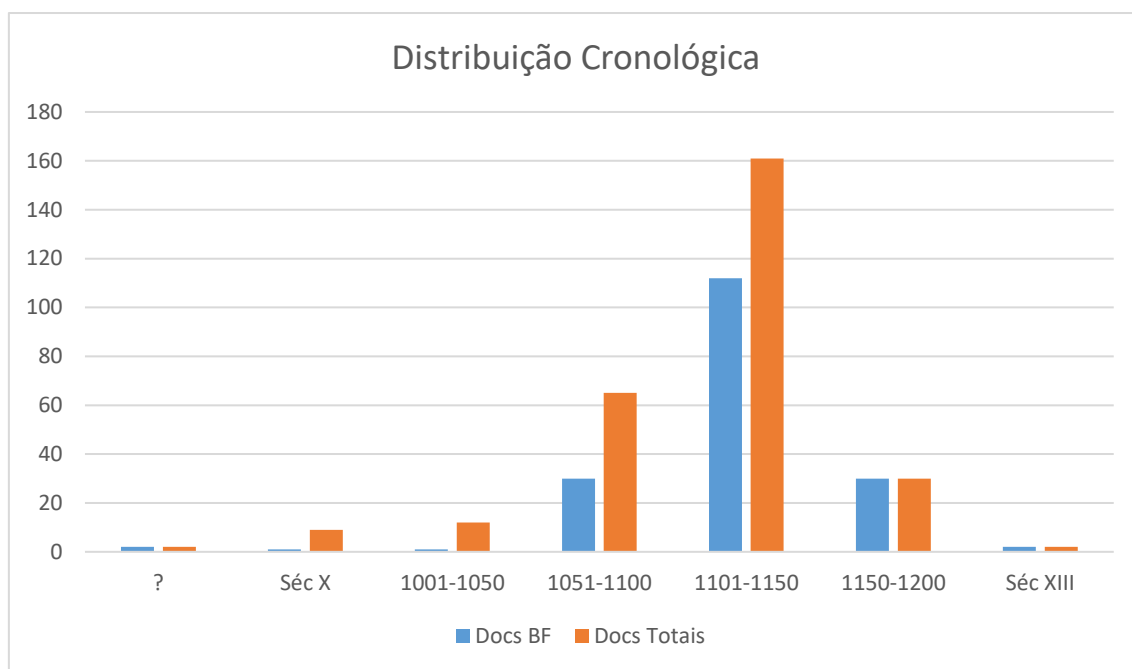


Figura 1 - Comparação da quantidade de documentação no Baio Ferrado com a inclusão das restantes fontes.

Como se pode verificar, a inclusão das restantes fontes trouxe novas informações, especialmente no que toca à segunda metade do século XI e primeira metade da centúria seguinte, reforçando assim os dois séculos que detinham já maior expressividade no *Baio Ferrado*, ampliando-nos também – embora pouco – as informações que possuíamos sobre o século X.

O primeiro documento que reunimos data de 18 de dezembro de 922 e refere-se ao ato de fundação de São Salvador de Grijó pelo abade Guterre e seu irmão Ausendus «...*Ego eo Gotierre, abba, simul cum fratri meo Ausindus per quos fundabimus eglesia in villa quos vocitant Eglesiola **inter mons Petroso et Sagitella** eque contra litora maris...*» (BF 130). Após este, só voltamos a ter referências pertinentes a partir da segunda metade do século X. Em 955, 957, 984, 985, 988 e 991 encontramos referências novamente sobre o Monte Murado ou *mons Petroso*. Em 977 encontramos a primeira referência à *Civitas Sancta Maria*, concluindo assim as referências que reunimos relativamente ao século X, que é fortemente dominado por alusões ao *Castro Petroso* ou Monte Murado.

Na primeira metade do século XI reunimos apenas 12 documentos, o que contrasta com o grande incremento observado na segunda metade deste mesmo século, que conta com 67 referências. De 1002 a 1047 encontramos 12 referências que se encontram

distribuídas de forma irregular. Em 1002 encontramos dois documentos pertinentes para o nosso estudo, seguindo-se um hiato de 23 anos. De 1025 a 1047 o maior hiato que se observa é de 7 anos. A primeira referência da segunda metade do século XI data, embora com algumas dúvidas, de 1053, registando-se um hiato de 15 anos até à referência seguinte. De 1068 a 1100 encontramos as referências distribuídas de forma regular, nunca passando os 4 anos de hiato (1068-1072) e nunca tendo mais de 9 referências num mesmo ano (1097).

Na primeira metade do século XII regista-se o maior *boom* na documentação com 161 documentos, todos eles distribuídos de forma muito regular ao longo desta metade de século, sendo poucos os anos que não possuem várias referências (só o ano de 1122 possui 19 referências).

Já na segunda metade do século XII verificamos uma grande quebra em relação à primeira metade, registando apenas 30 documentos que se encontram distribuídos de forma regular de 1151 até 1163 entrando depois num hiato de perto de 100 anos, registando-se apenas 2 referências no século XIII, ambas do ano de 1264 e que se reportam ao Castelo de Gaia, sendo, portanto, 1163 a última data em que encontramos referências a estruturas defensivas do período do Encastelamento. De seguida apresentamos um gráfico onde organizamos os dados documentais por quartos de século:

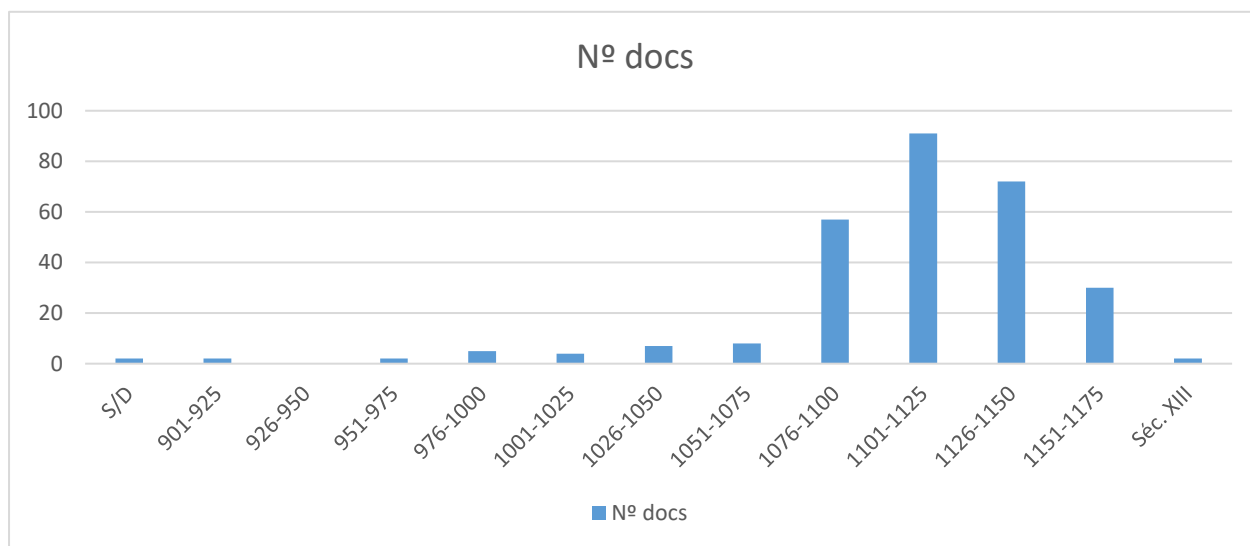


Figura 2 - Gráfico da distribuição documental com referências a estruturas defensivas em quartos de século.

Como podemos verificar, é no último quartel do século XI que registamos um grande incremento - face ao anterior - uma vez que no terceiro quartel do século XI

contamos com 8 documentos e no seguinte com 57. Verificamos, igualmente, um aumento significativo no primeiro quartel do século XII sendo este o que totaliza mais documentos – ao todo 91 diplomas. A partir deste último registamos um decréscimo regular nos quartéis seguintes para, a partir de 1163, não termos mais nenhum diploma com recurso a terminologias como *subtus mons*, *subtus alpe*, *subtus castro*, *civitas*, entre outras, que caracterizaram a documentação medieval durante três séculos. Isto explicar-se-á, como referimos anteriormente, pelo processo de desencastelamento e pelo processo de afirmação das *Terras*, que detinham apenas um castelo, e o consequente desaparecimento das *civitates*. Daí que só em 1264 voltemos a ter referência a uma estrutura defensiva, desta vez ao Castelo de Gaia.

**Os dados**

A partir da documentação, e através da recolha de expressões como *subtus mons*, *castro*, *alpe*, entre outras, que nos alertam para uma relação de dependência militar, identificamos 23 *montes* ou estruturas que sintetizamos na seguinte tabela:

<b>Designação medieval</b>	<b>Topónimo atual</b>	<b>1ª Ref.</b>	<b>Últ. Ref.</b>	<b>Nº Doc.</b>
<i>Terra/ Civitas/Castello/Castro Sancte Marie</i>	Santa Maria da Feira	977	1163	115
<i>Castro/Mons Petroso</i>	Carvalhos, Pedroso, Gaia	922	1161	106
<i>Monte Saitela</i>	Mozelos, Ceitela, Feira	922	1163	33
<i>Monte Auturelo</i>	Outurelo, Argoncilhe, Feira	1096	1161	25
<i>Monte Grande</i>	Monte da Virgem, Oliveira do Douro, Gaia	1108	1155	20
<i>Mons Seco Albo</i>	Olival, Seixo Alvo, Gaia	1074	1141	19
<i>Monte Codal</i>	Codal, Vale de Cambra	922	1148	16
<i>Castro/Monte Recarei</i>	Gândara, Oliveira de Azeméis	1002	1159	15
<i>Monte Parata Lovaze</i>	Milheirós de Poiares?, Feira	1088	1125	10
<i>Monte Serpente</i>	Mafamude, Gaia	1079	1149	9
<i>Monte Souto Redondo</i>	S. João de Ver, Feira	1097	1123	3
<i>Monte Rotundo</i>	Vergada, Feira	1089	1151	2
<i>Monte Quoto</i>	?	1135	1136	2
<i>Castro Aquilino</i>	Canidelo, Gândara, Gaia	1125	1141	2
<i>Castellum de Gaia</i>	Santa Marinha, Candal, Gaia	1264	1264	2
<i>Monte da Pena</i>	Argoncilhe, Feira	1091	1100	2
<i>Mons Petrosino</i>	Perosinho, Gaia	1131		1
<i>Monte Pascales</i>	Grijó, Gaia	1129	-	1
<i>Monte Longara</i>	?, Ovar?	1125	-	1
<i>Monte Cortellos</i>	?	1131	-	1
<i>Monte Carboneiro</i>	Carvoeiro, Mosteiró, lugar Agoncida, Feira	1123	-	1
<i>Monte Alto</i>	Rio Meão, Feira	1129	-	1
<i>Mons Acutus</i>	São Caetano, Gaia	1138	-	1

Tabela 4 - Potenciais estruturas identificadas na documentação



Após sintetizarmos o aparecimento das estruturas por século, observamos que quatro surgiram no século X (*Civitas Santa Maria, Castro Petroso, Monte Saitela e Monte Codal*), oito no século XI (*Monte Auturelo, Monte Seixo Alvo, Castro Recarei, Monte Serpente, Monte Parada Lovaz, Monte Souto Redondo, Monte Redondo e Monte da Pena*), enquanto a maioria surge no século XII (*Monte Grande, Castro Aquilino, Monte Quoto, Monte Perosinho, Monte Pascales, Monte Longara, Monte Cortelos, Monte Carboneiro, Monte Alto e Monte Agudo*). A única referência do século XIII é atribuída, logicamente, ao Castelo de Gaia.

Desta tabela o elemento mais significativo que podemos retirar é o facto de estas potenciais estruturas estarem operacionais até ao século XII. Com efeito, das 23 estruturas identificadas, 20 encontram-se em funcionamento no século XII, estando apenas o *Monte da Pena* confinado ao século XI, ainda que a sua última referência se encontre no limite desta centúria – ano de 1100; e o Castelo de Gaia, cujas duas referências são do século XIII. Curioso é, também, observar que as derradeiras referências documentais a estas estruturas se encontram no século XII.

Apenas 4 têm a sua primeira referência no século X: *Civitas Santa Maria, Monte Codal, Castro Petroso e Monte Saitela*, estando estes dois últimos intimamente ligados ao Mosteiro de Pedroso e de Grijó, respetivamente. Apesar de serem as primeiras, é curioso observar que se mantiveram operacionais até meados do século XII.

À semelhança do trabalho realizado por Mário Barroca, no qual nos inspiramos, demonstramos aqui também o número de estruturas que tiveram uma ocupação castreja ou romana nos montes referidos (Barroca, 2016, no prelo).

<b>Designação</b>	<b>Castro</b>	<b>Refª. Bibliográfica</b>
<i>Civitas Sancta Maria</i>	Feira Castelo	SILVA A.C.F., 1986, Nº 792
<i>Castro Petroso</i>	Castro Srª da Saúde	SILVA A.C.F., 1986, Nº 531
<i>Monte Saitela</i>	Monte Murado, Moselos	SILVA A.C.F., 1986, Nº 788
<i>Castro Recarei</i>	S. Martinho Gândara	SILVA A.C.F., 1986, Nº 806
<i>Monte Redondo</i>	Fiães, Feira	SILVA A.C.F., 1986, Nº 789
<i>Castro Aquilino</i>	Canidelo	ALMEIDA, C.A.F., 1978, Nº 42
<i>Castelo de Gaia</i>	Sta. Marinha, Candal	SILVA A.C.F., 1986, Nº 525
<i>Mons Petrosino</i>	Perosinho, Gaia	SILVA A.C.F., 1986, Nº 530

Tabela 5 - Montes que tiveram ocupação castreja

Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida gostava de sublinhar: «Castelo derruído era meio construído» (Almeida, 1978, p. 52). E, como tal, não é de estranhar que um número significativo das estruturas defensivas medievais assentasse sobre primitivos castros, uma vez que estes se encontravam implantados numa topografia favorável e também pelo facto de poderem aproveitar a matéria-prima e as construções já existentes.

Das 23 estruturas que extraímos a partir da documentação, pelo menos 8 tiveram uma ocupação castreja. Esta afirmação é sustentada a partir de bibliografia recolhida, nomeadamente de *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* de 1986; e da prova complementar de doutoramento de Carlos Alberto Ferreira de Almeida várias vezes mencionada ao longo deste trabalho (1978). No entanto, não será de excluir a possibilidade de, entre as restantes estruturas inventariadas, existir mais exemplos que tivessem assentado sobre primitivos castros, que não sejam mencionados na bibliografia utilizada.

Partindo agora para uma análise mais específica, onde mostraremos a cartografia realizada, optamos por cartografar apenas as estruturas cujo número de referências é mais significativo, não cartografando as que possuem apenas uma, duas e três referências documentais, que levantam dúvidas e pouco contribuem para o esclarecimento do tema retratado.

Posto isto, dedicar-nos-emos mais a 10 estruturas, uma vez que 13 possuem entre uma e três referências. O *Monte Serpente* conta com 9 referências, enquanto o *Monte Parata Lovaz* conta com 10; o *Castro Recarei* com 15 e o *Monte Codal* com 16 referências; *Seixo Alvo* e *Monte Grande* contam com 19 e 20 referências respetivamente; o *Monte Auturelo* com 25 e o *Monte Saitela* 33; o destaque vai, naturalmente, para o Monte Murado (ou *Castro Petroso*), com 106 referências, e para a *Civitas* de Santa Maria, com 115 documentos. Estes contam com as suas primeiras referências entre o século X e XI, e todos eles terminam no século XII. Esta cronologia que se estende pelo século XI e XII é díspar daquela observada durante o período crucial do processo de Encastelamento na Europa, uma vez que esta se concentra sobretudo entre o século X e o século XI, podendo-se explicar pelo facto de serem territórios mais a sul e que sofreram, portanto, um processo de defesa e pacificação mais tardio.

## ***Civitas Santa Maria***

**Localização:** Feira, Santa Maria da Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 40° 55' 15.53" N – 8° 32' 33.81" W

**Altitude:** 166 m

**Nº de documentos:** 115      **1ª Referência:** 977      **Última Referência:** 1163

**Nº de localidades:** 65

### **Expressões Utilizadas:**

*Civitas Sancta Maria* – 58

*Terra Civitatis/Civitas Sancta Maria* – 19

*Territorio Civitatis/Civitas Sancte Marie* – 10

*Prope/Sub Castello Sancte Marie* – 8

*Sub oppido Sancte Marie de civitate* – 6

*Sub domínio Sancte Marie Civitatis* – 6

*Terra Santa Maria* – 3

*Sub opido Sancte Marie* – 2

*Subtus monte Castro Sancta Maria* – 1

*Sub castelo Sancte Marie civitatis* – 1

*Sub mons civitas Sancta Maria* – 1

### **Documentos:**

**BF** – 10, 11, 12, 16, 34, 35, 38, 43, 68, 72, 93, 111, 116, 119, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 184, 185, 187, 188, 193, 194, 195, 200, 203, 204, 205, 208, 214, 216, 217, 218, 222, 236, 237, 252, 253, 255, 257, 258, 259, 260, 265, 270, 271, 272, 273, 281, 282, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296, 298, 300, 302, 303;

**DMP, DP** – 7, 44, 75, 76, 99, 179, 104, 231, 237, 249, 256, 257, 269, 272, 281, 282, 283, 285, 303, 308, 386, 387, 414, 431, 483;

**DMP, DR** – 34;

**PMH, DC** – 120, 189, 261, 385, 500, 589, 598, 599, 638, 669, 694, 703, 851, 855, 870.

A estrutura mais mencionada é, sem dúvida, a *Civitas* de Santa Maria, que totaliza 115 referências, datando a sua primeira menção do ano 977 (PMH, DC 120). As *civitates* não teriam de ser obrigatoriamente povoados urbanos de grande dimensão ou sedes de

bispado (Barroca, 2004). Esta é precisamente a situação de Santa Maria. Neste caso, a expressão *civitas* não corresponde apenas a um local, mas sim «a um amplo espaço territorial que, do ponto de vista militar, estava confinado ao controle de uma estrutura militar que, muitas vezes, se revestia de características arquitetónicas muito incipientes» (Barroca, 2004, p. 187). Correspondendo a um amplo espaço territorial, encontramos 65 póvoas integradas no âmbito da *civitas*, distribuídas pelos atuais concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Ovar e Espinho. Contrariamente aos *territoria*, as *civitates* não possuíam correspondência com a divisão eclesiástica, estando estas apenas reservadas ao âmbito militar. Os *territoria*, por sua vez, correspondiam a significativas unidades geográficas em que se aliava a vertente administrativa, religiosa e militar, sustentando-se, sobretudo, na divisão eclesiástica, isto é, nas cidades episcopais, como era o caso de Braga, Porto e Coimbra. Posto isto, e dada a vastidão da sua área geográfica, a *civitas* apoiava-se militarmente em vários castelos para controlo e defesa do seu território. A existência das *civitates* não significava que estas fossem indissociáveis dos *territoria*, até porque as primeiras encontravam-se incluídas dentro das segundas (Barroca, 1990-91, p. 91), como é o caso da *Civitas* de Santa Maria que se inseria no *territorium* de *Portucale*: «...in Tarauquela (...) *subtus monte Grande* (...) **territorio portugallense, in dominio Sancte Marie Civitatis**» (BF 119, de 1118, PMH, DC 236, de 1018). Curiosamente, por vezes as *civitates* surgem-nos mencionadas na documentação como *territorium*: «... *Valadares et Tarauquela* (...) *prope littus maris, territorio Sancte Marie Civitatis, subtus monte Grande...*» (BF 111, de 1111).

No século X, como já vimos no capítulo relativo ao âmbito geográfico, a *civitas* de Santa Maria fixou-se junto à antiga estrada romana que unia o Porto a Coimbra e como tal o seu território organizava-se em torno desse eixo viário (Mattoso, 1993, p. 25).

A sua importância parece estar intimamente ligada aos avanços e investidas levadas a cabo por *al-Mansur* sobre Coimbra - entre 986 e 987 - que transformaram a zona do vale do Vouga de novo em espaço de fronteira. A criação das *Civitates* está, definitivamente, ligada à tentativa de enquadrar um castelo governado por um nobre em zonas de fronteira, mais sensíveis e onde é preciso um maior reforço estratégico e militar. A presença desta não terá descartado a função das fortalezas de iniciativa local. Antes pelo contrário, devido ao seu vasto espaço, estas estruturas secundárias eram fundamentais para um controlo equilibrado do espaço.

A partir da segunda metade do século XI – especialmente após as campanhas de Fernando o Magno e a conquista definitiva de Coimbra – verificamos mudanças significativas ao nível das estruturas administrativas e militares. Paulatinamente a organização do espaço e do território em *civitates* começa a desaparecer devido à sua inoperacionalidade. No caso da *Civitas* de Santa Maria, o facto de deixar de ser uma zona de fronteira a partir da conquista de Coimbra retirou-lhe parte da importância militar que tinha na defesa do espaço (Barroca, 1990/91, p. 115). Contudo, a utilização das nomenclaturas *civitas*, *territorium* e *terra* permanecem um bocado ambíguas em relação à intenção da sua utilização. É em 1026 que surge a primeira referência ao **territorio** *civitas sancta maria* (PMH, DC 261). Por sua vez, a designação **terra** *Sancte Marie* surge-nos 63 anos depois (BF 194 e PMH, DC 720, de 1089). O documento seguinte remonta a 1096 e nele está referenciada a **terra** *civitatis Sancte Marie* (BF 291; PMH DC 842). Note-se que a expressão mais vezes utilizada é sem dúvida *Civitas Santa Maria*, cuja primeira menção remonta a 977 (PMH, DC 120) e a última a 1163 (BF 43), praticamente 100 anos após a conquista definitiva de Coimbra. Ou seja, desde que está operacional, a designação *Civitas* foi utilizada na documentação durante todo o período compreendido entre o século X até à segunda metade do século XII. Por outro lado, observamos que a utilização da designação **territorio** surge na primeira metade do século XI – tendo apenas uma única referência nesse mesmo século e também uma referência na segunda metade. Contudo, é na primeira metade do século XII que mais vezes surgem as referências a esta nomenclatura, com 10 menções.

Em relação à designação **terra**, sem ser acompanhada pelo termo *civitas*, podemos verificar que detemos na documentação recolhida apenas 3 menções, todas elas nos finais do século XI (BF 193, de 1089; PMH, DC 855, de 1097; BF 193, de 1100). Por sua vez, a designação **terra** *civitatis Sancte Marie* surge-nos, como já referimos, nos finais do século XI (BF 291, de 1089) e conta com 19 menções espalhadas pela primeira e segunda metade do século XII, sendo a última em 1159 (BF 296). Por esta ambiguidade, e pelo uso da nomenclatura *Civitas* perdurar ao longo destes séculos, é de crer que a sua utilização se deva também à reconhecida antiguidade do seu castelo e pela memória de ali ter existido uma primitiva ocupação no período romano (Barroca, 1990-91, p. 119).

Outro aspeto importante desta estrutura é o facto de ser das poucas que ainda conserva alguns vestígios arquitetónicos, que estão hoje integrados dentro do perímetro do Castelo de Santa Maria da Feira, na zona da Torre de Menagem. Esta valiosa

informação é-nos dada por Mário Barroca que a sustenta da seguinte forma: «No entanto, essa “Torre de Menagem” apresenta uma série de anomalias (...) Em primeiro lugar, por ser uma construção muito larga (...) ultrapassando as dimensões máximas das Torres de Menagem dos castelos portugueses. Depois porque essa construção define um pátio (...) no interior do qual se localiza uma cisterna, o que é igualmente anómalo numa Torre de Menagem. Finalmente porque possui cinco torreões adossados (quatro dos quais desde a primeira fase). Acrescentemos o facto de, na parte inferior dos seus muros, junto dos alicerces, possuir um aparelho construtivo claramente pré-românico, com uma organização não-isódoma, compreendendo silhares com cotovelos, pequenas cunhas e bastantes silhares almofadados (...) Todos estes aspetos revelam-nos que o núcleo central do Castelo da Feira corresponde à velha estrutura condal, que foi objeto de reconstruções ao longo dos séculos, e que foi adaptada a residência nos fins da Idade Média, mas que conseguiu preservar, intacto, o perímetro da obra condal do Séc. X.» (Barroca, 2004, pp. 188-189).

À semelhança da *Civitas* de Anégia, que chegou a conter pelo menos 16 outras estruturas defensivas (Barroca, 2003), a *Civitas* de Santa Maria também albergou, pelo menos, 23 potenciais estruturas defensivas dentro do seu espaço. Não é de estranhar a distribuição de outras estruturas defensivas pelo território da *civitas*, uma vez que apenas uma estrutura central revelar-se-ia extremamente ineficaz na defesa de territórios tão amplos, como é o caso da *Civitas* de Santa Maria que albergaria cerca de 14 concelhos. As póvoas que se encontravam na dependência e dentro do espaço da *Civitas* são as que serão referidas nas restantes estruturas. A partir da documentação analisada, sintetizamos num quadro as estruturas que apoiariam a rede defensiva da *Civitas* de Santa Maria:

<b>Estrutura</b>	<b>Localização</b>	<b>Fonte</b>
<i>Castro Petroso</i>	Pedroso, Gaia	«...Vendimus in villa dicta Ansemir (...) subtus Castro Petroso (...) sub opido Sancte Marie.» (BF 252)
<i>Monte Codal</i>	Codal, Vale de Cambra	«...in villa dicta Dentazes (...) et jacet sub monte Cudal, (...), prope Castellum Sancte Marie» (BF 222)
<i>Monte Saitela</i>	Ceitela, Mozelos, Feira	«...in villa Ecclesiola (...) subtus monte Saitela (...) terra civitatis Sancte Marie» (BF 11)
<i>Monte Grande</i>	Oliveira do Douro, Gaia	«...in Valadares et Taraquela (...) territorio Sancte Marie Civitatis, subtus monte Grande...» (BF 111)

<i>Monte Auturelo</i>	Grijó, Gaia	«...in villa que dicitur Nocaria, subtus Monte Auturelo (...) sub domínio civitatis Sancte Marie...» (BF 162)
<i>Castro Recarei</i>	Gândara, Oliveira de Azeméis	«...in ipso loco dicto Elderiz (...) subtus Castro Recarei et Saxo albo (...) civitas Sancta Maria.» (BF 179).
<i>Monte Redondo</i>	Fiães, Feira	«...in villa Ramir, subtus monte Rotundo (...) sub castello Sancte Marie.» (BF 183)
<i>Monte Ordonii</i>	?, ?	«...in villa Ramiri et Ordoni(...) subtus monte Ordoni (...) in terra civitas Sancta Maria...» (BF 187)
<i>Monte Seixo Alvo</i>	Seixo Alvo, Olival, Gaia	«...in villa quos vocitant Dragonzelli, subtus mons Seco Albo (...) in terra civitas Sancta Maria.» (BF 188)
<i>Monte Alto</i>	Rio Meão, Feira	«...in villa Kasal, subtus monte Altu (...) prope civitatis Sancte Marie...» (BF 200)
<i>Castro Santa Maria</i>	Feira	«...illo Casal et Pumar (...) subtus monte Castro Santa Maria (...) prope civitatis Sancte Marie.» (BF 203)
<i>Monte Cortellos</i>	?	«...villa Casal, subtus monte Cortellos (...) sub opido Sancte Marie...» (BF 204)
<i>Monte Carboneiro</i>	Agoncida, Mosteiró, Feira	«...villa Guncida subtus monte Carboneiro (...) in civitate Sancte Marie.» (BF 287)
<i>Monte Pascales</i>	Grijó, Gaia	«...in villa Morroceses, subtus monte Pascales (...) in terra civitatis Sancte Marie.» (BF 298)
<i>Monte Quoto</i>	?	«...in villa Gueteandi, subtus monte Quoto (...) in terra de Sancta Maria de civitate.» (BF 302)
<i>Monte Parata Lovaz</i>	Escapães, Feira	«...in villa sancto iohanne que dicent de mateira et in villa plana (...) subtus mons parata iovaz prope civitas sancta maria...» (D.C. 703)
<i>Monte Souto Redondo</i>	S. João de Ver, Feira	«...in villa caldelas (...) subtus mons sauto rrodondo (...) prope civitas sancta maria...» (D.C. 851)

Tabela 6 - Estruturas referidas documentalmente, contidas no espaço da Civitas de Santa Maria

Embora não estando referidas documentalmente, sabemos que os restantes montes: *Serpente*, *da Pena*, *Longara*, *Acutus*, *Petrosino* e *Castro Aquilino* se localizavam no domínio geográfico da *Civitas Santa Maria*.

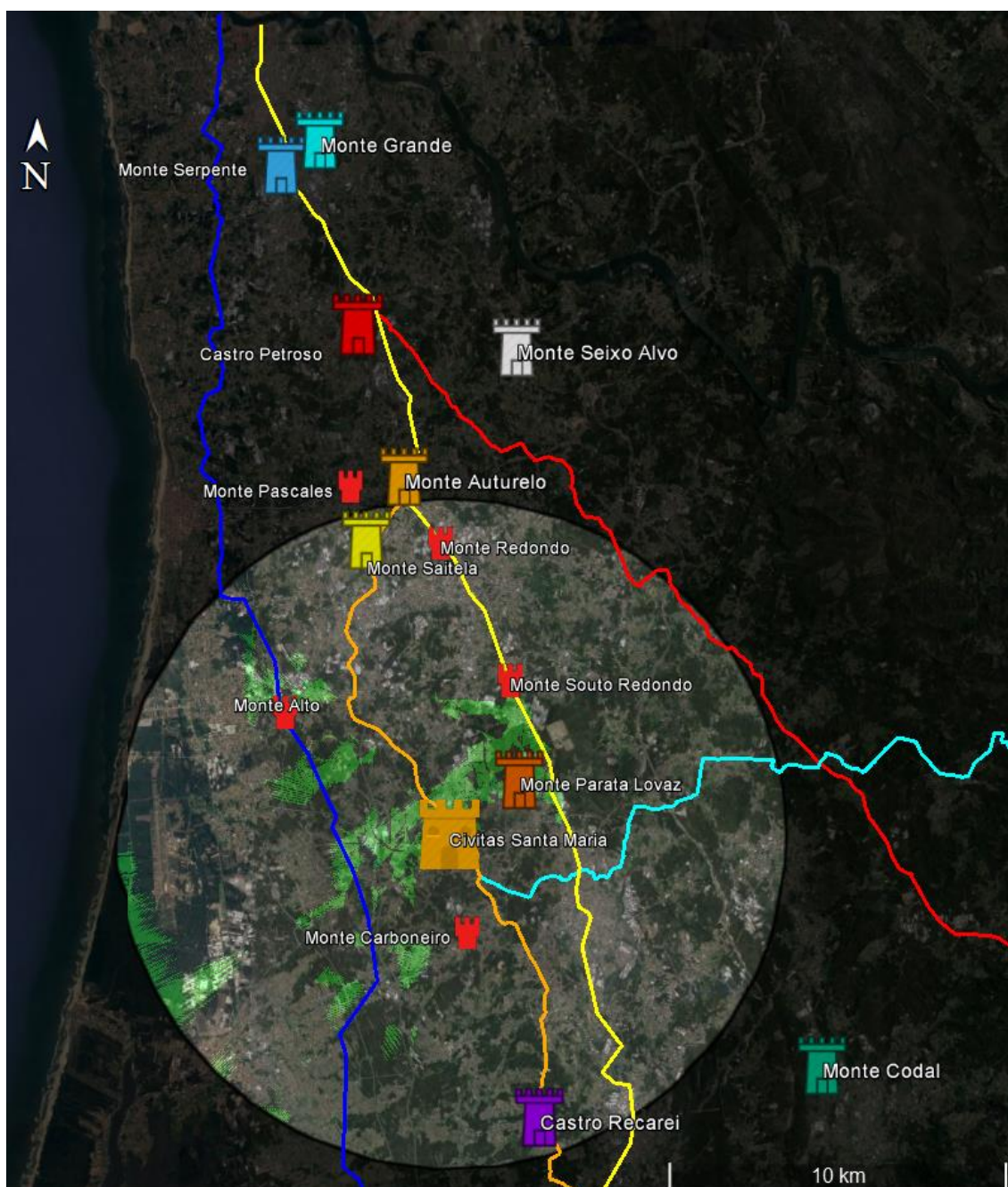


Figura 3 - Distribuição espacial das estruturas no espaço da Civitas Santa Maria e visibilidade (a verde) a partir da mesma.

Legenda:

- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via Feira-Arouca
- Via XVI Cale ad Aeminium



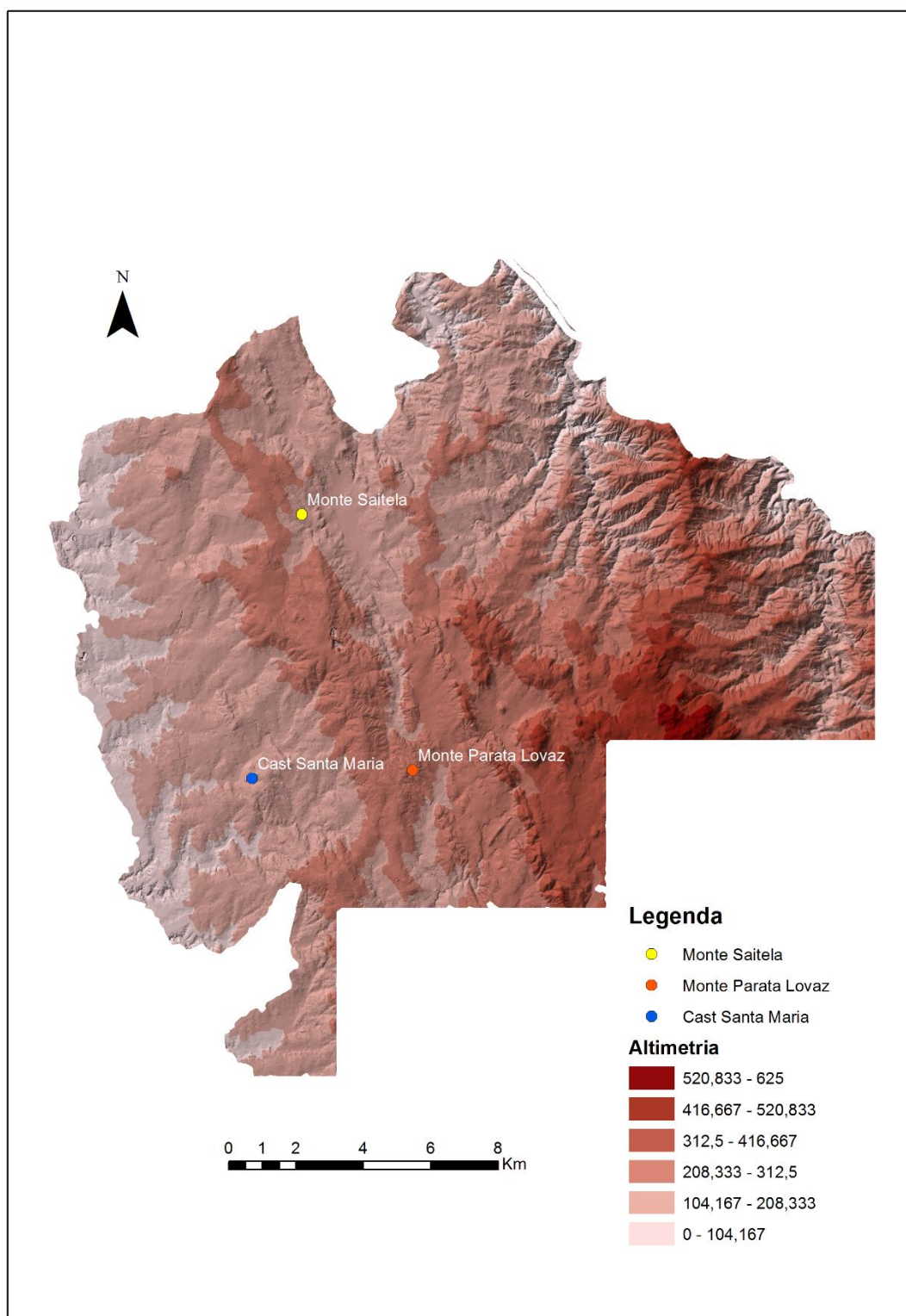


Figura 4 - Modelo Digital de Terreno do concelho de Santa Maria da Feira com as implantações das estruturas

## ***Castro Pedroso***

**Localização:** Carvalhos, Pedroso, Vila Nova de Gaia – Monte Nossa Senhora da Saúde.

**Coordenadas Geográficas:** 41° 03' 30" N - 8° 34' 27" W

**Altitude:** 241 m.

**Nº de documentos:** 106      **1ª Referência:** 922      **Última Referência:** 1161

**Nº de localidades:** 45

### **Expressões Utilizadas:**

*Sub monte Castro Petroso* – 63

*Subtus Castro Petroso* – 30

*Subtus Alpe Petroso* - 5

*Inter mons Petroso* – 5

*Prope castrum Petroso* – 3

### **Documentos:**

**BF** – 34, 35, 53, 72, 93, 113, 118, 123, 130, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 152, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 175, 176, 177, 189, 233, 234, 238, 239, 240, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 277, 294, 299, 300, 301, 304, 305;

**DMP, DP** – 33, 56, 75, 76, 79, 99, 151, 231, 238, 284, 285, 289, 303, 431, 457, 493, 514;

**DMP, DR** – 93;

**LP** – 50, 130, 132, 381, 429, 509, 510, 533, 539, 540, 541;

**PMH, DC** – 69, 72, 140, 149, 155, 161, 338, 356, 448, 463, 502, 508, 563, 575, 599, 630, 674, 694, 724, 849, 855, 872, 876.

Muito perto do número de referências da *Civitas* de Santa Maria temos o *Castro Petroso*, conhecido hoje como Monte Murado ou Castro da Nossa Senhora da Saúde (Pedroso, Vila Nova de Gaia), que contabiliza 106 referências. Era já um primitivo povoado fortificado da Idade do Ferro. Conserva ainda vestígios de muros que corresponderão a habitações, rodeados por várias linhas de muralha que ultrapassam os 3 km de perímetro. Foi neste povoado fortificado que foram achadas as *tesserae hospitales* que contêm inscrições referentes a pactos de hospitalidade entre indígenas e romanos. Em 1983 foi feita uma intervenção arqueológica da responsabilidade de Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva, 1983).

Na Idade Média, a importância desta estrutura, que explica igualmente o vasto número de referências, prende-se com o facto de estar intrinsecamente ligada ao Mosteiro de Grijó e ao de Pedroso. É significativo que o primeiro documento que menciona o *Mons Petroso* seja o ato de fundação do Mosteiro de Grijó, em 922: «...fundabimus eglesia in villa quos vocitant Eglesiola inter mons Petroso et Sagitella eque contra litora maris...» (BF 130), que também refere uma outra estrutura intimamente ligada a este Mosteiro: o *Mons Sagitella*. Como defendeu Carlos Alberto Ferreira de Almeida acerca das incursões rápidas - tanto de muçulmanos como de normandos - e da consequente necessidade de colaboração dos clérigos na defesa do território: «Mais que a fuga com as relíquias era salutar a resistência que as próprias relíquias ajudariam. Não admira, pois, que haja uma relação íntima entre o bispo e a defesa da sua cidade (...) e entre mosteiros e a construção de castelos» (Almeida, 1978, p. 45). Esta relação observa-se igualmente noutros casos: «o Mosteiro de Paço de Sousa e o *Mons Ordinis*; o Mosteiro de Cête e o castelo de Vandoma; a abadia de Pendorada e o castelo de Monte Aradros...» (Barroca, 2016, no prelo), ou até mesmo o caso do Mosteiro de Guimarães e o *Monte Latito*, já referido anteriormente.

Encontramos 45 localidades associadas a esta estrutura, implantadas maioritariamente nos atuais concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Ovar. No decurso do século X o território galaico-português é palco de investidas constantes entre muçulmanos e cristãos, chegando mesmo *al-Mansur* a investir em 987 sobre Coimbra, conquistando-a de novo e pondo termo ao Condado Conimbricense (878-987), e sobre o Castelo de Aguiar de Sousa. Em 997, no decurso da sua campanha contra Santiago de Compostela, *al-Mansur* ocupa os territórios beirãos a sul do Douro. O território da *civitas* de Santa Maria, onde Vila Nova de Gaia se incluía, foi afetado por estas investidas, ganhando uma importância estratégica enorme por se ter convertido em zona limítrofe do espaço cristão e só seria pacificado na sequência da conquista definitiva de Coimbra em 1064 (Durand, 1971). A existência permanente destas *villae* ao longo dos séculos X–XII mostra-nos que estas incursões não conduziram a um ermamento, isto é, a um despovoamento total da zona, apesar de escritos do árabe *Almacari* nos dizerem que «não ficou igreja que não fosse queimada nem sino que não fosse partido» (Sánchez Albornoz, 1996, p. 136); ou então outros documentos cristãos referirem, reportando-se aos muçulmanos, que estes «devastarunt omnes locos sanctos», isto é, devastaram todos os lugares santos (PMH, DC 194).

Por outro lado, temos documentos que nos comprovam uma coexistência e até trocas de bens e propriedades entre cristãos e muçulmanos, como, por exemplo, um documento de 1089 relativo a *Zalama* - nome notoriamente árabe - e *Adadivergo Vermuiz* que trocam com Soeiro Fromarigues, senhor de Grijó, e sua esposa, duas partes de uma terra situada em Framião (Serzedo, Vila Nova de Gaia) por três partes de uma outra situada em *Faorta*, estando curiosamente a *villa Framian* «*subtus Castro Petroso, discurrente rivulo Cerzedo, territorio portugallense, prope littus maris*» (BF 156). Com a existência dos Mosteiros de Grijó e de Pedroso e ainda a presença do primitivo castro numa topografia muito favorável, não é de estranhar o facto de perto de 45 localidades se encontrarem associadas e confinadas à sua esfera territorial. Acrescentando a isto, sem dúvida que a fixação da via XVI *Cale ad Aeminium* se revelou determinante também no controlo do território por parte do *Castro Petroso*. Note-se, ainda, que este se localiza junto à intercepção entre a via XVI e a via que ligaria *Cale* a *Vissaium*, como podemos verificar na Figura 5, 6 e 7.

As referências a esta estrutura estendem-se por todo o século XI e boa parte do século XII, conhecendo a sua última menção no ano 1160. Podemos constatar que a ele estavam associadas praticamente todas as póvoas do concelho de Vila Nova de Gaia. De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978) - como já referimos anteriormente – parece estar hierarquizado de alguma forma com o *monte Seixo Alvo*.



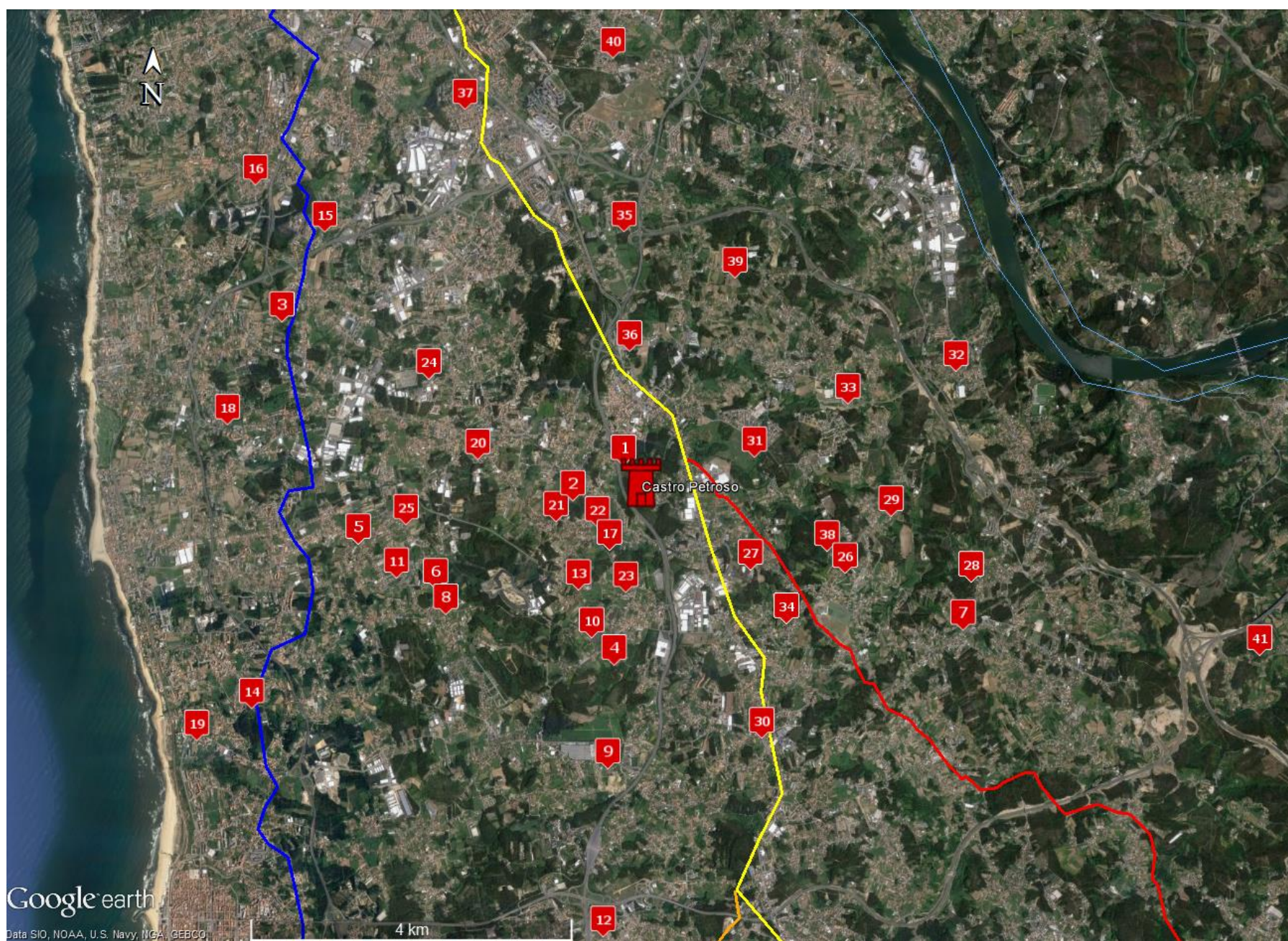


Figura 5 - Topónimos associados ao Castro Petroso

Legenda:

- Castro Petroso
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

0 Póvoas



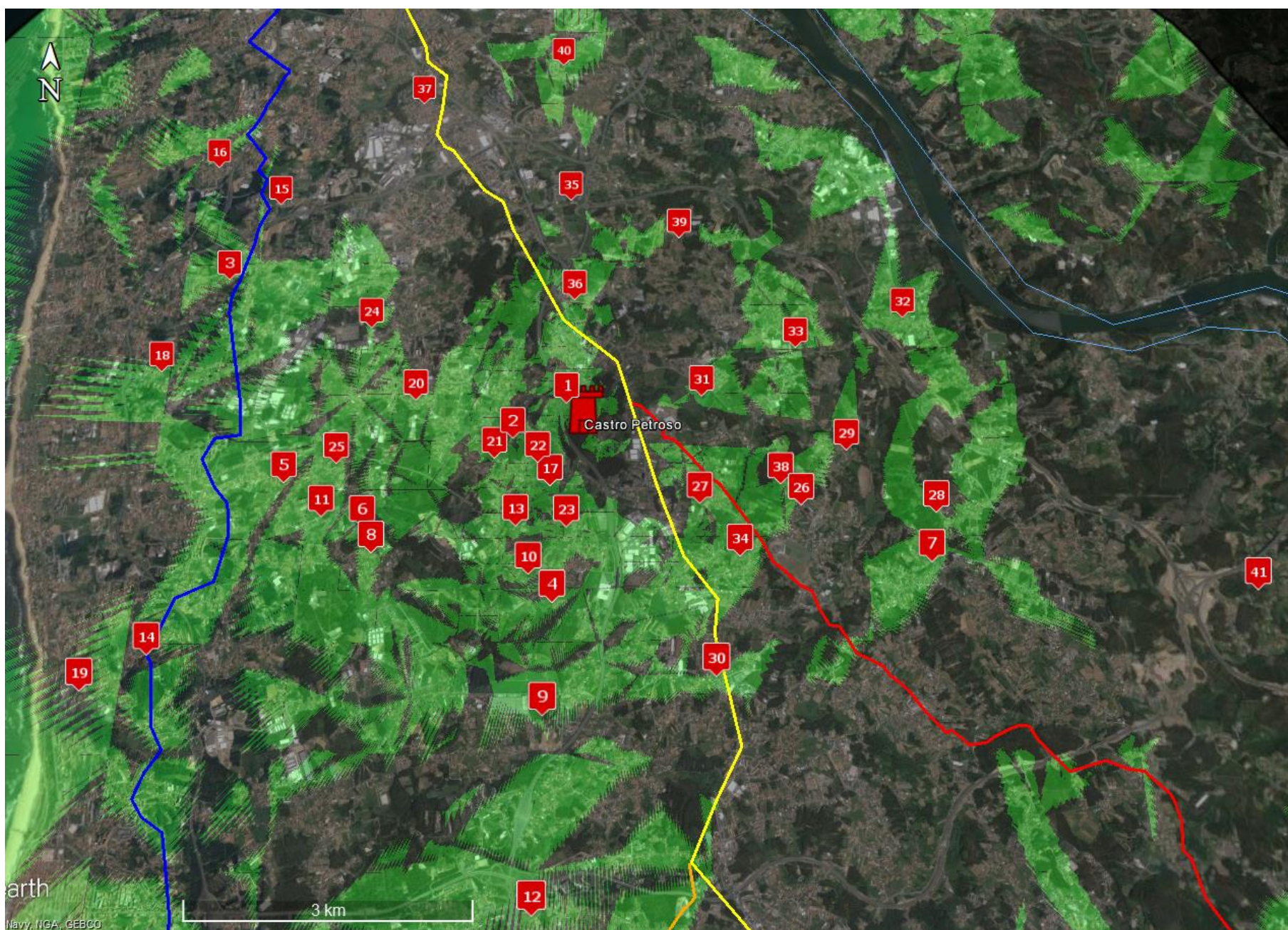


Figura 6 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Petroso

## Legenda

- Castro Petroso
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

0 Póvoas



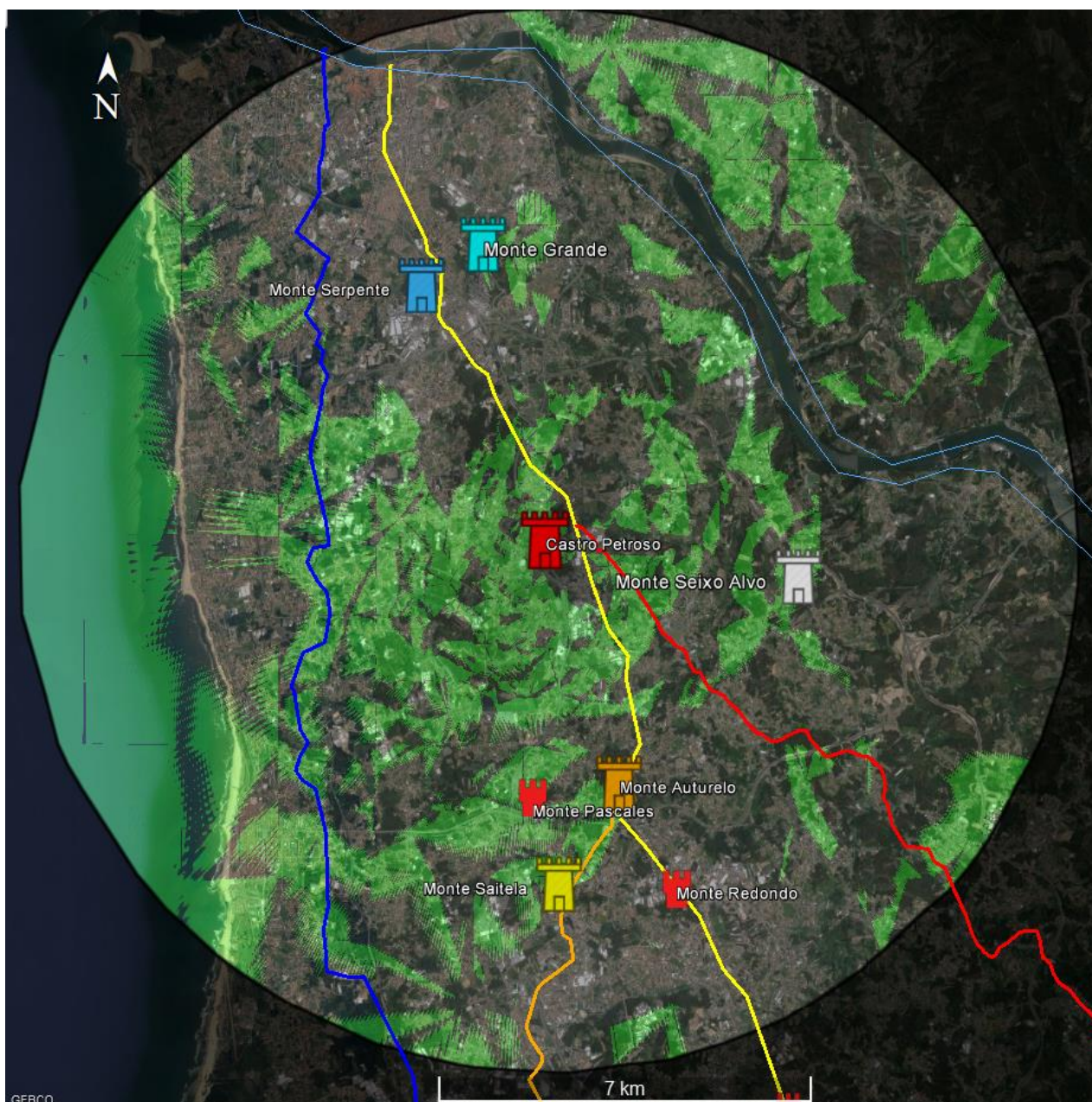




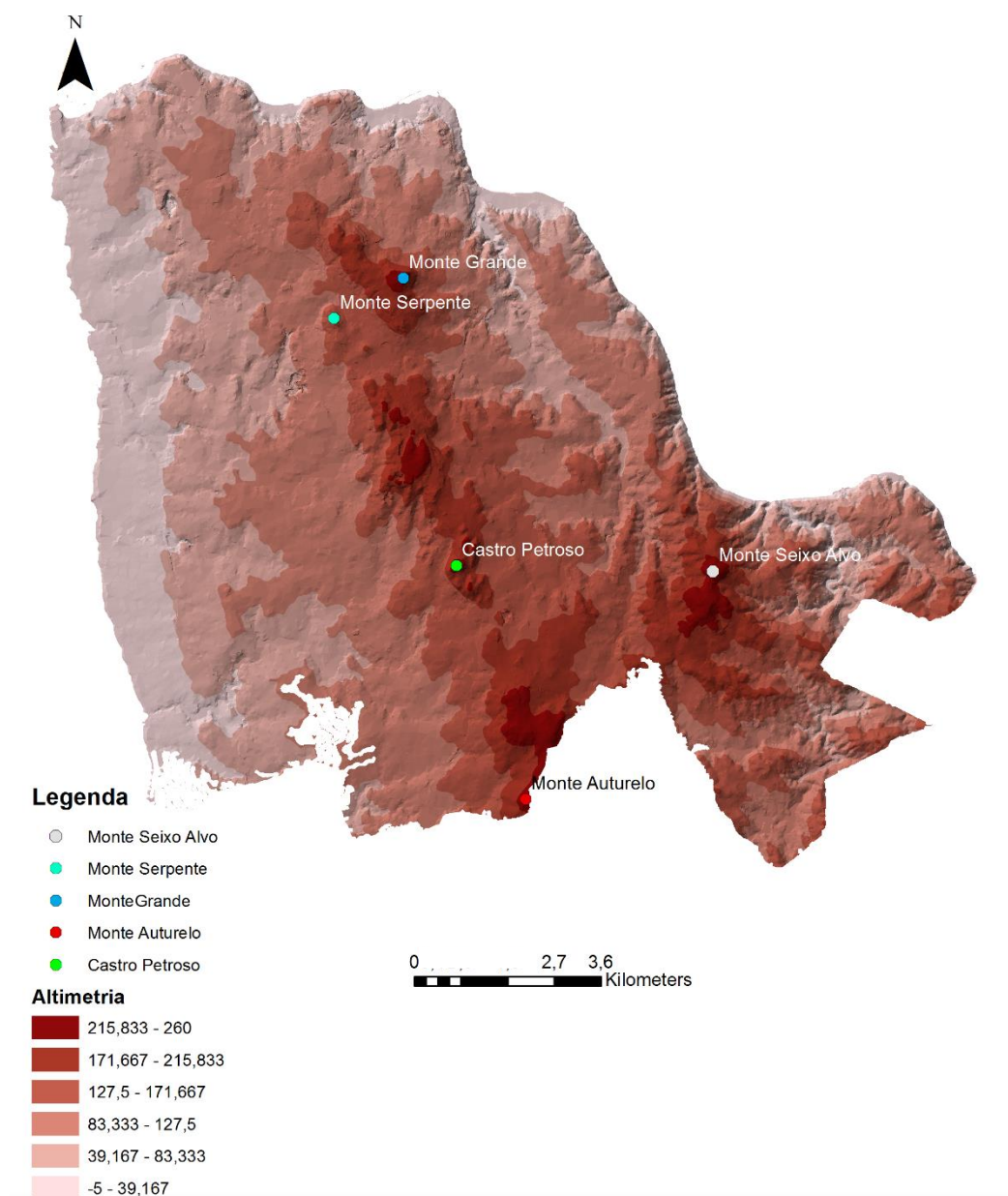


Figura 7 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Petroso para outras estruturas

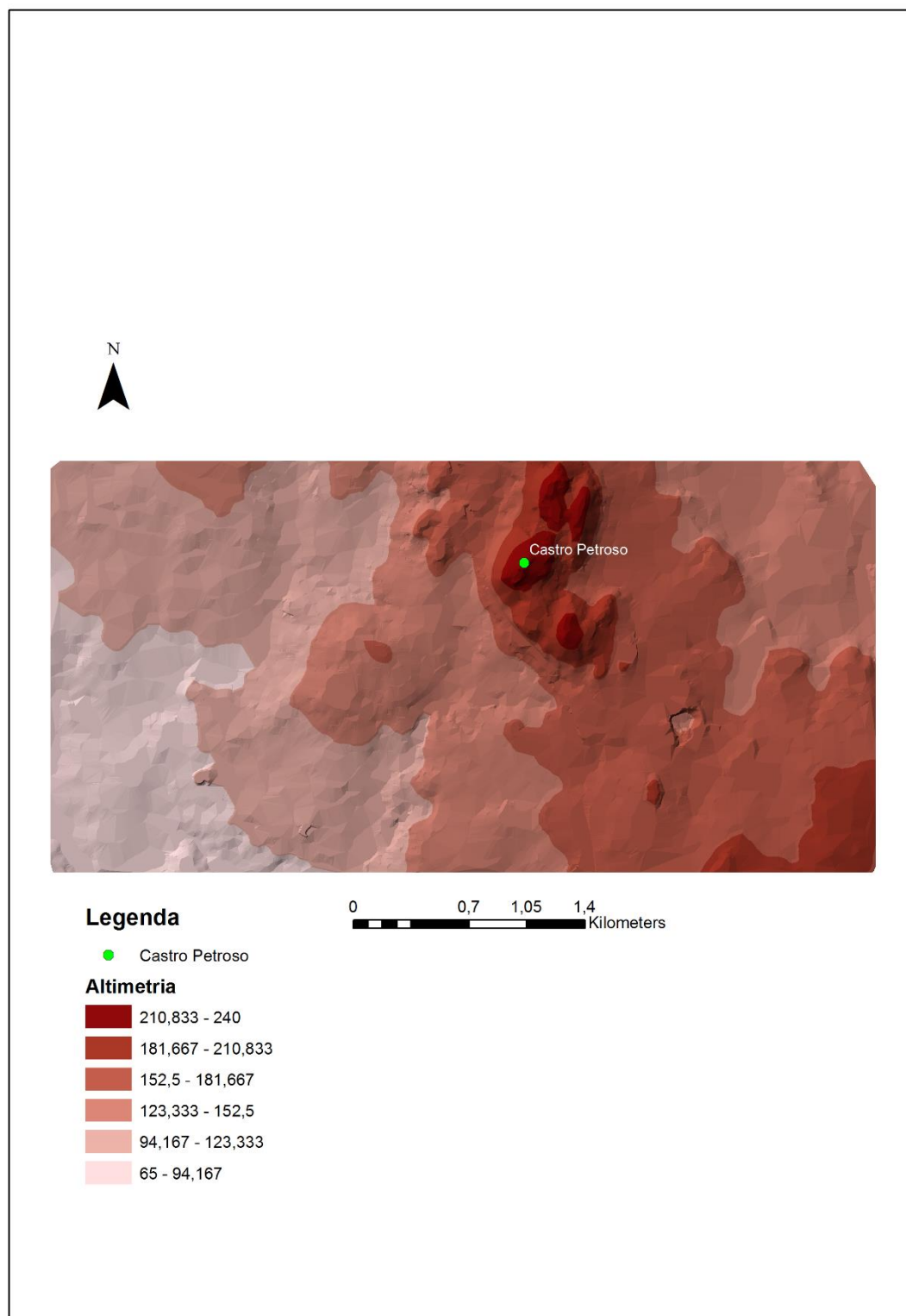
Legenda:

-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via XVI Cale ad Aeminium



*Figura 8 - Modelo Digital de Terreno do concelho de V.N. Gaia e implantações das estruturas*





*Figura 9 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Castro Petroso*

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Castro</i>	Crasto, Perosinho, Gaia	BF 35, de 1112
2	<i>Villa Moar</i>	Muar, Perosinho, Gaia	BF 234, de 1107
3	<i>Villa Vulpeliales</i>	Gulpilhares, Gaia	BF 176, de 1123
4	<i>Villa Curveiros</i>	Corveiros, Grijó, Gaia	BF 301, de 1084
5	<i>Villa Framian</i>	Framião? Serzedo, Gaia	BF 156, de 1089
6	<i>Villa Savariz</i>	Sabariz, Serzedo, Gaia	BF 113, de 1098
7	<i>Villa Guetesenda</i>	Gondesende, Esmoriz, Ovar	BF 113, de 1098
8	<i>Villa Cornadelo</i>	Corvadelo, Serzedo, Gaia	BF 118, de 1099
9	<i>Villa Eglesiola</i>	Grijó, Gaia	BF 130, de 922
10	<i>Villa Penso</i>	Penso, Sermonde, Gaia	BF 144, de 1087
11	<i>Villa Billanes</i>	?, Sermonde? Gaia	BF 144, de 1087
12	<i>Villa Nogariam/Nocaria</i>	Nogueira de Regedoura, Feira	BF 145, de 1092
13	<i>Villa Sesmundi</i>	Sermonde, Gaia	BF 161, de 1123
14	<i>Villa Sancto Felice</i>	São Félix, Gaia	BF 161, de 1123
15	<i>Villa Vilar</i>	Vilar do Paraíso, Gaia	BF 177, de 1129
16	<i>Villa Valadares</i>	Valadares, Gaia	BF 177, de 1129
17	<i>Villa Vimarenes</i>	Guimarães, Perosinho, Gaia	PMH, DC 575, de 1080
18	<i>Villa Ansemir</i>	Enxomil, Arcozelo, Gaia	DMP, DP 431, de 1123
19	<i>Villa de Brito</i>	Brito, S. Félix, Gaia	BF 260, de 1112
20	<i>Villa Petrosino</i>	Perosinho, Gaia	PMH, DC 872, de 1098
21	<i>Villa Segerei</i>	Sergueiros, Perosinho, Gaia	DMP, DP 33, de 1101
22	<i>Villa Prandera</i>	?, Perosinho, Gaia	BF 261, de 1128
23	<i>Villa Buruntanes</i>	Brantães, Sermonde, Gaia	BF 144, de 1087
24	<i>Villa Negrelus</i>	Negrelos, Canelas, Gaia	BF 277, de 1146
25	<i>Villa Cerzedo</i>	Serzedo, Gaia	PMH, DC 140, de 984
26	<i>Villa Lavatores</i>	Lavadores, Olival, Gaia	LP 50, de 1097
27	<i>Villa Ollariolos</i>	Leirós, Pedroso, Gaia	LP 50, de 1097
28	<i>Villa Sancti Michaelis</i>	São Miguel, Olival, Gaia	LP 50, de 1097
29	<i>Villa Tabulosam</i>	Tabosa, Pedroso, Gaia	LP 50, de 1097
30	<i>Villa Seixozelo</i>	Seixozelo, Gaia	LP 130, de 1047

31	<i>Villa Petroso</i>	Pedroso, Gaia	PMH, DC 356, de 1047
32	<i>Villa Sancto Martino</i>	S.Martinho de Arnelas, Olival, Gaia	PMH, DC 161, de 991
33	<i>Villa Paradella</i>	Paradela, Pedroso, Gaia	PMH, DC 563, de 1078
34	<i>Villa Fonsim</i>	Afonsim, Pedroso, Gaia	DMP, DP 99, de 1103
35	<i>Villa Borreles</i>	Borreles, Pedroso, Gaia	DMP, DP 151, de 1104
36	<i>Villa Guandilanes</i>	Gondenhães, Pedroso, Gaia	DMP, DP 151, de 1104
37	<i>Serpente</i>	Serpente, Mafamude, Gaia	DMP, DP 151, de 1104
38	<i>Villa Camphalios</i>	Sanfalhos, Pedroso, Gaia	DMP, DP 75, de 1118
39	<i>Villa Figauredo</i>	Figueiredo, Pedroso, Gaia	DMP, DP, 284, de 1122
40	<i>Villa Vilar</i>	Vilar de Andorinho, Gaia	LP 381, de 1108
41	<i>Villa Valzena</i>	Várzea, Sandim, Gaia	BF 245, de 1152
42	<i>Villa Laginosa</i>	?	PMH, DC 149, de 985
43	<i>Villa Quintanela</i>	?	DMP, DP 151, de 1104
44	<i>Villa Nova</i>	?	DMP, DP 431, de 1113
45	<i>Villa Sala</i>	?	DMP, DP 284, de 1122

Tabela 7 - Topónimos associados ao Castro Petroso

Podemos verificar que grande parte das póvoas e das principais vias se encontram na esfera visual do *Castro Petroso*, o que não é de espantar dada a sua localização, numa elevação de 240 m de altitude, situada praticamente no centro do concelho de Vila Nova de Gaia, entre o Rio Douro e o mar. Por outro lado, outras estruturas defensivas estão igualmente no raio de visão do *Castro Petroso*: apenas o *Monte Serpente* parece não ser alcançado, como podemos atentar na Figura 7. Contudo, este monte parece-nos que serviria para apoiar o *Monte Grande* e não encontramos qualquer relação entre ele e o *Castro Petroso* na documentação.

Como referimos no capítulo relativo ao enquadramento geográfico, o Monte da Senhora da Saúde, onde está implantado o *Castro Petroso*, corresponde a uma das elevações mais notáveis do concelho de Vila Nova de Gaia. O seu alcance visual distribui-se por todo o território municipal, estando mais concentrado a Oeste da sua implantação, onde detém a maior parte das póvoas, como podemos confirmar na Figura 6. Além do território concelhio de Vila Nova de Gaia, atinge a Sul o de Santa Maria da Feira, e a

Norte, além Douro, parte do território municipal do Porto e de Gondomar, que se inseria na *civitas* de Santa Maria. Não deixa de ser curioso que nas escavações levadas a cabo em 1983 não haja referências a vestígios da época medieval.

Infelizmente alguns topónimos não foram possíveis de ser localizados como podemos verificar na tabela em cima. Outros, apesar de não sabermos a localização exata, cartografamos na freguesia a que sabemos que correspondiam, como é o caso da *villa Framiam* (Nº 5), da *villa Billanes* (Nº 11) e da *villa Prandera* (Nº 22).

## ***Monte Saitela***

**Localização:** Monte Murado, Moselos, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 41° 00' 00.13" N – 8° 34' 19.02" W

**Altitude:** 226 m.

**Nº de documentos:** 33

**1ª Referência:** 922

**Última Referência:** 1163

**Nº de localidades:** 18

### **Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons Sagittela* – 27

*Subtus Alpe Mons Sagitella* – 2

*Inter Montem Sagittela* – 2

*Subtus Alpe Sagitella* – 1

*Subtus Castro Sagitella* – 1

### **Documentos:**

**BF** – 11, 12, 16, 25, 29, 31, 43, 46, 72, 130, 147, 151, 153, 167, 169, 201, 206, 207, 209, 266, 267, 268, 281, 282, 283, 284, 295, 296;

**PMH, DC** – 257, 298, 521, 585, 669.

Já mais distanciado das estruturas até agora referidas, temos o *Mons Sagitella* com 33 referências. Localizado no Monte Murado, Moselos (Santa Maria da Feira), é referido pela sua relação com o Mosteiro de Grijó (Almeida, 1978), cuja fundação é referida sob dependência do *Monte Saitela*: «...monasterio Sancti Salvatoris de Ecclesiola qui est fundatus in ipso predicto loco subtus monte Saitela, discurrente arrugio ipsius ville, territorio portugalensi, terra Sancte Marie Civitatis...» (BF 16, de 1109). Sob a dependência desta estrutura encontramos 18 póvoas distribuídas pelos concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Espinho e Ovar. É referido por Carlos Alberto Ferreira de Almeida com a função importante de recolha de gados devido ao seu nome (Almeida, 1989, p. 48). A sua localização junto à estrada romana, que tinha como itinerário Picôto-Ul, demonstra-nos, uma vez mais, a relação entre a fixação de uma estrutura fortificada e



uma via, onde a primeira serviria seguramente para vigiar a segunda, estando também notoriamente próxima da interceção da via XVI *Cale ad Aeminium*.

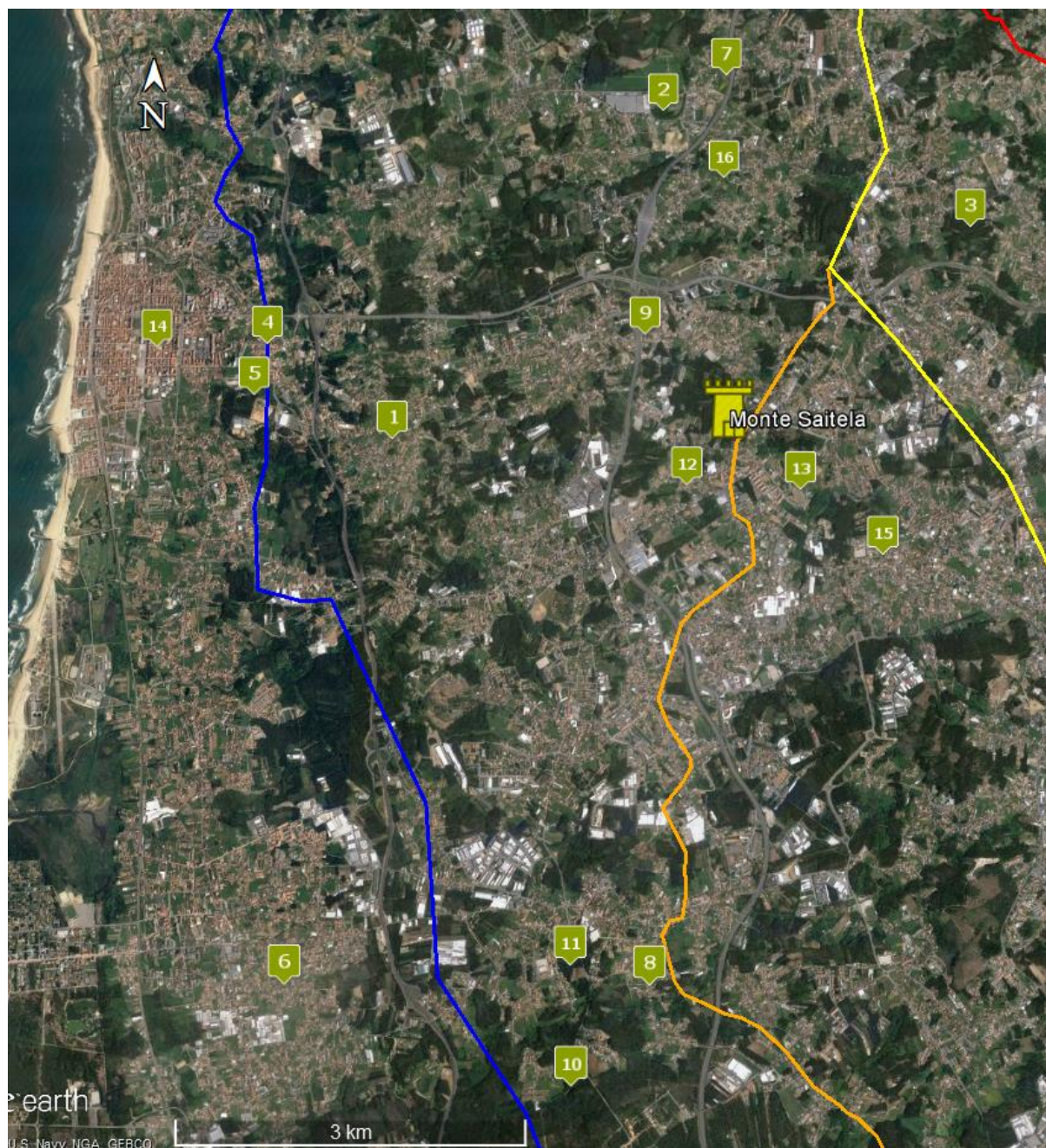







Figura 10 - Topónimos associados ao Monte Saitela

Legenda:

-  Monte Saitela
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via XVI Cale ad Aeminium

 0 Póvoas



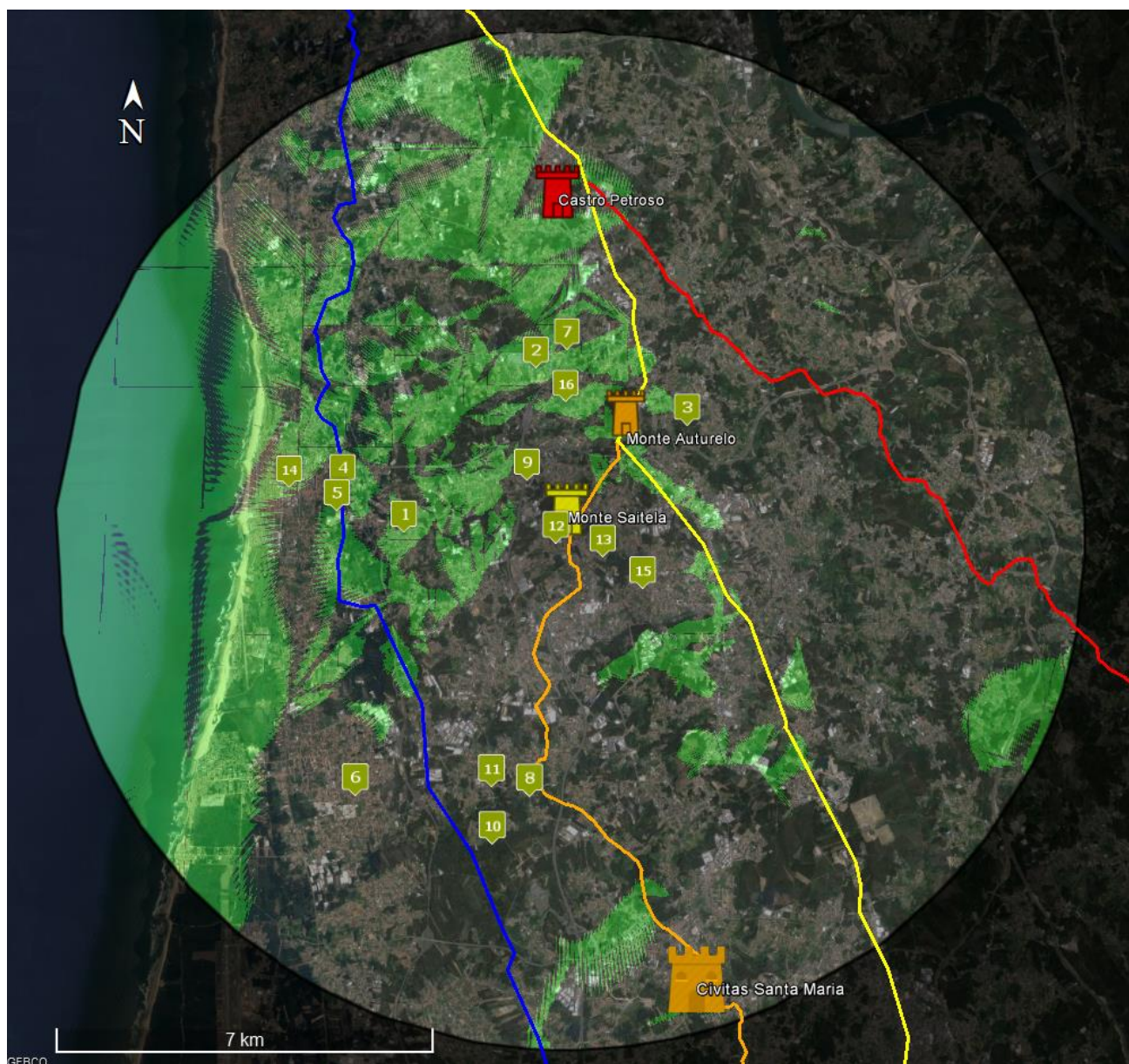


Figura 11 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Saitela

### Legenda:

- Castro Petroso
- Civitas Santa Maria
- Monte Auturelo
- Monte Saitela
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

Póvoas

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Ermogees</i>	Esmojães, Espinho	BF 72, de 1148
2	<i>Villa Eglesiola</i>	Grijó, Gaia	BF 130, de 922
3	<i>Illo Sancto Martino</i>	São Martinho de Argoncilhe	BF 29, de 1138
4	<i>Loci Anta</i>	Anta, Espinho	PMH, DC 298, de 1038
5	<i>Loci Sali</i>	Sá, Rio Meão, Feira	BF 43, de 1163
6	<i>Palatiolo</i>	Paço, Esmoriz, Ovar	BF 206, de 1134
7	<i>Morracezes</i>	Murracezes, Grijó, Gaia	BF 147, de 1075
8	<i>Ripas</i>	Ribas, Rio Meão, Feira	BF 147, de 1075
9	<i>Villa Nogueira</i>	Nogueira de Regedoura, Feira	BF 167, de 1086
10	<i>Villa Casal de Saa</i>	Casais de cima/baixo?, Rio Meão, Feira	BF 201, de 1127
11	<i>Villa Rivulo Meiano</i>	Rio Meão, Feira	BF 201, de 1127
12	<i>Villa Sagittela</i>	Ceitela, Mozelos, Feira	BF 266, de 1144
13	<i>Villa Mozellus</i>	Mozelos, Feira	BF 283, de 1097
14	<i>Villa Spino</i>	Espinho	DMP, DC 585, DE 1080
15	<i>Laurosela</i>	Lourosela, Lourosa, Feira	BF 29, de 1138
16	<i>Illo Auteiro</i>	Outeiro, Grijó, Gaia	BF 153, de 1091
17	<i>Villa Sesnandi</i>	?	BF 267, de 1144
18	<i>Casal de Guntili</i>	?	BF 201, de 1127

Tabela 8 - Topónimos associados ao Monte Saitela

É também notório que a maioria das póvoas associadas ao *Monte Saitela* se localizam a Oeste do seu eixo de visão, tendo a Este apenas o lugar de São Martinho, a *villa Mozellus* e *Lourosela*. A fixação das *villae* mais junto à costa explicar-se-á pelas condições do solo para a prática agrícola. A partir da visualização da Figura 11 podemos concluir que a implantação desta estrutura exerce um domínio claro sobre a área a Oeste, onde detém a maior parte das póvoas, tendo ainda uma clara linha de visão sob o eixo litoral e sob o mar. Em relação à proximidade costeira, está implantando na elevação topográfica de maior relevância. Se atentarmos ainda à Figura 11, podemos também concluir o claro domínio visual sobre as vias que lhe são próximas: a via que ligava Picôto a Ul, cujo curso passava justamente no sopé desta elevação; a via *Cale ad Aeminium*, que



se intercetava com a via Picôto-UI, a pouco mais de 1,5 km da implantação do *Monte Saitela*; e por último a via costeira que ligava *Cale* a *Talabriga*, sobre a qual detém um largo troço contínuo de visibilidade. Além disto, podemos também verificar que o alcance visual atinge outras estruturas, nomeadamente a Norte, o *Monte Auturelo* e o *Castro Petroso*, e a sul, parcialmente, a zona onde está implantado o castelo de Santa Maria da Feira. Na área prospetada não se encontraram vestígios que nos remetessem para este período cronológico.

## ***Monte Auturelo***

**Localização:** Loureiro de Cima, Grijó, Vila Nova de Gaia, no limite com Argoncilhe

**Coordenadas Geográficas:** 41° 01' 01.79" N – 8° 33' 30.83" W

**Altitude:** 246 m

**Nº de documentos:** 25

**1ª Referência:** 1096

**Última Referência:** 1161

**Nº de localidades:** 14

**Expressões Utilizadas:**

*Sub monte Auturelo* – 25

**Documentos:**

**BF** – 8, 21, 36, 162, 163, 164, 165, 166, 173, 174, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 190, 192, 195, 236, 237, 290, 291, 292;

**DMP, DP** – 386.

Com quase tantas referências como o *Mons Sagitella*, surge-nos o *Monte Auturelo* com 25 menções, provavelmente localizado no monte que se encontra na fronteira entre Grijó e Argoncilhe. Daí Carlos Alberto Ferreira de Almeida indicar a sua possível localização em Argoncilhe (1978, p. 41). Possui 14 localidades associadas, distribuídas pelos concelhos da Feira e de Vila Nova de Gaia. Estas póvoas encontram-se todas nas proximidades da estrutura, com a exceção da *Villa Brito* (Nº 1) situada em São Félix da Marinha, Gaia (ver Figura 12 e 13). A este monte surge também associada a *villa Ecclesiole* (Nº 2), Grijó, Vila Nova de Gaia, em três documentos, aparecendo, portanto, esta *villa* associada a três estruturas: *Castro Petroso* e *Saitela* e ainda o *Monte Auturelo*.



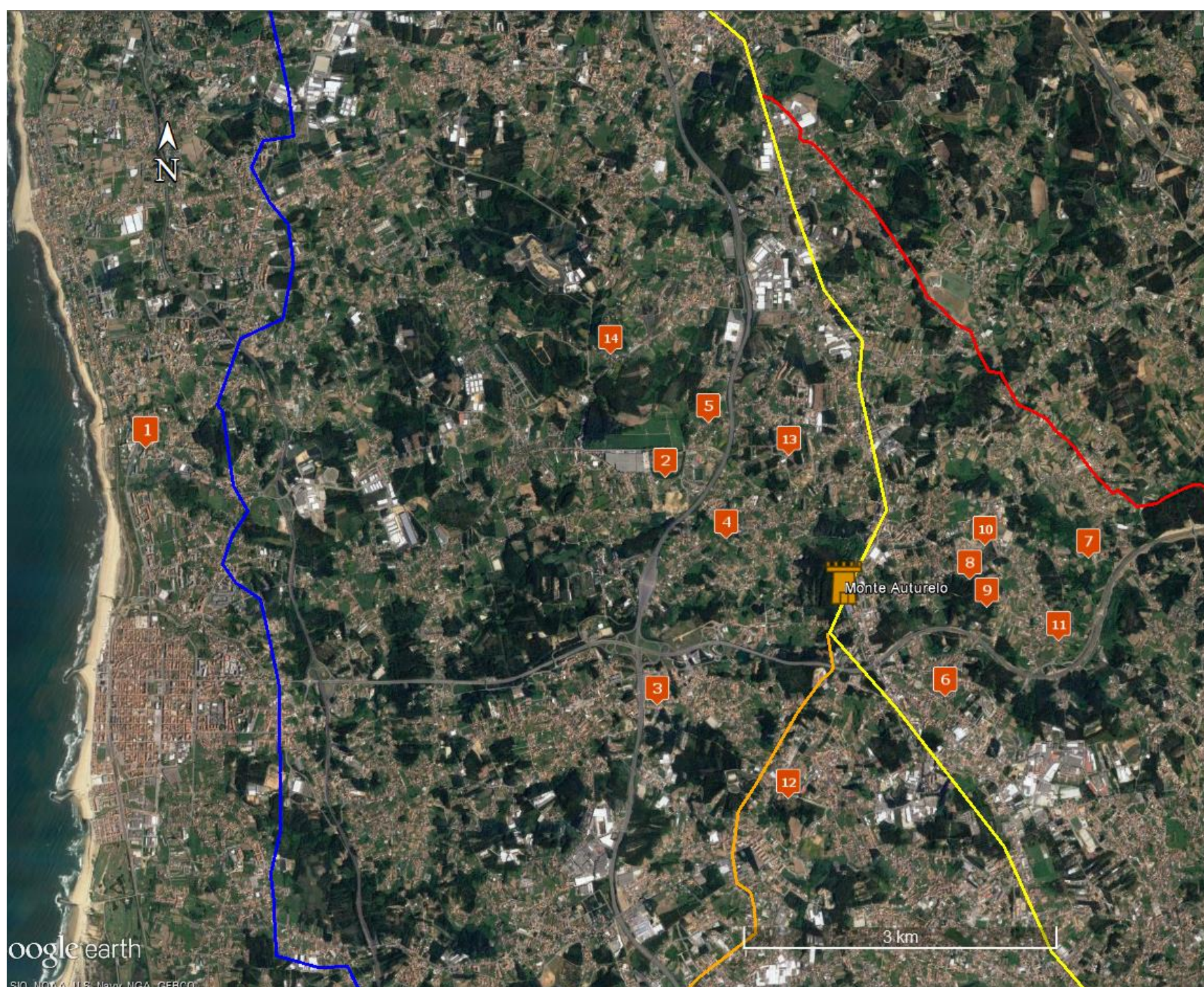







Figura 12 - Topónimos associados ao Monte Aturelo

Legenda:

-  Monte Aturelo
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via XVI Cale ad Aeminium

 Póvoas



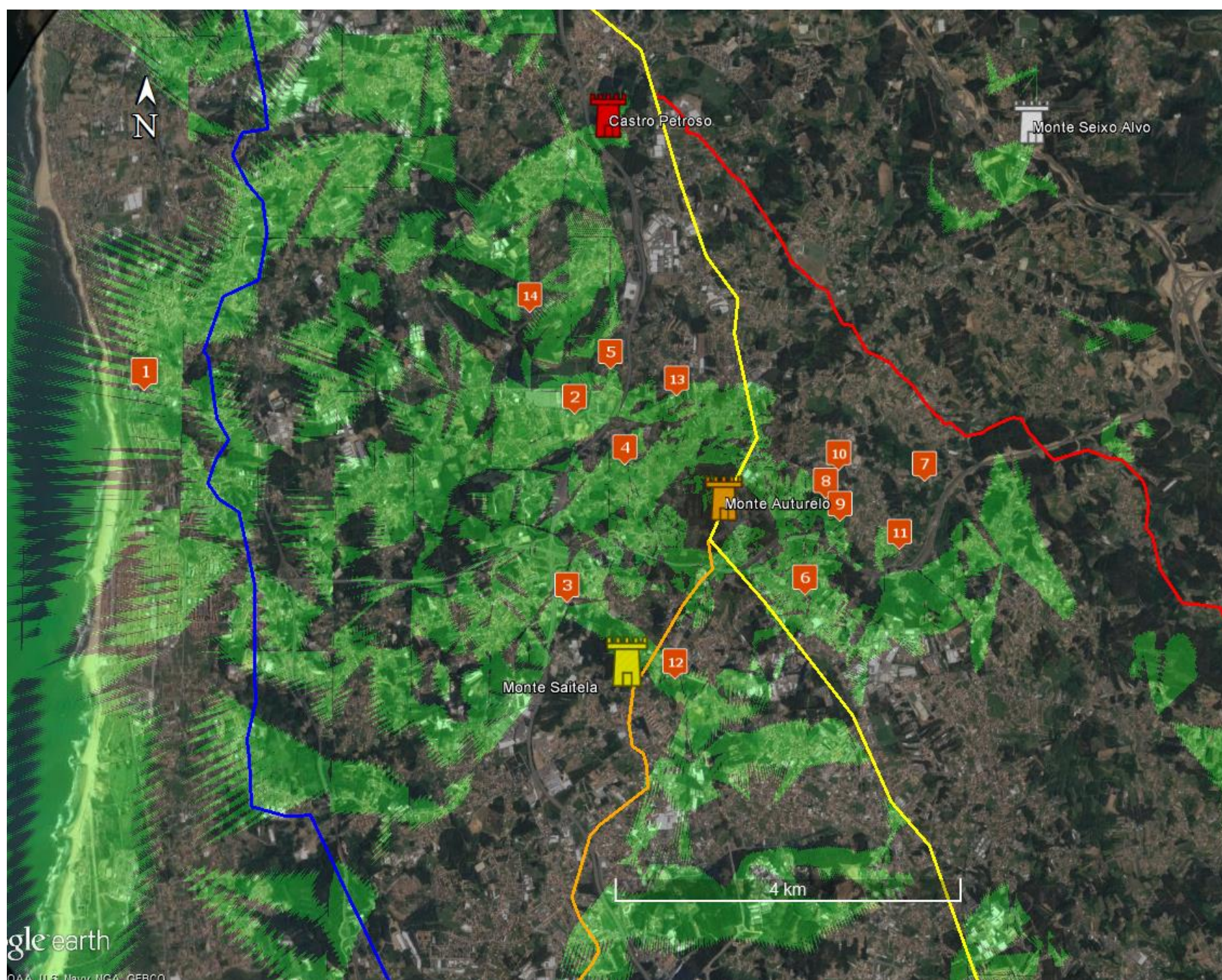


Figura 13 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Auturelo

Legenda:

- Castro Petroso
- Monte Auturelo
- Monte Saitela
- Monte Seixo Alvo
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

0 Póvoas



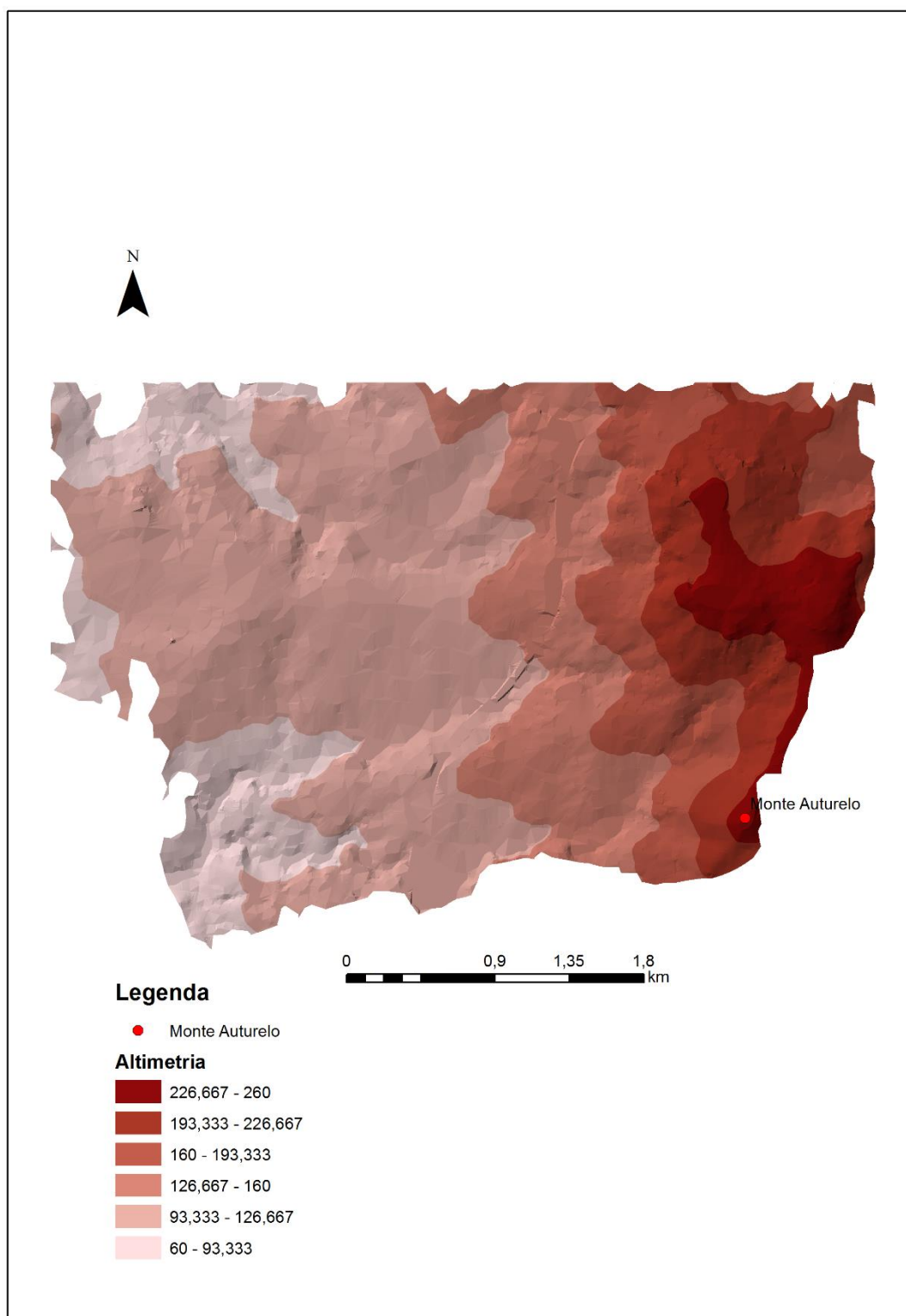


Figura 14 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Auturelo

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Brito</i>	Brito, S.Félix da Marinha, Gaia	BF 8, de 1139
2	<i>Villa Ecclesiole</i>	Grijó, Gaia	BF 164, de 1117
3	<i>Villa Nogeira</i>	Nog. Regedoura, Feira	BF 162, de 1122
4	<i>Illo Auteiro</i>	Outeiro, Grijó, Gaia	BF 36, de 1161
5	<i>Villa Murraceses</i>	Murracezes, Grijó, Gaia	BF 174, de 1135
6	<i>Villa Ordonii</i>	Ordonhe, Argoncilhe, Feira	BF 192, de 1105
7	<i>Villa Cerzedelo</i>	Serzedelo, Argoncilhe, Feira	BF 180, de 1157
8	<i>Villa Dragonzelle</i>	Argoncilhe, Feira	BF 181, de 1151
9	<i>Villa Gontaldi</i>	?, Argoncilhe, Feira	BF 181, de 1151
10	<i>Villa Atequi</i>	?, Argoncilhe, Feira	BF 181, de 1151
11	<i>Villa Elderiz</i>	Aldriz, Argoncilhe, Feira	BF 291, de 1096
12	<i>Villa Mozellus</i>	Mozelos, Feira	BF 236, de 1155
13	<i>Illo Casal</i>	?, Grijó, Gaia	BF 173, de 1157
14	<i>Loco Casal de Arias</i>	?, Grijó, Gaia	BF 164, de 1117

Tabela 9 - Topónimos associados ao Monte Auturelo

Este monte corresponderá, possivelmente, ao que se encontra em Loureiro de Cima, Grijó, no limite fronteiriço - que é demarcado pela estrada N1 - com a freguesia de Argoncilhe. Ao observarmos a Figura 13 verificamos que a sua implantação será tudo menos um acaso. Note-se, primeiramente, a vasta área visível a partir desta implantação, que abrange sobretudo - e com poucos intervalos - a zona a Oeste da sua localização. Embora a maioria das povoações se encontre próxima da estrutura, a sua distribuição geográfica aparenta a ser um pouco heterogénea, uma vez que as localidades a Este se encontram mais concentradas, enquanto as que se situam a Oeste encontram-se mais espalhadas pelo território. Em segundo lugar, a sua implantação muito próxima à interceção da via *Cale ad Aeminium* e da de Picôto-UI, confere-lhe uma posição estratégica sobre o controlo destas mesmas vias. Inclusivamente, podemos observar que a via costeira *Cale ad Talabriga* é observável em grande parte do seu troço. Por último, não pode deixar de ser referido o alcance visual para outras estruturas defensivas. A Norte, seguindo a via *Cale ad Aeminium* o *Castro Petroso*. A Sul, segundo o troço Picôto-

Ul, o *Monte Saitela*. A Nordeste – a única área visível nesta orientação – o *Monte Seixo Alvo*.

Curiosamente, com exceção da *villa Atequi* (Nº 10), da qual se desconhece a localização exata – apenas sabemos que se localiza na freguesia de Argoncilhe, provavelmente perto da zona onde a cartografamos - todas as restantes localidades estão sob a esfera visual do *monte Auturelo* (ver Figura 13). Da *villa Gontaldi* (Nº 9), do *Casal* (Nº 13) e do *Casal de Arias* (Nº 14) também não possuímos uma localização exata, apesar de sabermos que se implantavam na freguesia de Grijó. A *villa Brito* (Nº 1) é a que mais destoa das restantes, encontrando-se significativamente afastada tanto do monte sob o qual está reportado como das outras póvoas.

Na área prospetada não foram encontrados indícios arqueológicos relevantes.

## ***Monte Grande***

**Localização:** Monte da Virgem, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** 41° 06' 28.27" N – 8° 35' 13.85" W

**Altitude:** 230 m

**Nº de documentos:** 20

**1ª Referência:** 1108

**Última Referência:** 1155

**Nº de localidades:** 10

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons/Monte Grande* – 19

*Subtus mons maior* – 1

**Documentos:**

**BF** – 58, 109, 111, 112, 114, 116, 117, 119, 121, 125, 126, 127, 245, 270, 272, 273;

**DMP, DP** – 284;

**DMP, DR** – 34, 46;

**LP** – 381.

Com o mesmo número de referências o *Monte Grande*, hoje conhecido como Monte da Virgem, no limite da freguesia de Oliveira do Douro com Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia, parece-nos ter tido um papel determinante na zona que hoje corresponde à freguesia Vilar do Paraíso pelas significativas referências – 12 em 20 documentos - feitas à *villa* de Tarouquela, nesta mesma freguesia. Possuía 10 *villae* associadas, espalhadas sobretudo em Vila Nova de Gaia, à exceção de uma – Nogueira de Regedoura - localizada no limite de Santa Maria da Feira com Vila Nova de Gaia.

Curiosamente, surge associado a este monte a *villa Almeara* (Nº 4, ver Figura 15, 16 e 17), que corresponde ao lugar de Alumiara, freguesia de Canidelo, Vila Nova de Gaia. Este topónimo, de origem árabe, significa “iluminar”, “reluzir” ou “resplandecer”, e pode-nos dar algumas pistas sobre a existência de alguma torre ou facho, cuja função seria emitir sinais visuais para as póvoas e o *Monte Grande*. A localização de Alumiara junto ao mar e à foz do Rio Douro confere-lhe uma posição estratégica que seguramente seria aproveitada.



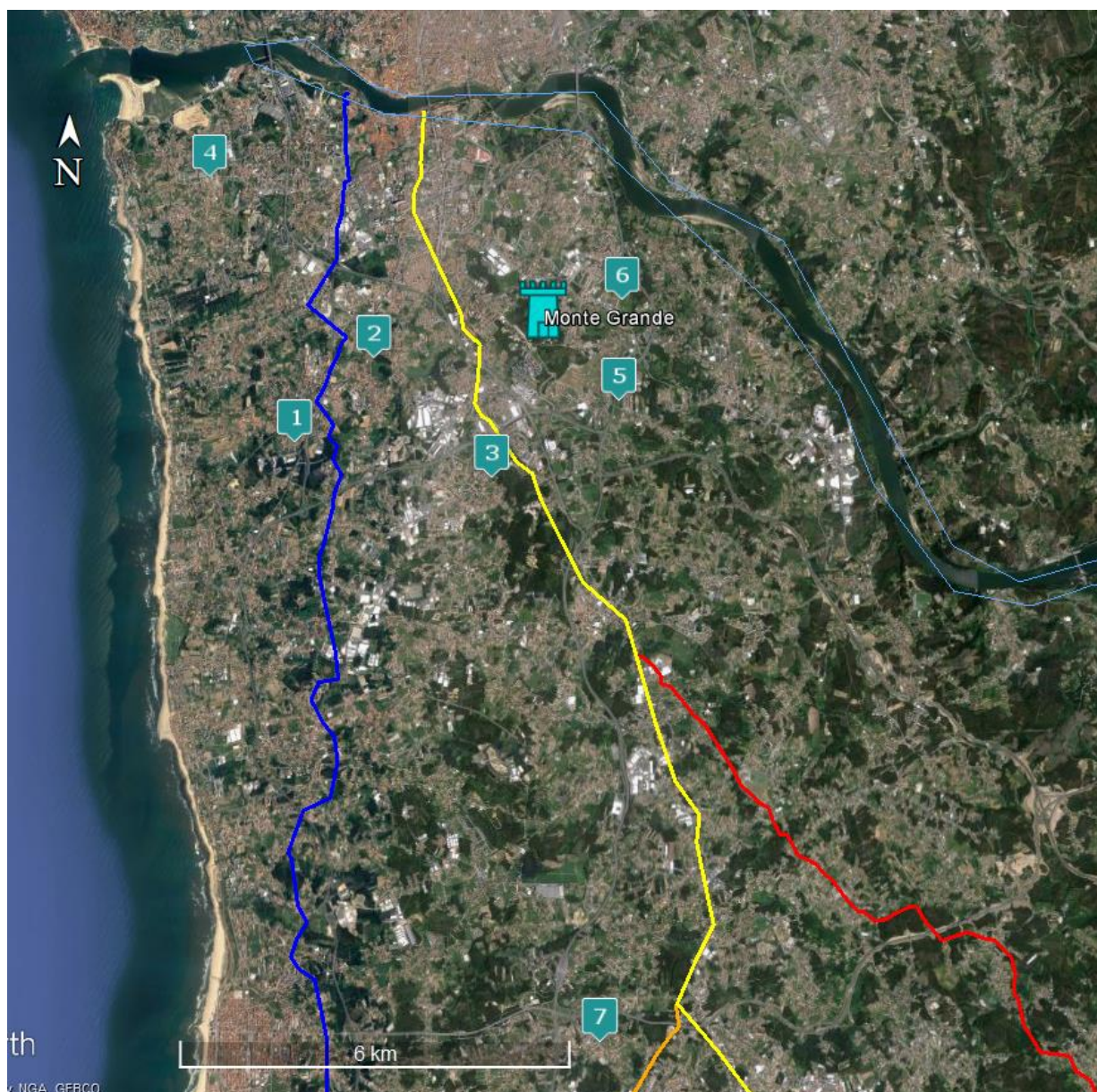








Figura 15 - Topónimos associados ao Monte Grande

Legenda:

-  Monte Grande
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via XVI Cale ad Aeminium
-  0 Póvoas



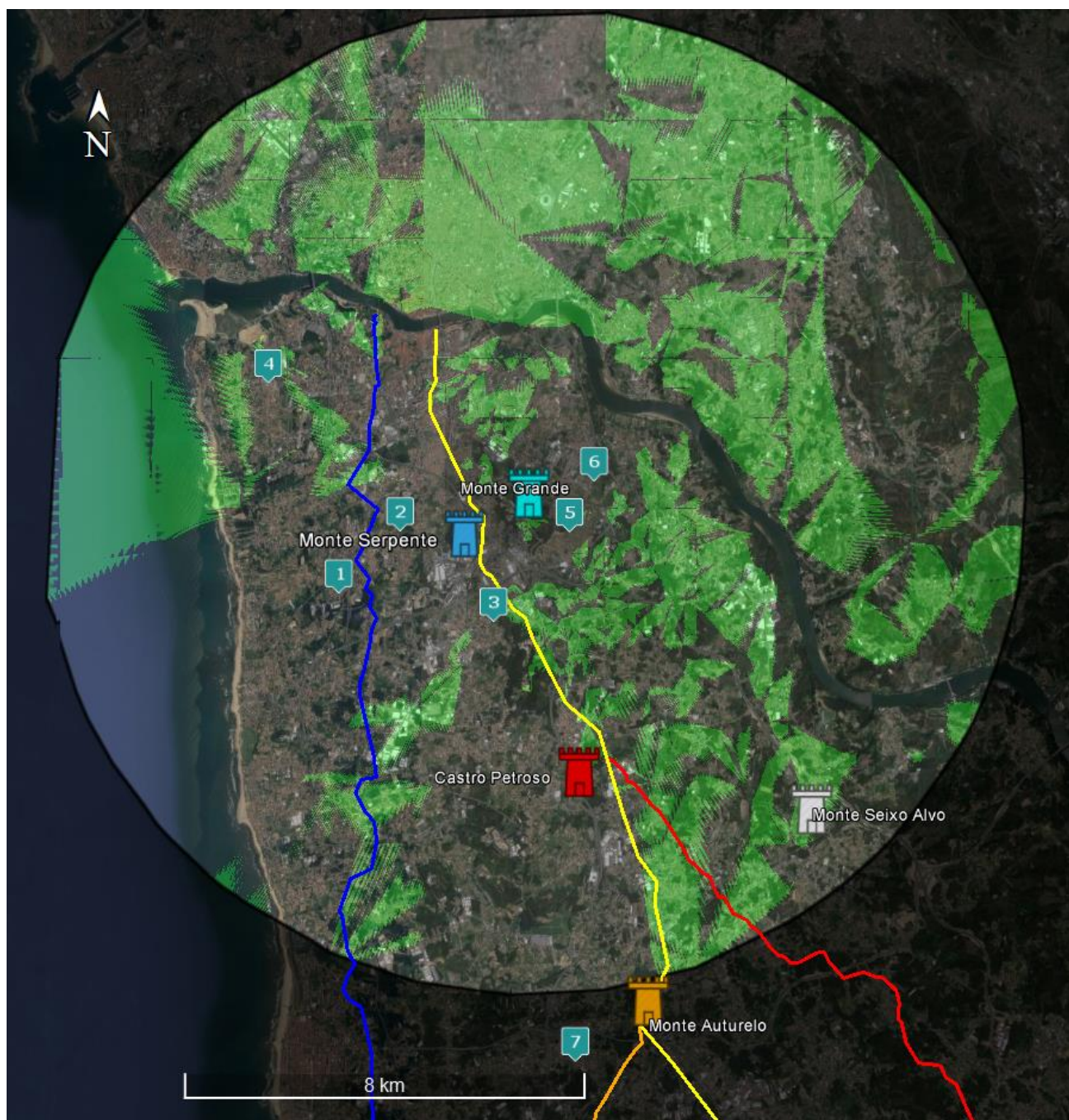


Figura 16 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Grande – Vista Norte

### Legenda:

- Castro Petroso
- Monte Auturelo
- Monte Grande
- Monte Seixo Alvo
- Monte Serpente
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

0 Póvoas





Figura 17 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Grande - Vista Sul

### Legenda:

- Castro Petroso
- Monte Auturelo
- Monte Grande
- Monte Seixo Alvo
- Monte Serpente
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

0 Póvoas

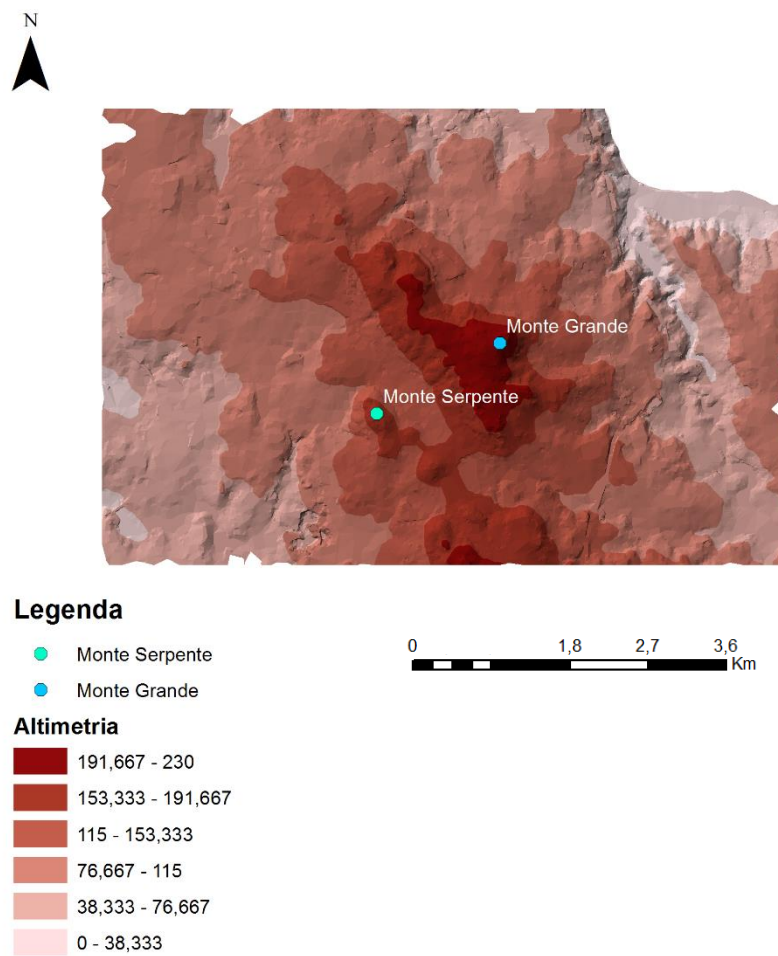


Figura 18 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Grande e da estrutura vizinha Monte Serpente

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Valadares</i>	Valadares, Gaia	BF 111, de 1111
2	<i>Villa Tarouquela</i>	Vilar do Paraíso, Gaia	BF 111, de 1111
3	<i>Villa Migidi</i>	Megide, Canelas, Gaia	BF 272, de 1133
4	<i>Villa Almeira</i>	Alumiara, Canidelo, Gaia	BF 245, de 1152
5	<i>Villa Vilar</i>	Vilar de Andorinho, Gaia	LP 381, de 1108
6	<i>Villa Roderiz</i>	?, Vilar de Andorinho, Gaia	BF 272, de 1133
7	<i>Villa Pausadela</i>	Pousadela, Nog. Regedoura, Feira	DMP, DP 284, de 1122
8	<i>Villa Valzena</i>	?	BF 245, de 1152
9	<i>Villa Sancte Crucis</i>	?	DMP, DR 46, de 1117
10	<i>Villa Ladrones</i>	?	DMP, DP 284, de 1122

Tabela 10 - Topónimos associados ao Monte Grande

Em relação aos topónimos associados a este monte, o que mais difere é a *villa Pausadela* (Nº 7) que, de acordo com o documento 284 dos DMP, DP, é referente ao lugar Pousadela, na freguesia de Nogueira da Regedoura, concelho da Feira. Esta localidade surge claramente afastada da esfera de visão que o *Monte Grande* possuía, contrastando claramente com todas as outras localidades que nunca se encontram tão distantes da estrutura localizada no lugar que hoje conhecemos como Monte da Virgem. Das suas 10 localidades não conseguimos, infelizmente, localizar três. Uma delas, curiosamente, designada *villa Ladrones*, poderá ter mudado de nome para escapar à conotação pejorativa do topónimo original.

Ao realizarmos o enquadramento visual do *Monte Grande*, optamos por realizar duas vistas – uma orientada a Norte (Figura 16) e outra a Sul (Figura 17), devido à dimensão do monte e por não podermos situar com precisão onde se localizaria a estrutura defensiva. Ao analisarmos a Figura 16 e 17, podemos, desde logo, constatar um vasto campo visual e uma clara vantagem estratégica da sua implantação. Primeiro, o alcance visual a Norte domina uma parte da área ribeirinha de Vila Nova de Gaia e do Porto, controlando ainda um pequeno troço do curso do Douro. A Sul, um claro alcance para as vias *Cale ad Aeminium*, *Cale ad Vissaium* e junto à costa para a via *Cale ad Talabriga*. A sua implantação é também geoestratégica, uma vez que se implanta numa das elevações

mais notáveis de Vila Nova de Gaia, ocupando uma posição quase central no território Norte do concelho, tendo ainda a via *Cale ad Aeminium* a sensivelmente 1 km de distância do sopé do monte. Curiosamente, as suas póvoas a Este não são atingidas pelo alcance visual devido ao declive do monte. Por sua vez, a Oeste todas as suas póvoas são visíveis, inclusivamente a de Alumiara que, como já referimos anteriormente, poderia ter algum sistema de sinais luminosos para o *Monte Grande*. Para outras estruturas, podemos verificar um alcance visual para a potencial estrutura vizinha do *Monte Serpente*, que se implanta a menos de 1,5 km de distância. Possui também alcance para a face Norte do Monte Murado, isto é, *Castro Petroso*. E ainda alcança, a Sudeste, o *Monte Seixo Alvo*.

## **Monte Seixo Alvo**

**Localização:** Seixo Alvo, Olival, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** 41° 03' 36.48" N – 8° 31' 13.06" W

**Altitude:** 249 m

**Nº de documentos:** 19

**1ª Referência:** 1074

**Última Referência:** 1141

**Nº de localidades:** 8

### **Expressões Utilizadas:**

*Subtus mons/monte Saxo Albo* – 11

*Subtus Saxo Albo* – 4

*Inter montem sacso Albo* – 3

*Subtus alpe Sacso Albo* – 1

### **Documentos:**

**BF** – 179, 186, 188, 191, 210, 271;

**DMP, DP** – 7, 57, 179, 386;

**LP** – 50, 429, 509, 510;

**PMH, DC** – 513, 667, 849, 855, 876.

Com 20 referências documentais temos o Monte Seixo Alvo, localizado em Olival, Vila Nova de Gaia (Almeida, 1978, p. 42). Esta estrutura tem 12 localidades associadas, espalhadas pelos concelhos de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira. Esta estrutura parece-nos surgir hierarquizada face ao Castro Petroso como podemos constatar num documento de 1097: «*in villa quam vocitant Lavatores, subtus monte Saxo Albo, discurrente ribulo qui vocatur Fibrus, territorio Portugalensi, prop castrum Petrosum...*» (LP 509). Em relação a esta possibilidade, de hierarquização interna, Carlos Alberto Ferreira de Almeida escreveu, utilizando precisamente o exemplo do Monte Seixo Alvo: «...Cedo notamos uma certa hierarquização entre eles, já muito notória nos meados do século XI. A documentação deixa-o entender bem: *villa ollarios... et tebulosam subtus monte saxo albo... prope castrum petrosum* (DC, 853, de 1097).» (Almeida, 1978, p. 46).

A sua localização perto da margem do Douro confere-lhe uma posição estratégica inclusivamente sobre a outra margem. A *villa Migidi* (Nº 6) apesar de não ser alcançada



visualmente a partir do *Monte Seixo Alvo* está sob o alcance visual do *Monte Grande*, à qual se encontra também associada.

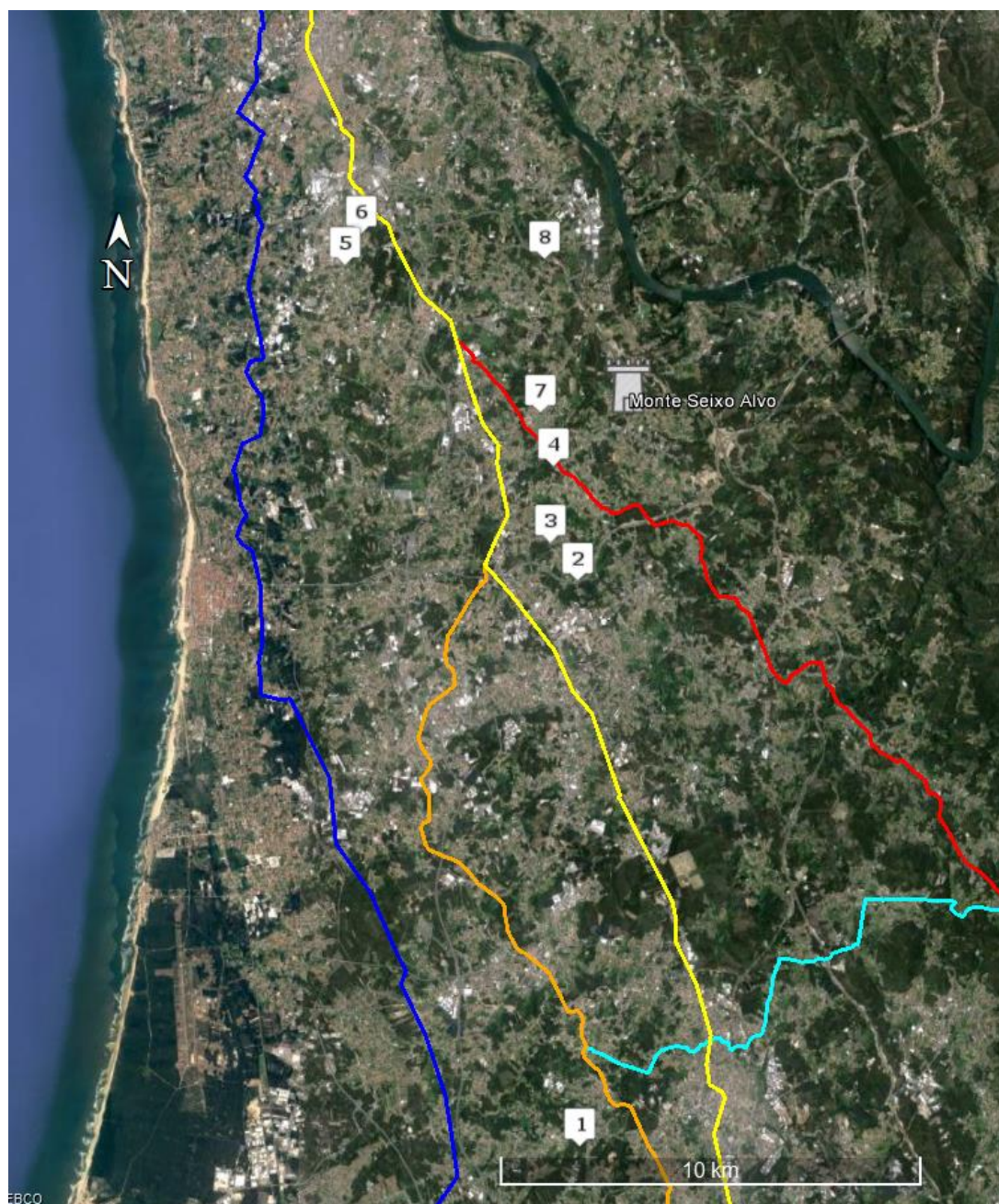







Figura 19 - Topónimos associados ao Monte Seixo Alvo

Legenda:

-  Monte Seixo Alvo
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via XVI Cale ad Aeminium

 Póvoas



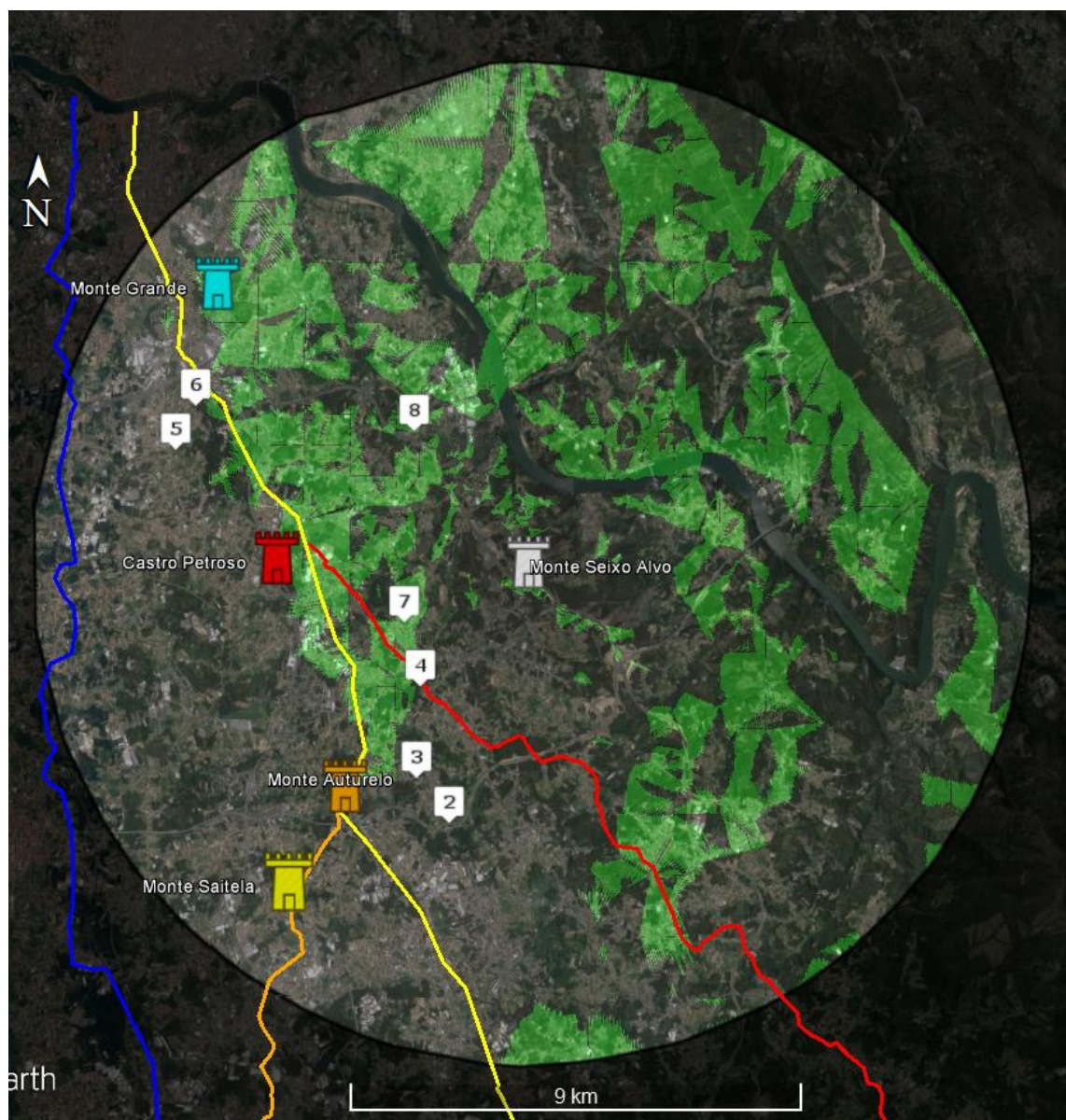


Figura 20 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Seixo Alvo

### Legenda:

- Castro Petroso
- Monte Auturelo
- Monte Grande
- Monte Saitela
- Monte Seixo Alvo
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

Póvoas

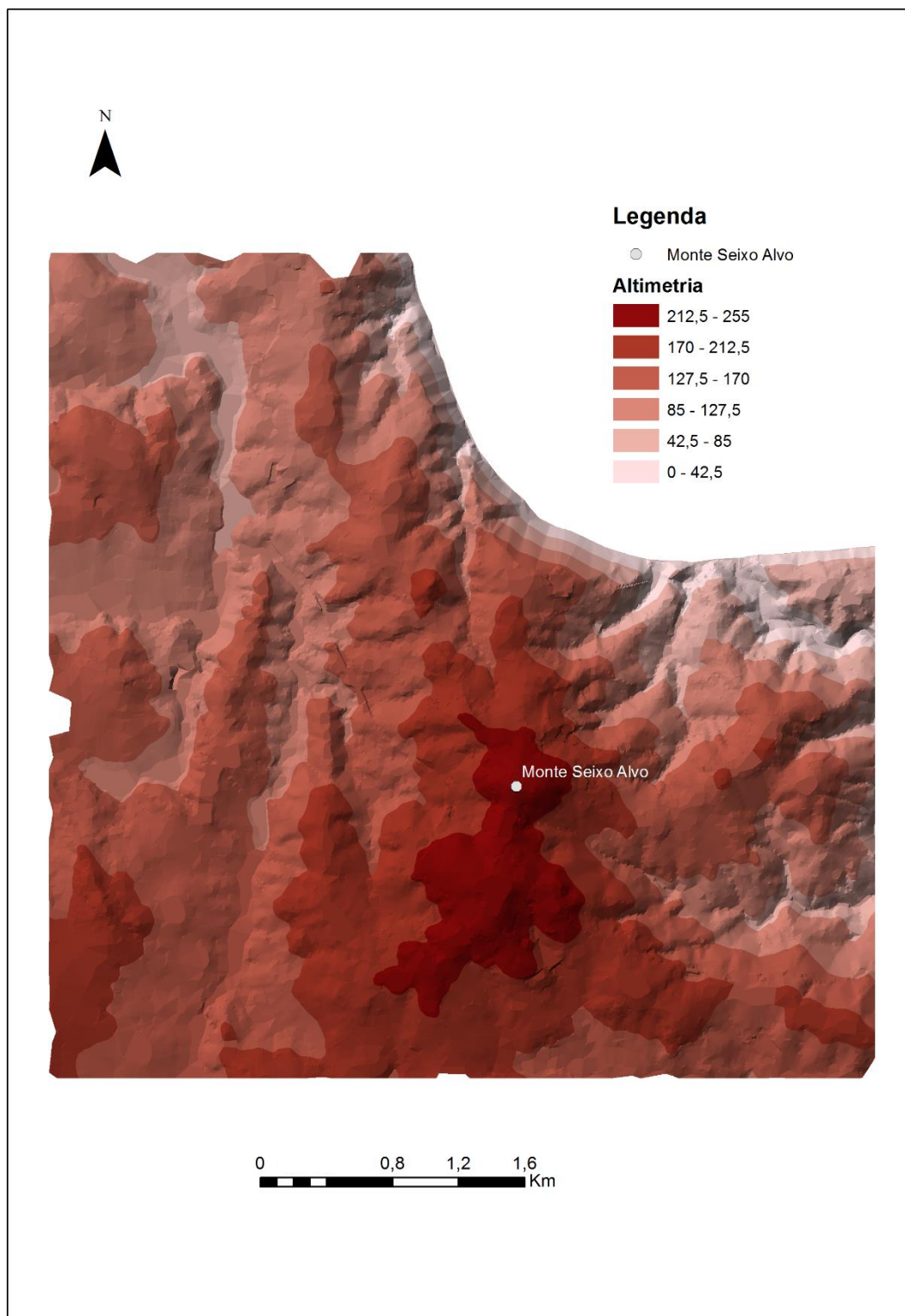


Figura 21 - Modelo Digital de Terreno com a implantação do Monte Seixo Alvo

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Guncida</i>	Agoncida, Mosteiró, Feira	BF 179, de 1126
2	<i>Villa Elderiz</i>	Aldriz, Argoncilhe, Feira	BF 186, de 1086
3	<i>Villa Dragonzelli</i>	Argoncilhe, Feira	BF 191, de 1102
4	<i>Villa Lavadurinhos</i>	Lavadorinhos, Olival, Gaia	BF 210, de 1141
5	<i>Villa Canelas</i>	Canelas, Gaia	BF 271, de 1135
6	<i>Villa Migidi</i>	Megide, Canelas, Gaia	BF 271, de 1135
7	<i>Villa Lavatores</i>	Lavadores, Olival, Gaia	LP 50, de 1097
8	<i>Villa Alleira</i>	Alheira, Pedroso, Gaia	DMP, DP 7, de 1101

Tabela 11 - Topónimos associados ao Monte Seixo Alvo

Observando a Figura 20 podemos constatar a localização geoestratégica desta implantação. Situa-se a cerca de 1 km do rio Douro, dominando vários troços do curso deste rio. Além disto, possui visibilidade para grande parte da área de Gondomar e até mesmo de uma parte da área ribeirinha do Porto e de Vila Nova de Gaia. Possui alcance visual para outras estruturas: para o *Monte Grande* a Noroeste; para o *Castro Petroso* localizado paralelamente ao *Monte Seixo Alvo* a uma distância de sensivelmente 5 km; com uma visibilidade mais reduzida a Sudoeste para o *Monte Auturelo* e, seguindo o troço Picôto-UI, embora com uma visibilidade ainda mais reduzida, ainda alcança o *Monte Saitela*. Podemos também verificar o controlo visual sobre alguns troços de vias como a de *Cale ad Vissaium* e a de *Cale ad Aeminium*. A área imediatamente a Sul deste monte não se encontra sob o alcance visual devido ao Monte de São Miguel, que lhe corta o eixo de visão devido à sua altitude de 260 metros.

## **Monte Codal**

**Localização:** Codal, Vale de Cambra

**Coordenadas Geográficas:** 40° 51' 31.22" N – 8° 24' 36.51" W

**Altitude:** 310 m

**Nº de documentos:** 16

**1ª Referência:** 922

**Última Referência:** 1148

**Nº de localidades:** 15

### **Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons/Monte Codal* – 15

*Inter montem Codal* – 1

### **Documentos:**

**BF** – 10, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231;

**DMP, DP** – 126, 191;

**LP** – 81, 315;

**PMH, DC** – 502, 638.

Com 16 menções documentais, o Monte Codal, localizado na freguesia de Codal, Vale de Cambra, surge-nos com 15 *póvoas* associadas, espalhadas pelos concelhos de Vale de Cambra, da Feira e de S. João da Madeira. É de algum relevo a importância deste monte para a freguesia, uma vez que esta praticamente se confina às imediações do monte, o qual consta inclusivamente no brasão da freguesia.

A primeira menção a este monte remonta a 922 (LP 81), após esta só passamos a ter referências passados 150 anos. Curiosamente esta segunda referência diz-nos que as *villae coneliosa, castellanus, mazaneira, capri, vermudi, argerici* e *sauto de pilatus* «...*iacentia ipsas villas terretori ezebreiro subtus mons codal discurrente ribulo camia...*» (PMH, DC 502, de 1072). Para no documento seguinte nos referir que a «*villa vadar (...) iacentia territorio portugalense subtus monte cotal*» (PMH, DC 638, de 1085), o que demonstra que o *Monte Codal* teria localidades dependentes dele tanto do território portugalense como do território zebreiro. Isto poderá explicar-se pela sua localização fronteiriça a leste da Terra de Santa Maria. Acrescentando, em 1133 um outro documento



refere-nos que a herdade de «*Sancto Jacobo de Codal (...) subtus monte Codal, sub terradorio Calambria, discurrente rivulo Kamia*» (LP 315).

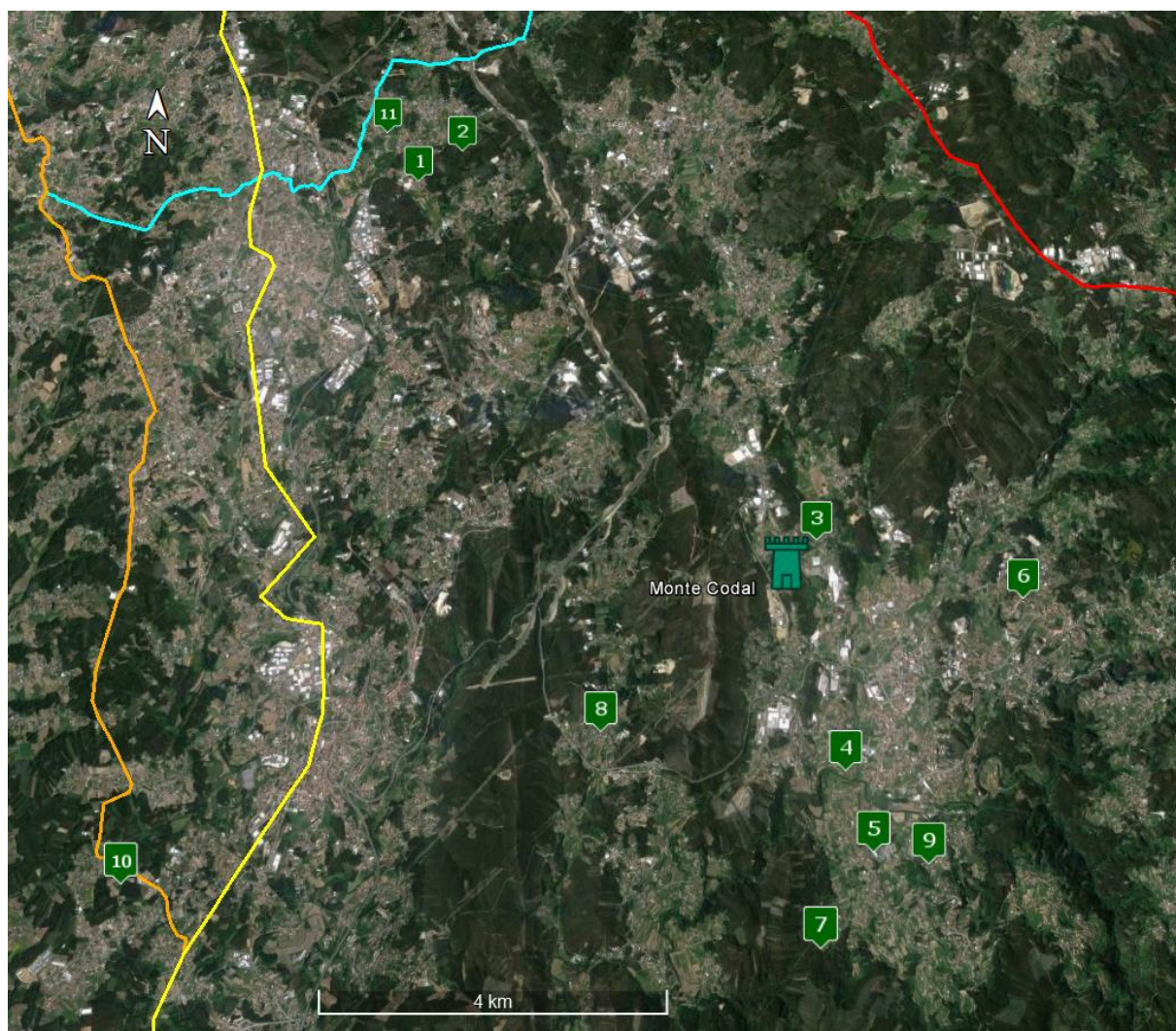


Figura 22 - Topónimos associados ao Monte Codal

Legenda:

- Monte Codal
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Vissaium
- Via Feira-Arouca
- Via XVI Cale ad Aeminium

Póvoas

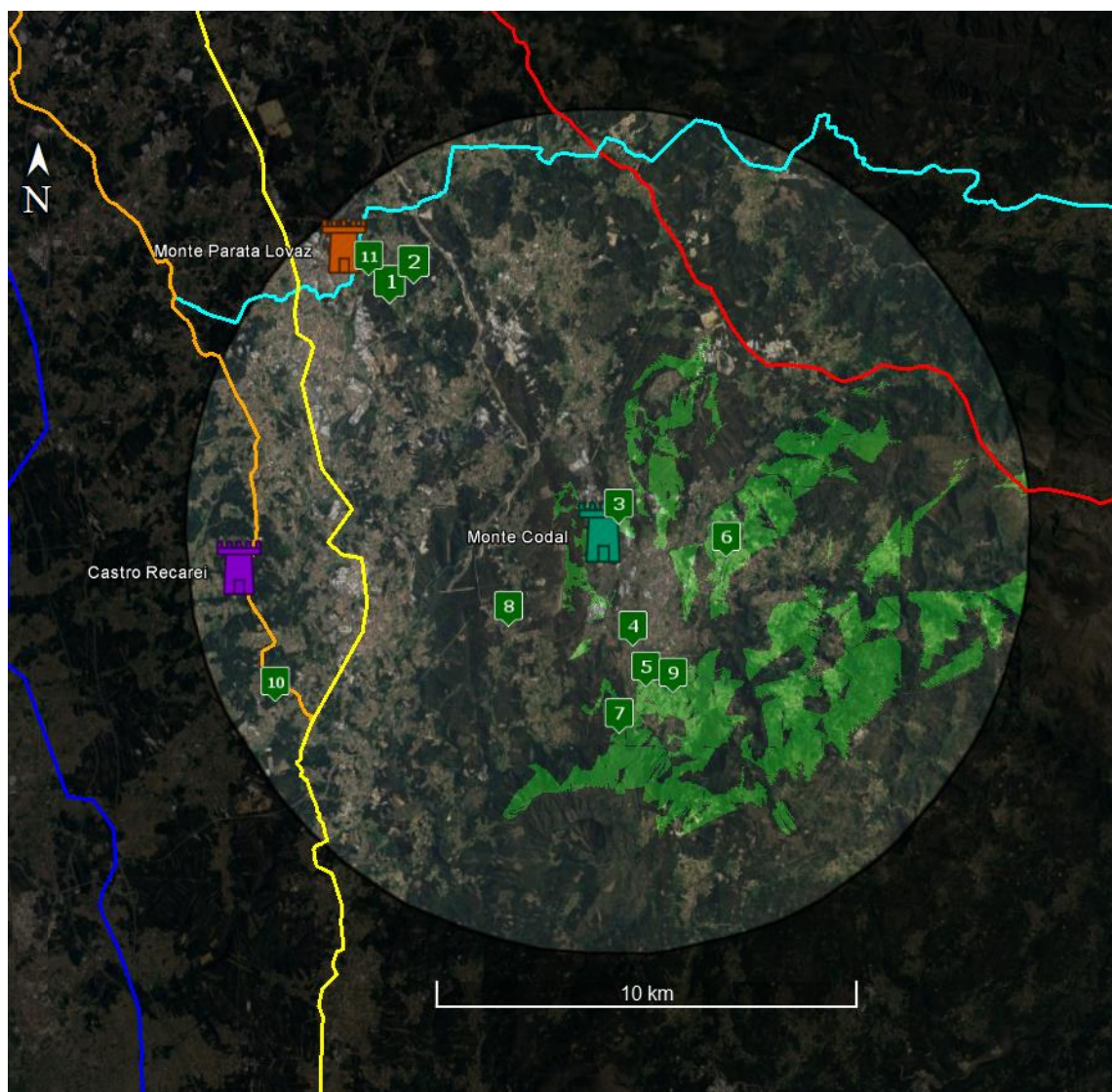











Figura 23 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Codal

Legenda:

-  Castro Recarei
-  Monte Codal
-  Monte Parata Lovaz
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via Feira-Arouca
-  Via XVI Cale ad Aeminium
-  0 Póvoas



#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Dentazes</i>	Dentazes, Milheirós, Feira	BF 221, de 1138
2	<i>Villa Milleirous</i>	Milheirós, Feira	BF 222, de 1139
3	<i>Sancto Jacobo de Codal</i>	Santiago de Codal, Cambra	LP 315, de 1133
4	<i>Villa Coneliosa</i>	Coelhosa, Cambra	PMH, DC 502, de 1072
5	<i>Villa Castellanus</i>	S. Pedro Castelões, Cambra	PMH, DC 502, de 1072
6	<i>Villa Mazaneira</i>	Macieira, Cambra	PMH, DC 502, de 1072
7	<i>Villa Capril</i>	Cabril, Cambra	PMH, DC 502, de 1072
8	<i>Villa Vermudi</i>	Vermoim, Ol. Azeméis	PMH, DC 502, de 1072
9	<i>Villa Souto de Pilatus</i>	Souto, Cambra	PMH, DC 502, de 1072
10	<i>Villa Palacio</i>	Passos, Ol. Azeméis	DMP, DP 126, de 1103
11	<i>Casal de Ducio</i>	Milheirós de Poiares, Feira	BF 227, de 1148
12	<i>Villa de Insula</i>	?	LP 81, de 922
13	<i>Villa Plana</i>	?	DMP, DP 191, de 1121
14	<i>Villa Vadar</i>	?	PMH, DC 638, de 1085
15	<i>Villa Argerici</i>	?	PMH, DC 502, de 1072

Tabela 12 - Topónimos associados ao Monte Codal

A partir da leitura da Figura 23, parece-nos evidente que o Monte Codal dominava toda a paisagem a Este, onde se localizam todas as *villae* no que corresponde hoje a Vale de Cambra, localidade natural do Monte Codal. O alcance visual deste *monte* é condicionado pelas serras que circundam o território de Vale de Cambra que chegam a atingir os 1000 metros de altitude. As póvoas localizadas no concelho de Vale de Cambra implantam-se na zona chamada de “terras baixas”, como já referimos no capítulo referente ao enquadramento geográfico, seguramente, por esta zona ser a mais fértil para a prática agrícola. Não nos foi possível localizar as *villae Insula, Plana, Vadar* e *Argerici*. Contudo podemos verificar que existem duas unidades, uma aglomerada à zona do Monte e outra mais distante e dispersa, referente às *villae* localizadas em Santa Maria da Feira, mais próximas do *Monte Parata Lovaz*.

## ***Castro Recarei***

**Localização:** São Martinho da Gândara, Oliveira de Azeméis

**Coordenadas Geográficas:** 40° 51' 10. 51'' N – 8° 30' 49.36'' W

**Altitude:** 237 m

**Nº de documentos:** 15

**1ª Referência:** 1002

**Última Referência:** 1159

**Nº de localidades:** 14

### **Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Castro Recarei* – 6

*Subtus Castro Recarei* - 5

*Subtus Mons Recarei* – 3

*Subtus Mons Castro* – 1

### **Documentos:**

**BF** – 32, 61, 179, 205, 214, 216, 276, 286, 288, 289;

**LP** – 435, 537;

**PMH, DC** – 187, 261, 557.

Com 15 referências, o Castro Recarei, localizado em São Martinho da Gândara, Oliveira de Azeméis, teria tido, de acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida «...uma relativa importância certamente relacionada com o sal produzido na região» (Almeida, 1978, p. 42). O mesmo autor exploraria, anos mais tarde, a mesma ideia, afirmando que os recintos fortificados respondiam à geografia económica (Almeida, 1989, p. 48). São 14 as póvoas que surgem associadas ao Castro Recarei, distribuídas pelos concelhos de Ovar, Feira, Oliveira de Azeméis e Estarreja.

Este Castro, tal como o nome indica, remonta à Idade do Ferro e ao período romano. De acordo com o Portal do Arqueólogo, este povoado fortificado é tradicionalmente considerado como um acampamento romano. Não possui estruturas visíveis, além dos taludes e as três ordens de muralhas, onde a mais elevada é a que define e delimita o espaço interno. Localiza-se numa posição privilegiada no rebordo da Plataforma Litoral, dominando a linha a Oeste, ou seja, a linha da costa. Hoje, a costa localiza-se, em linha reta, a cerca de 15 km. Porém, temos de ter em conta que na época cronológica que abordamos a linha costeira seria mais próxima. Em 1986 foi feito um



reconhecimento à estação arqueológica, onde se procedeu à limpeza do local. Curiosamente, os materiais recolhidos correspondem apenas ao período da Idade do Ferro e época romana, não se tendo recolhido indícios materiais do período medieval.

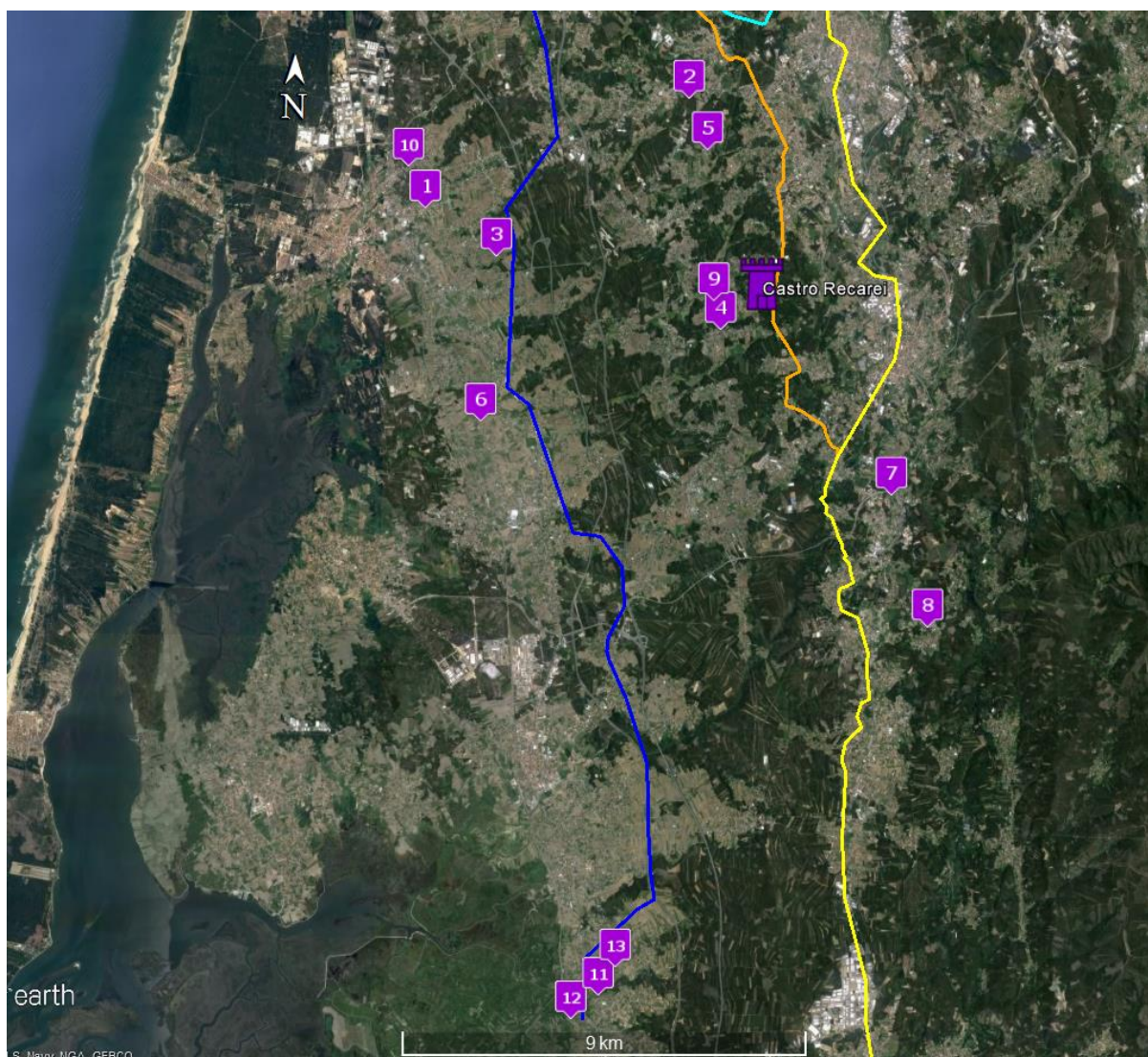








Figura 24 - Topónimos associados ao Castro Recarei

Legenda:

-  Castro Recarei
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Cale ad Vissaium
-  Via Feira-Arouca
-  Via XVI Cale ad Aeminium

 Póvoas

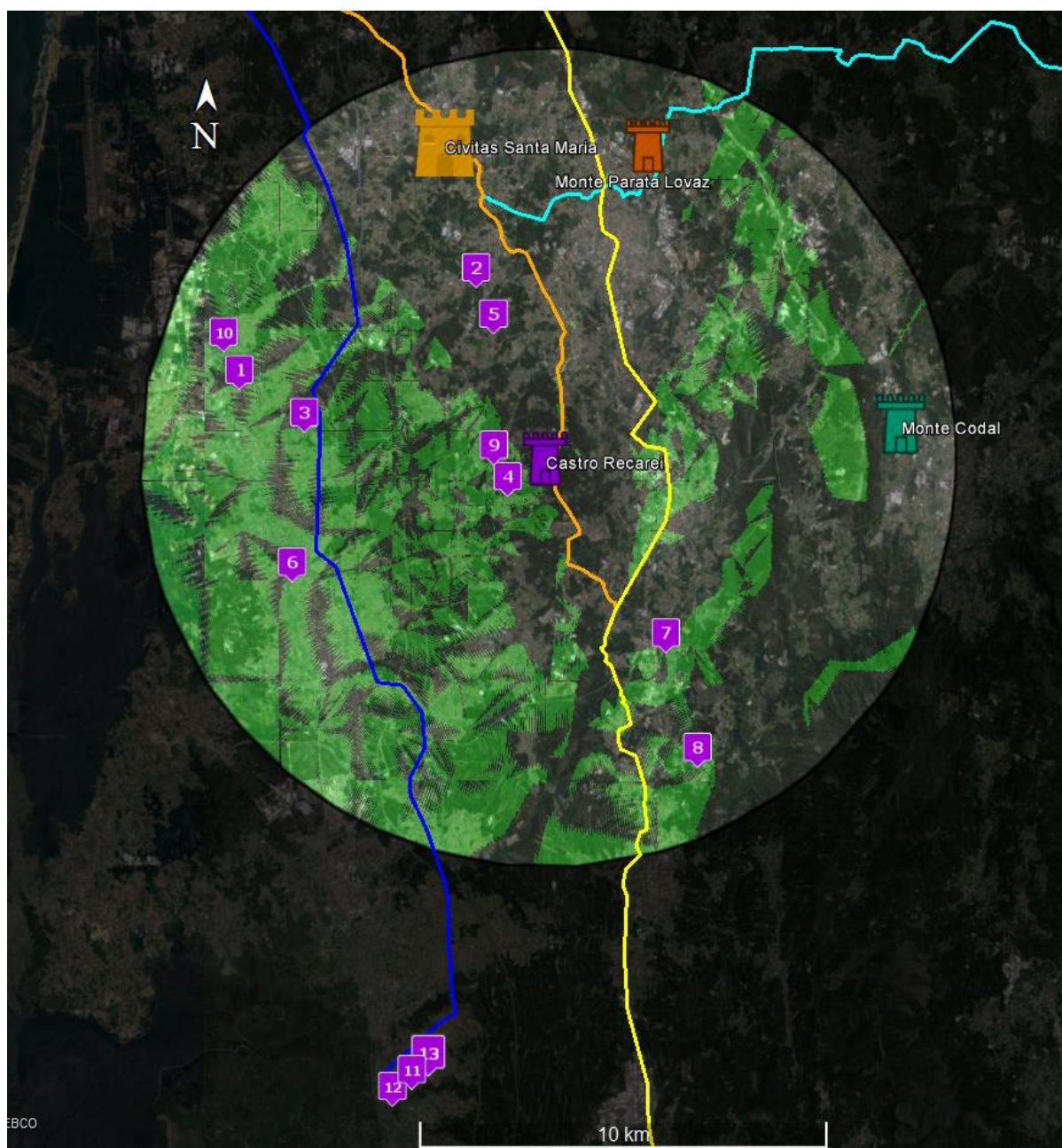











Figura 25 - Visibilidade (a verde) a partir do Castro Recarei

Legenda:

-  Castro Recarei
-  Civitas Santa Maria
-  Monte Codal
-  Monte Parata Lovaz
-  Variante Picôto-Pica/Úl
-  Via Cale ad Talabriga pela costa
-  Via Feira-Arouca
-  Via XVI Cale ad Aeminium
-  Póvoas



#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Cabanones</i>	Cabanões, Ovar	BF 32, de 1142
2	<i>Villa Guncida</i>	Agoncida, Mosteiró, Feira	BF 287, de 1123
3	<i>Villa Sancto Donato</i>	S. Donato, Guilhovai, Ovar	BF 205, de 1101
4	<i>Insula</i>	Insua, S. Martinho Gandara, Ol Azemeis	BF 214, de 1145
5	<i>Villa Azevedo</i>	Azevedo, S, Vicente, Ovar	BF 276, de 1143
6	<i>Vila Vilar</i>	Vilar, Válega, Ovar	LP 435, de 1102
7	<i>Vila Travanca</i>	Travanca, Ol. Azemeis	LP 537, de 1107
8	<i>Villa Toaldi</i>	Tugilde, Ol. Azemeis	LP 537, de 1107
9	<i>Villa Mazata</i>	Maçada, S. Martinho Gandara, Ol .Azemeis	LP 537, de 1107
10	<i>Muradones</i>	Sobral?, Ovar	PMH, DC 261, de 1026
11	<i>Villa Riu Siccu</i>	?, Estarreja	PMH, DC 557, de 1078
12	<i>Villa Fermelana</i>	Fermelã, Estarreja	PMH, DC 557, de 1078
13	<i>Villa Canelas</i>	Canelas, Estarreja	PMH, DC 557, de 1078
14	<i>Villa Vermui</i>	Vermoim?, Ovar?	BF 216, de 1126

Tabela 13 - Topónimos associados ao Castro Recarei

Podemos verificar através da Figura 25 que o Castro Recarei domina a paisagem a Oeste, em direção à linha costeira, onde se localizam igualmente grande parte das *villae* que estão dependentes deste mesmo monte. A Este alcança o limite de Vale de Cambra, que não penetra devido às elevações que circundam este concelho. Podemos também observar que a localização do Castro Recarei é estratégica, não só pela elevação onde se situa, mas também por se implantar junto à estrada que ligava Picôto a Ul, e próxima igualmente da sua interceção com a Via XVI *Cale-Aeminium*. Fora do seu alcance visual parecem situar-se as *villae Toaldi* (Nº 8), *Riu Siccu* (Nº 11), *Fermelana* (Nº 12) e *Canelas* (Nº 13), estando estas situadas muito próximas umas das outras e ao longo da via *Cale ad Talabriga*, junto à costa. Recordamos que a linha costeira, neste período cronológico, era mais próxima do que aquela que verificamos na Figura 24 e 25. Isto demonstra ainda mais a importância da implantação desta estrutura, nitidamente voltada para o mar e que estaria

muito ligada ao comércio do sal, tão típico desta zona costeira e como o comprova o documento 205 do BF, de 1101, onde Gonçalo, Ramiro e Maria vendem a Soeiro Fromarigues e à sua mulher, partes de terras e salinas em São Donato que se implanta «...*subtus Castro Recarei*». De uma maneira geral, todas as póvoas estão associadas às vias. A *villa Vermui* foi a única que não conseguimos localizar, podendo, no entanto, situar-se no concelho de Ovar. Curioso observar os topónimos *Villa Cabones* (Nº 1) e *Muradones* (Nº 10), não surgindo este último como *villa*. Pela sua proximidade e semelhança na designação estariam relacionados de alguma forma, até pela sua nomenclatura designar construções humanas – cabana e muro.

## ***Monte Parata Lovaz***

**Localização:** Milheirós de Poiares?,Feira

**Coordenadas Geográficas:** 40° 55'10.32" N - 8° 29'05.33 W

**Altitude:** 266 m

**Nº de documentos:** 10

**1ª Referência:** 1088

**Última Referência:** 1125

**Nº de localidades:** 2

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons/Monte Parada Iovaze* – 10

**Documentos:**

**BF** – 232;

**DMP, DP** – 237, 256, 257, 269, 272, 281, 282, 283;

**PMH, DC** – 703.




Com 10 referências, o Monte *Parata Lovaz* surge-nos fortemente associado com a *villa Sancto Ioanne de Madeira*, concelho São João da Madeira, uma vez que 9 dos 10 documentos se debruçam sobre esta mesma *villa*. Robert Durand (1971) localizou este monte em Escapães, freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, talvez tendo em atenção o documento 232 presente no *Baio-Ferrado* que nos indica que a «...*villa dicta Casal de Ducio* (...) *divitur ab oriente cum Milleirolus et aquilone cum Gaiati et ab occidente cum Paradaiovaz et a meredie cum termino Sancti Johannis*...». Vale-nos o micro-topónimo presente na Rua Casal Dócio (Nº 1, ver Figura 26) para conseguirmos a partir desse ponto, verificar se as localidades correspondem corretamente às mencionadas no documento. Ora o documento diz-nos que a *villa Casal de Ducio* (hoje, Rua Casal Dócio, em Milheirós de Poiares, Feira) tem a oriente Milheirós, a Norte Gaiate, a Ocidente *Paradaiovaz* e a sul São João da Madeira. Infelizmente, o topónimo relativo a *Paradaiovaz* parece ter-se perdido para os nossos dias, o que dificulta a sua localização. Contudo, os restantes permitem-nos ter certezas em relação à localização de *Casal de Ducio*. Portanto, sabemos que o *Parada Iovaz* se situava a Ocidente desta *villa*. Nessa orientação geográfica temos, de fato, a freguesia de Escapães. No entanto, devido à existência de um monte no limite de Milheirós de Poiares, que fica a Ocidente da Casal Dócio, sugerimos essa localização para o Monte *Parada Lovaze*, até por nesse mesmo

local passar a estrada romana que unia a Feira a Arouca. Curiosamente, a *villa* que foi mencionada apenas uma vez foi a que permitiu uma localização relativa do monte.



Figura 26 - Topónimos associados ao Monte Parata Lovaz

Legenda:

-  Monte Parata Lovaz
-  Via Feira-Arouca
-  Via XVI Cale ad Aeminium

 Póvoas



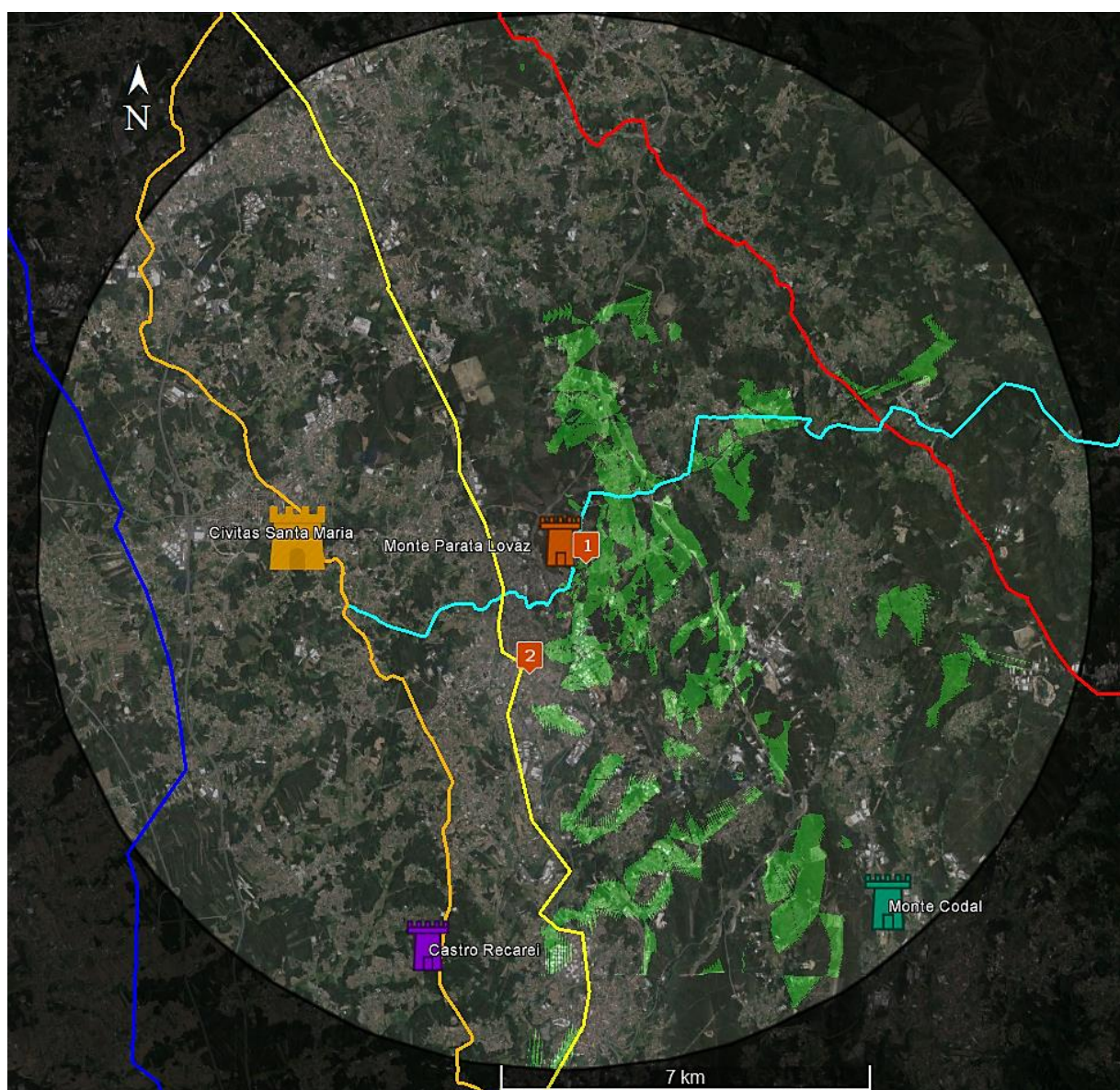


Figura 27 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Parata Lovaz

#### Legenda:

- Castro Recarei
- Civitas Santa Maria
- Monte Codal
- Monte Parata Lovaz
- Variante Picôto-Pica/Úl
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via Feira-Arouca
- Via XVI Cale ad Aeminium



#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Casal de Docio</i>	Casal Dócio, Milheirós de Poiares, Feira	BF 232, de 1125
2	<i>Villa Sancti Iohanni de Madeira</i>	São João da Madeira	PMH, DC 703, de 1088

Tabela 14 - Topónimos associados ao Monte Parata Lovaz

## ***Monte Serpente***

**Localização:** Serpente, Mafamude, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** 41° 06' 02.31" N – 8° 36' 12.28" W

**Altitude:** 181 m

**Nº de documentos:** 9

**1ª Referência:** 1079

**Última Referência:** 1149

**Nº de localidades:** 3

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Serpente* – 9

**Documentos:**

**BF** – 108, 120, 122, 124, 128, 129;

**PMH, DC** – 583, 948, 950.

Com 9 referências, o Monte Serpente corresponderá, provavelmente, ao monte situado no lugar Serpente, freguesia de Mafamude, junto à Rua Alto das Torres. Parece-nos ter tido uma relativa importância – à semelhança do *Monte Grande* – sobre a zona de Vilar de Paraíso, uma vez que em 8 dos 9 documentos que estudamos são referentes à *Villa Tarauquela*. Apenas está associado a 3 *villae*: *Tarauquela*, *Sancto Christoforo* e *Sancto Petro*, todas em Vila Nova de Gaia. Poderá ter servido como estrutura auxiliar do *Monte Grande* para vigilância da *villa Tarauquela*, uma vez que, como podemos comprovar pela Figura 16, este não conseguiria ter alcance total para a área desta *villa*, enquanto o Monte Serpente parece dominar essa mesma zona (Figura 29). A proximidade entre os dois montes é evidente e certamente haveria uma relação também com a existência da via *Cale ad Aeminium*. Atendendo ao orago, a *villa Sancto Christoforo* situar-se-ia em Mafamude, enquanto São Pedro em Vilar do Paraíso.

A primeira referência data de 1079 e as restantes encontram-se distribuídas de forma pouco regular. Possuímos duas de 1080, para depois surgirem quatro em 1100, uma em 1103 e depois, a última, apenas em 1149.



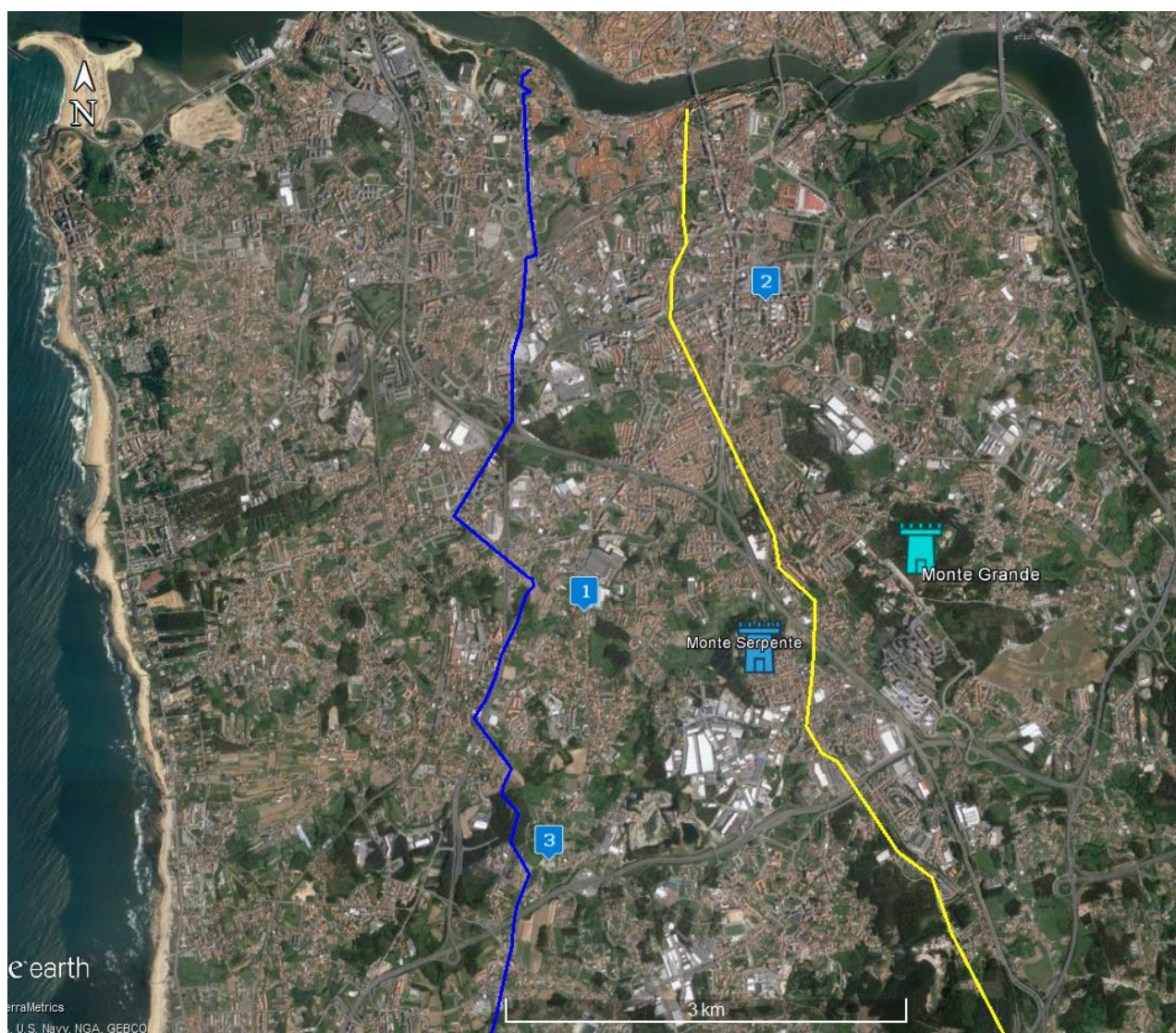








Figura 28 - Topónimos associados ao Monte Serpente

Legenda:

-  Monte Grande
  -  Monte Serpente
  -  Via Cale ad Talabriga pela costa
  -  Via Cale ad Vissaium
  -  Via XVI Cale ad Aeminium
-  Póvoas



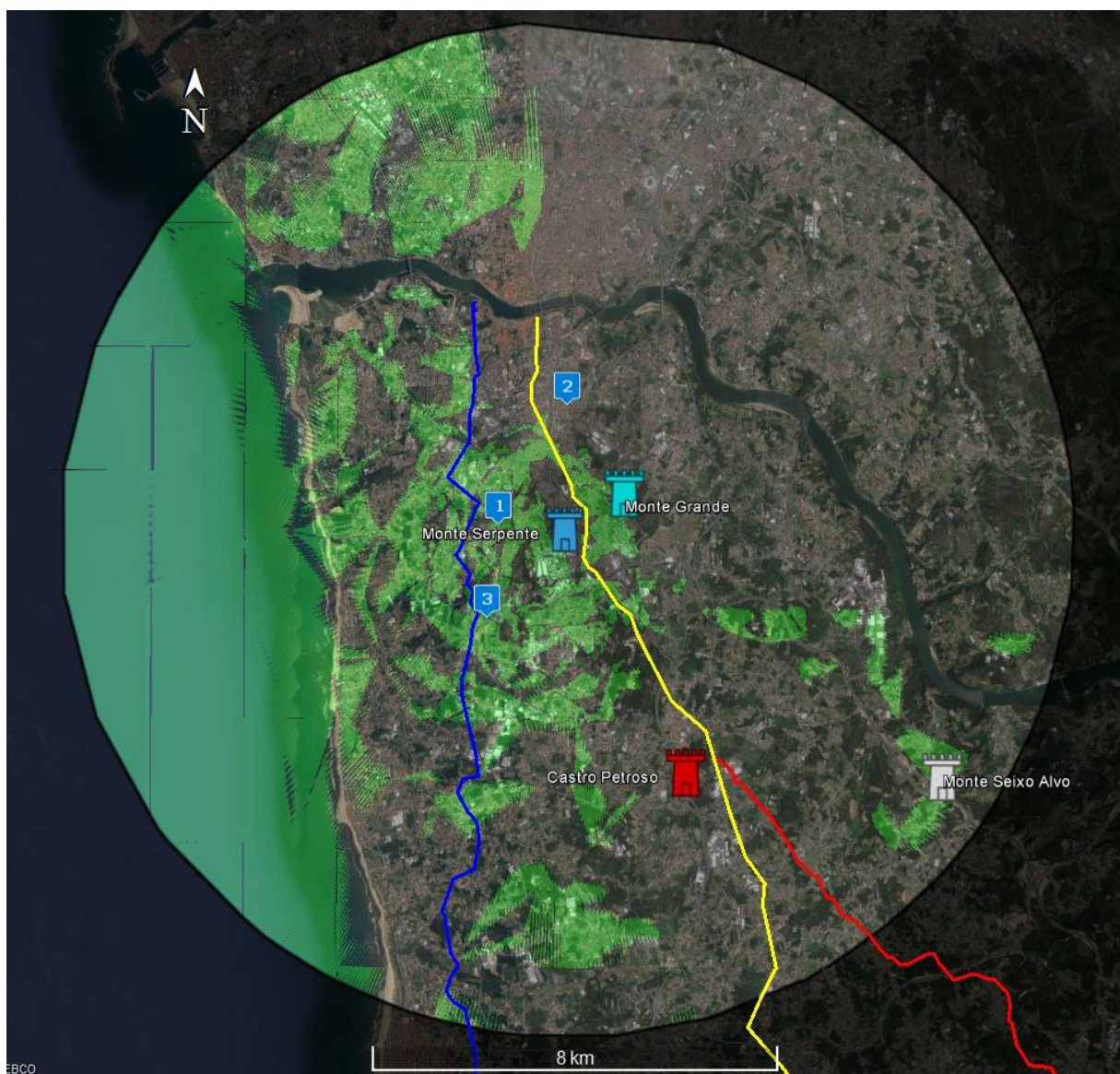


Figura 29 - Visibilidade (a verde) a partir do Monte Serpente

Legenda:

- Castro Petroso
- Monte Grande
- Monte Seixo Alvo
- Monte Serpente
- Via Cale ad Talabriga pela costa
- Via Cale ad Vissaium
- Via XVI Cale ad Aeminium

Póvoas

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Tarauquela</i>	Tarauquela, Vilar do Paraíso, Gaia	BF 128, de 1079
2	<i>Villa Sancto Christoforo</i>	Mafamude	PMH, DC 950, de 1100
3	<i>Villa Sancto Petro</i>	Vilar do Paraíso	PMH, DC 950, de 1100

Tabela 15 - Topónimos associados ao Monte Serpente

### ***Monte Souto Redondo***

**Localização:** S. João de Ver, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 40° 57' 45.60" N – 8° 31' 16.48" W

**Altitude:** 277 m

**Nº de documentos:** 3

**1ª Referência:** 1097

**Última Referência:** 1123

**Nº de localidades:** 2

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus mons Sauto Rodundo* – 3

**Documentos:**

**DMP, DP** – 308, 414;

**PMH, DC** - 851

Do *Monte Souto Redondo* possuímos três referências documentais sempre associadas à *civitas* de Santa Maria. A primeira de 1097 (PMH DC 851), depois uma de 1112 (DMP, DP 414) e uma última datada de 1123 (DMP, DP 308). Duas referências reportam-se à *villa Valer* no *loco Sancto Iohanne* (São João de Ver) e uma à *villa Caldelas* (Caldelas). Pelo facto de as referências serem muito escassas e relativas a um período mais tardio, não podemos assegurar a existência de uma estrutura fortificada. A sua localização é sugerida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978, p. 43) e estará correta uma vez que o local ainda hoje permanece com o mesmo topónimo – Souto Redondo.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Caldelas</i>	Caldelas, São Jorge, Feira	PMH, DC 851, de 1097
2	<i>Villa Valer, Sancto Iohanne</i>	São João de Ver, Feira	DMP, DP 414, de 1112

*Tabela 16 - Topónimos associados ao Monte Souto Redondo*

## ***Monte Redondo***

**Localização:** Fiães, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 40° 59'03.75" N - 8° 31' 03.22" W

**Altitude:** 180 m

**Nº de documentos:** 2

**1ª Referência:** 1089

**Última Referência:** 1151

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus monte Redondo* – 2

**Documentos:**

BF – 183, 194.

Do *Monte Redondo* apenas possuímos 2 referências. A primeira data do ano de 1089 (BF 194) enquanto a última data de 1151 (BF 183). Ambas as referências reportam-se à *villa Ramir* – Ramil, Santa Maria da Feira. Corresponderá ao monte mais destacado da paisagem situado no lugar Redondo, em Fiães, e que terá tido ocupação castreja de acordo com Armando Coelho da Silva Ferreira (Silva, 1986, p. 159).

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Ramil</i>	Ramil, Argoncilhe, Feira	BF 194, de 1089

*Tabela 17- Topónimo associado ao Monte Redondo*

## ***Monte Quoto***

**Localização:** Não localizado

**Coordenadas Geográficas:** -

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 2

**1ª Referência:** 1135

**Última Referência:** 1136

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Quoto* – 2

**Documentos:**

BF – 302 e 303;

Do *Monte Quoto* possuímos somente duas menções. Uma remonta a 1135 (BF 302) e a outra a 1136 (BF 303). Por possuir apenas duas referências significativamente tardias e apenas com um intervalo de um ano, duvidamos que este monte tivesse uma estrutura fortificada.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Gueteandi</i>	Gateande, Travanca, Feira	BF 302, de 1135

*Tabela 18 - Topónimo associado ao Monte Quoto*

## ***Castro Aquilino***

**Localização:** Gândara, Canidelo, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** 41° 07' 16.35" N – 8° 38' 29.20" W

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 2

**1ª Referência:** 1125

**Última Referência:** 1141

**Nº de localidades:** 2

**Expressões Utilizadas:**

**Subtus Monte Kastro Aquilino – 2**

**Documentos:**

**BF – 249, 250.**

Com apenas duas menções, o *Castro Aquilino* localizar-se-ia, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978), no lugar de Gândara, em Canidelo, Vila Nova de Gaia, «onde há afloramentos graníticos» (Almeida, 1978, p. 34). Infelizmente, hoje, esse afloramento granítico é conhecido como a Pedreira de Canidelo, onde se procedeu à extração de granito, eliminando por completo qualquer vestígio que poderia conter. Contudo, não poderemos ter certeza se este monte tinha uma estrutura defensiva dado o número reduzido de documentos. Por outro lado, a designação *Castro* faz-nos pensar no facto de ter ali existido um povoado fortificado e como tal não seria de estranhar o aproveitamento de matéria-prima e da localização para erguer uma estrutura defensiva.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Fermuza</i>	Fermuza?, Canidelo, Gaia	BF 249, de 1125
2	<i>Villa Atianes</i>	Atiães, Canidelo, Gaia	BF 249, de 1125

*Tabela 19 - Topónimos associados ao Castro Aquilino*



## ***Monte da Pena***

**Localização:** Argoncilhe, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** -

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 2

**1ª Referência:** 1091

**Última Referência:** 1100

**Nº de localidades:** 2

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte de Pena:* 2

**Documentos:**

BF – 193, 196.

Do *Monte de Pena* conhecemos duas menções: a primeira de 1091 (BF 196) e a segunda de 1100 (BF 193). Não conseguimos localizar este *monte* dada a escassa documentação. Poderia situar-se provavelmente em Argoncilhe dado que os documentos se reportam à *villa Dragoncelli* (Argoncilhe) e à *villa Atequi* (localidade em Argoncilhe). As referências são tardias e pouco espaçadas entre elas (apenas 9 anos). Não possuímos dados suficientes para confirmar se existiria uma estrutura defensiva.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Dragoncelli</i>	Argoncilhe, Feira	BF 193, de 1100
2	<i>Villa Atequi</i>	Atequi?, Argoncilhe, Feira	BF 193, de 1100

*Tabela 20 - Topónimos associados ao Monte da Pena*

## ***Mons Petrosino***

**Localização:** Perosinho, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** -

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1131

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons Petrosino* – 1

**Documentos:**

BF – 115.

Do *Mons Petrosino* possuímos apenas uma referência muito tardia – 1131 (BF 115). Dada a sua designação é natural que a sua localização seja na atual freguesia de Perosinho, que se localiza muito próxima de Pedroso, onde talvez tenha existido o Castro de Perosinho. É curioso observar que as designações nos oferecem pistas relativamente à dimensão de cada uma das estruturas, uma vez que a palavra Pedroso e Perosinho partilham a mesma raiz – pedra. *Petroso* apresenta-se como uma estrutura maior, enquanto *Petrosino* possui o diminutivo que sugere a sua dimensão mais modesta.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Taraquela</i>	Tarouquela, Vilar do Paraíso, Gaia	BF 115, de 1131

*Tabela 21 - Topónimo associado ao Mons Petrosino*

## ***Monte Pascales***

**Localização:** Grijó, Vila Nova de Gaia

**Coordenadas Geográficas:** -

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1129

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Pascales* – 1

**Documentos:**

BF – 298.

Do *Monte Pascales* conhecemos igualmente apenas uma referência tardia, do ano 1129 (BF 298). Este único documento reporta-se à *villa Morroceses* (Murracezes, Grijó, Vila Nova de Gaia). Talvez por este motivo Carlos Alberto Ferreira de Almeida tenha sugerido a sua localização em Grijó (Almeida, 1978, p. 41).

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Morroceses</i>	Murracezes, Grijó, Gaia	BF 298, de 1129

*Tabela 22 - Topónimo associado ao Monte Pascales*

## ***Monte Longara***

**Localização:** Não localizado

**Coordenadas Geográficas:** -

**Altitude:** -

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1125

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Longara* – 1

**Documentos:**

BF – 219.

Do *Monte Longara* possuímos apenas uma menção, tardia, do ano 1125 (BF 219). Este único documento diz-nos o seguinte: «...*de hereditate nostra propria, una marina, que habemus de parante meo, discurrente ribulo Ovar, subtus monte Longara.*» O facto de se reportar a uma marina de sal e de ainda nos dizer que se situava no curso do *ribulo Ovar* faz-nos crer que este *monte* se situava em Ovar. Contudo, não conseguimos localizar nenhum topónimo ou micro-topónimo que nos remetesse para este *monte*. Por outro lado, e à semelhança de todos os que possuem tão escassos documentos, não podemos assegurar que se tratasse de uma estrutura fortificada.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Longara</i>	Longara, Ovar	BF 219, de 1125

*Tabela 23 - Topónimo associado ao Monte Longara*

## ***Monte Cortellos***

**Localização: -**

**Coordenadas Geográficas: -**

**Altitude: -**

**Nº de documentos: 1**

**1ª Referência: 1131**

**Última Referência: -**

**Nº de localidades: 1**

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Cortellos* – 1

**Documentos:**

**BF – 204.**

Do *Monte Cortellos* conhecemos apenas um documento que se reporta à *villa Casal* (em Rio Meão, Feira) (BF 204), datado de 1131. Esta referência singular e tardia coloca-nos dúvidas quanto à existência de uma estrutura defensiva. Por se reportar a uma localidade de Rio Meão, o *monte* poderá estar situado nessa freguesia do concelho da Feira.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Casal</i>	Casal, Rio Meão, Feira	BF 204, de 1131

*Tabela 24 - Topónimo associado ao Monte Cortellos*

## ***Monte Carboneiro***

**Localização:** Lugar de Agoncida, Mosteiró, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 40° 53' 42.03" N – 8° 32' 11.47" W

**Altitude:** 170 m

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1123

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Carboneiro* – 1

**Documentos:**

BF – 287.

Do *Monte Carboneiro* conhecemos uma referência que remonta a 1123. O único diploma que possuímos reporta à *villa Guncida* (Agoncida, Mosteiró, Feira). Daí que Carlos Alberto Ferreira de Almeida tenha sugerido a sua localização nesse lugar.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Guncida</i>	Agoncida, Mosteiró, Feira	BF 287, de 1123

*Tabela 25 - Topónimo associado ao Monte Carboneiro*



## **Monte Alto**

**Localização:** Monte Outeiro, Rio Meão, Feira.

**Coordenadas Geográficas:** 40° 57' 29.44 N – 8° 35' 45.55" W

**Altitude:** 104 m

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1129

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Monte Altu* – 1

**Documentos:**

BF – 200.

A localização deste *Monte* é-nos dada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida que nos indica que este se situa em Rio Meão, dizendo que «só poderá ser o atual Monte Outeiro» (1978, p. 39). O único documento que possuímos deste *monte* remonta a 1129 (BF 200) e nele está reportada a *villa Kasal* (na freguesia de Rio Meão, Feira).

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Kasal</i>	Rio Meão, Feira	BF 200, de 1129

*Tabela 26 - Topónimo associado ao Monte Alto*

## ***Mons Acutus***

**Localização:** Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia.

**Coordenadas Geográficas:**

**Altitude:** 110 m

**Nº de documentos:** 1

**1ª Referência:** 1138

**Última Referência:** -

**Nº de localidades:** 1

**Expressões Utilizadas:**

*Subtus Mons Acutus* - 1

**Documentos:**

BF – 57.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugere a localização deste monte em «Valadares, Gaia, (...) poderá localizar-se no lugar de S. Caetano» (1978, p. 38). Por lapso, localizou S. Caetano na freguesia de Valadares, quando São Caetano pertence a Vilar do Paraíso. Contudo, seguimos a sua sugestão apesar de esta localidade se encontrar a menos de 1 km do *Monte Serpente*.

O único diploma que possuímos data de 1138, data muito tardia, o que, somando à escassez documental e tendo em conta a situação demasiado próximo do *Monte Serpente*, nos levanta dúvidas se este monte corresponderia efetivamente a uma estrutura defensiva.

#	Topónimo medieval	Lugar, Freg., Conc.	Fonte
1	<i>Villa Valadares</i>	Valadares, Gaia	BF 57, de 1138

*Tabela 27 - Topónimo associado ao Monte Acutus*

## Considerações finais

Concluída a demonstração dos dados há algumas questões a refletir. A primeira questão é relativa às povoações que se encontram na dependência de duas ou mais estruturas. Esta problemática parece-nos ter sido muito desvalorizada e pouco abordada ao longo dos anos: apenas neste presente ano Mário Barroca alertou para esta questão no seu estudo *Prope Litore Maris* (2016, no prelo).

No nosso estudo, são múltiplos os casos em que isto se sucede, como pode ser observado no capítulo relativo aos dados recolhidos da análise documental. Só para citar alguns exemplos atentemos nas seguintes *villae*:

A *villa Ecclesiole* (Grijó) tanto surge sob a alçada do *Castro Petroso* (922-1093), como do *Monte Saitela* (922-1117) ou do *Monte Auturelo* (1117-1157). É curioso observar que a última data relativa à *villa* e ao *Monte Saitela* seja depois a data inicial que achamos sob alçada do *Monte Auturelo*.

A *villa Tarauquela* (antigo couto de Tarouquela, de que hoje só restam as “Alminhas de Tarouquela”, Vilar do Paraíso) surge-nos tanto sob alçada do *Monte Serpente* (1079-1149), como do *Monte Grande* (1111-1155) ou até mesmo do *Mons Petrosino* (1131), apesar deste último se reportar a uma referência isolada.

A *villa Cerzedo* (Serzedo) ora surge sob dependência do *Castro Petroso* (984-1097), ora sob o *Monte Auturelo* (1157).

A *villa Valadares* (Valadares) tanto surge na alçada do *Monte Grande* (1111), como na alçada do *Castro Petroso* (1129) ou até do *Mons Acutus* (1138).

A *villa Guncida* (Agoncida) é reportada tanto sob o *Monte Carboneiro* (1123) como sob o *Castro Recarei* (1126-1159).

A *villa Eldiriz* (Aldriz) é tanto referida sob dependência do *Monte Saxum Album* (1086-1126), como é referida sob o *Monte Auturelo* (109?-1122).

A *villa Dragoncelli* (Argoncilhe) é reportada tanto ao *Monte de Pena* (1091-1100), como ao *Monte Saxo Albo* (1102-1123) ou ao *Monte Auturelo* (1123-1155).

A *villa Brito* (Brito, São Félix da Marinha), tanto surge mencionada sob alçada do *Castro Petroso* (1112-1156) como sob alçada do *Monte Auturelo* (1139), sendo esta última uma referência isolada.

A *villa Casal de Docio* (hoje Rua Casal Dócio, Milheirós de Poiares) é mencionada tanto sob dependência do *Monte Parata Lovaze* (1125) como sob o *Monte Cudal* (1148).

A *villa Nogueira* (Nogueira da Regedoura) é reportada sob dependência tanto do *Monte Sagittella* (1086-1133), como do *Castro Petroso* (1092-1099) ou até do *Monte Auturelo* (1122-1161).

Estes são alguns exemplos de uma lista que poderíamos prolongar. Mário Barroca (2016) sublinha várias questões pertinentes relativas a esta problemática: poderão estes casos demonstrar-nos uma fase de afirmação de territórios castelares, que disputariam estas póvoas? Ou podem estes exemplos refletir processos de expansão territorial de espaços que procurariam dilatar a sua área de influência? Ou, por último, podem ser o resultado de imprecisões dos notários por desconhecimento da geografia dos locais? Note-se que, nos casos que aqui apresentamos, grande parte das póvoas que surgem associadas a mais do que uma estrutura, está relacionada a elas no mesmo período cronológico, colocando assim de parte a hipótese de transferência da alçada para um segundo *monte* por inatividade do primeiro. De igual modo, em grande parte dos casos, as estruturas que partilham uma mesma localidade encontram-se geograficamente perto umas das outras, o que pode indiciar uma certa tentativa de expansão territorial e de domínio da área de influência das estruturas.

Observamos também casos em que uma localidade é referida sob alçada de duas estruturas num mesmo documento. Este caso é visível por exemplo no BF 130, de 922 que reporta a fundação do mosteiro na *villa Eglesiola* (Grijó), o qual se encontra «*inter mons Petroso et Sagitella*». Não sabemos precisar se este indicador *inter* nos designa uma hierarquização das estruturas face a uma localidade, até porque neste caso Grijó localiza-se efetivamente entre Pedroso e Saitela. Contudo, nos anos seguintes, temos referências à *villa* de Grijó ora sob alçada do *Castro Petroso* ora sob o *Monte Sagitela* e não será de estranhar a dependência de duas estruturas, até pela natureza eclesiástica de Grijó.

Outro exemplo que espelha esta situação está reportado no documento 429 do *Livro Preto*, datado de 1097, em que a *villa Ollarios* (Leirós, Pedroso) se encontra «*inter*

*montem Saxum Album et castrum Petrosum*». No entanto, neste caso, Leirós - localidade da freguesia de Pedroso - encontra-se substancialmente mais perto do *Castro Petroso* do que de Seixo Alvo. Outro exemplo, envolvendo estas duas estruturas, é visível no documento 50 do *Livro Preto*, datado igualmente de 1097, que menciona a *villa Lavatores* (Lavadores, Olival) como «*subtus monte Saxo albo (...) propre castrum Petrosum*». Este caso é mais curioso, uma vez que Lavadores se situa a cerca de 2,6 km em linha reta do Castro Pedroso e a cerca de 2,20 km do Monte Seixo Alvo. Algumas vezes assumimos que a designação *propre* tem uma conotação de proximidade o que neste caso não faz muito sentido visto que Lavadores se encontra mais perto de Seixo Alvo que do Castro Pedroso, o que poderá indiciar – como sublinhou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978) – uma hierarquização de estruturas. Esta relação entre estas duas estruturas repete-se, por exemplo, no PHM, DC 849, no LP 509 ou no PMH, DC 855, todas menções de 1097. Um exemplo ainda mais claro consta no documento 292 de 1108 dos *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. Este diploma reporta-se à *villa Vilar* – Vilar de Andorinho – como estando «*subtus montem castrum Petroso et Montem Grande*». Vilar de Andorinho situa-se junto ao *Monte Grande*, hoje conhecido como Monte da Virgem, enquanto em linha reta se encontra praticamente a 5 km do *Castro Petroso*. Posto isto, só podemos imaginar que esta situação nos indique a dependência de uma localidade face a duas estruturas, muito provavelmente hierarquizadas entre si. Para terminar esta questão, damos o último exemplo relativo à *villa Dragonselli* (Argoncilhe) que se encontra «*subtus mons Sexo Albo et monte Autorello*» (DMP, DP 386, de 1123). Este caso é muito semelhante ao da *villa Vilar*, uma vez que Argoncilhe se situa claramente muito mais próximo do *Monte Autorelo* (sensivelmente a 1 km) enquanto se encontra a cerca de 4 km de Seixo Alvo. Estes exemplos demonstram que possuímos várias realidades: póvoas que são relacionadas com uma estrutura, de forma constante e estável ao longo do tempo; póvoas que são relacionadas com várias estruturas, mas em cronologias díspares que não se cruzam; e por fim, póvoas que se encontram sob alçada de múltiplas estruturas numa mesma cronologia. De acordo com Mário Barroca, esta multiplicidade de estruturas face a uma povoação «desaparece quando a estrutura territorial se encontra definitivamente organizada e quando o número de terras e seus nomes se aproximam da imagem que nos transmitem as inquirições de 1220» (Barroca, 1990-91, p. 119).

Se atentarmos à Figura 3, podemos observar que as estruturas mencionadas não são colocadas ao acaso. Nota-se que estas se encontram maioritariamente junto às principais vias e espalhadas de forma até mesmo regular formando dois núcleos no seu conjunto: se atentarmos à Figura 1 e à Figura 6, que dizem respeito à *Civitas* de Santa Maria encabeçada pelo seu castelo e ao Monte Murado ou *Castro Petroso*, respetivamente – que são as estruturas com mais referências documentais – verificamos que destas duas estruturas conseguimos um alcance visual para praticamente todas as outras. Este aspeto não será de admirar uma vez que como já referimos, as *civitates* eram territórios amplos, incapazes de, com apenas uma estrutura, organizar, defender e manter uma povoação. Daí a necessidade de um crescimento de estruturas em volta deste primeiro núcleo. Em segundo lugar, o *Castro Petroso*, que tinha sob sua alçada 45 póvoas, por se relacionar diretamente com o Mosteiro de Pedroso e de Grijó, parece formar um segundo núcleo em seu redor. Além disto, observamos igualmente a proximidade a cursos de água e à costa marítima, esta última responsável pela célebre expressão *propre litore maris* que surge em grande parte dos diplomas.

De realçar também as referências a *subtus monte* com primeira referência no século XII. No nosso trabalho detetamos dez casos: *Monte Grande*, *Monte Quoto*, *Castro Aquilino*, *Mons Petrosino*, *Monte Pascales*, *Monte Longara*, *Monte Cortellos*, *Monte Carboneiro*, *Monte Alto* e *Mons Acutus*. Este número é significativamente maior que o encontrado, por exemplo, no trabalho de Mário Barroca referente ao território diocesano portugalense a norte do Douro (2016), onde apenas o *Monte Altum/Castrum Mau* conhece a sua primeira referência no século XII. Por outro lado, e coincidindo com o observado por Mário Barroca no trabalho referido, também a Sul do Douro a grande parte das estruturas desaparece no século XII. Muitos destes *montes* que enumerámos devido à sua escassez documental e época tardia levam-nos a duvidar se se tratariam efetivamente de estruturas defensivas.

Não podemos deixar de realçar, uma vez mais, os obstáculos e lacunas que se colocam na realização de trabalhos desta temática. Além do laconismo documental que já abordamos anteriormente, temos de ter igualmente em conta um outro obstáculo não menos complicado: o crescimento urbano das cidades. Além das escassas escavações ou estudos sobre esta temática ou até mesmo deste período cronológico, defrontamo-nos com



uma paisagem modificada inclusivamente a nível topográfico (recordemos o caso do Castro Aquilino, que hoje é uma pedreira). O rápido crescimento urbano das cidades ditou a perda de informação geográfica, topográfica e até toponímica. Os planos de visibilidade são também muito distintos pois na paisagem proliferam prédios, casas e árvores. Daí a importância da elaboração dos mapas de visibilidade, que nos permitem ter uma visão muito distinta daquela que encontramos no terreno, no qual não conseguimos ter um verdadeiro alcance devido à existência de construções ou outras intervenções humanas. Recordemos, ainda, como referimos anteriormente, que ao longo deste trabalho abordámos estruturas muito incipientes, que não perduraram até aos nossos dias. Seguramente que grande parte destas estruturas se socorria de materiais perecíveis, como a madeira. Em Crestuma, onde existiu um primitivo castro, temos esse exemplo. Aí podemos observar inúmeras depressões na rocha, de origem antrópica – os chamados “buracos de poste” –, que sugerem que neles se implantariam vigas e estruturas em madeira. Assim sendo, é natural que a prospeção realizada não tenha resultado na recolha de grandes elementos materiais.

Para terminar, estes obstáculos dificultaram-nos a localização de certas estruturas que foram cartografadas a partir da leitura documental, da toponímia e da topografia dos locais. A partir da leitura dos mapas realizados podemos observar que esta mancha territorial, maioritariamente voltada para a costa marítima, se apoiaria em diversas estruturas, as quais poderiam disputar entre si póvoas ou até mesmo apoiarem-se umas nas outras, uma vez que existe alcance visual recíproco. Aos poucos, a partir da conquista de Coimbra, e com o dilatar das fronteiras conquistadas pelo mundo cristão, estas estruturas foram paulatinamente desaparecendo, dando depois lugar às *Terras* encabeçadas por um único castelo. Encerrava-se, assim, uma época onde a paisagem rural era “uma paisagem com castelos”.

## Fontes, Cartografia e Bibliografia

### Fontes documentais:

BF = Durand, Robert (1971) - *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*. Paris.  
Fundação Calouste Gulbenkian

DMP, DP (3) = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III, A.D. 1101-1115, organização de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940

DMP, DP (4) = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. IV, A.D. 1116-1123, organização de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980

DMP, DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, *Documentos dos condes portucalenses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185*, organização de Rui Pinto de Azevedo, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-1962

LP = *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. de Avelino de Jesus da Costa, Manuel Augusto Rodrigues e Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999

PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1867-1873

### Cartografia:

Instituto Geográfico do Exército (1998), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 133 – Valadares, V.N. Gaia*, 4ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (1998), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 134 – Lever, V.N. Gaia*, 4ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (1998), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 143 – Espinho*, 4ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (1998), *Carta Militar de Portugal – 1: 25 000, Série M888, Folha 164 – Oliveira de Azeméis*, 3ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (1998), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 153 – Ovar*, 4ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (2000), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 154 – S. João da Madeira*, 3ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (2012), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 144 – Canedo (Feira)*, 4ª Edição

Instituto Geográfico do Exército (2013), *Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Série M888, Folha 122 – Porto*, 4ª Edição

## **Estudos:**

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1978) - *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho – desde as origens a 1220*. Diss. Complementar de doutoramento. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1988) - *Arte da Alta Idade Média*, vol. 2, História da Arte em Portugal, Lisboa, Edições Alfa

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1989) - Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Edições Alfa, Lisboa, pp. 38-54

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1992) - Castelos Medievais do Noroeste de Portugal. *Finis Terrae, Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, pp. 371-385

Azevedo, Rui de (1973) - A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas Normandos à Galiza em 1015-1016, *Revista Portuguesa de História*, vol. XIV, Coimbra, pp. 73-93

Arce, John (1998) – Introduction, «*L'incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone* (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994), Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, p. 1

- Barrau-Dihigo, Lucien (1989) - *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*, Gijón, Silverio Cañada Editor
- Barroca, Mário Jorge (1990/91) - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *Portugália*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto pp. 89-136
- Barroca, Mário Jorge (1997) - Castelos Medievais Portugueses – Origens e Evolução (Séc. IX-XIV). Alicante, *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Actas das Jornadas da XIV Assembleia Geral da Sociedade Espanhola de Estudos Medievais, pp. 13-30
- Barroca, Mário Jorge (2003) - Uma Paisagem com Castelos. Porto, Mesa Redonda de Primavera, 7, *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Porto e Coimbra: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos, pp. 173-182
- Barroca, Mário Jorge (2004) - Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). Porto. *Portugália*, Nova Série, vol. XXV, pp. 181-203
- Barroca, Mário Jorge (2016) - *Prope Litore Maris*: O sistema defensivo da Diocese do Porto (Séc. IX a XIII), *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Atas do congresso, Porto, no prelo
- Barroca, Mário Jorge; Duarte, Luís Miguel; Monteiro, João Gouveia (2003) - *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores
- Bastos, José Manuel (2009) – Conhecimento Físico, *Atlas de Santa Maria da Feira: 35 anos de Caminho, da Democracia à União Europeia, um Tempo de Excelência*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pp. 56-97
- Bonassie, Pierre *et al.* (1984) - *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo: siglos X-XIII*. Barcelona. Editorial Crítica
- Costa, Francisco Barbosa da (1980) - *S. João Baptista de Canelas: notas monográficas*, Canelas, Paróquia de Canelas

- Costa, Francisco Barbosa da (1983) - *Memórias Paroquiais*. Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia – Câmara Municipal de V. N. de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (1986) - *Visitações de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia. Rocha-Artes Gráficas
- Costa, Francisco Barbosa da (1992) - *S. João Baptista de Canelas: uma comunidade rural das terras de Santa Maria: estudo demográfico 1588-1808*. Vila Nova de Gaia. Afons'eiro
- Costa, Francisco Barbosa da (2000) - *Notícia Histórica da Freguesia de S. Mamede de Serzedo, a propósito do milenário da sua igreja*. Vila Nova de Gaia. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (2000) - *Notícia Histórica da Freguesia de S. Salvador de Perosinho*. Vila Nova de Gaia. Câmara Municipal de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (2000) - *S. Félix da Marinha: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (2001) - *S. Pedro de Sermonde: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia. Câmara Municipal de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (2001) - *Santa Maria de Olival: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Costa, Francisco Barbosa da (2003) - *S. Pedro da Afurada: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia. Gailivro
- Costa, Francisco Barbosa da; Costa, Paulo (2013) - *São Salvador de Vilar de Andorinho: notas monográficas. Vilar de Andorinho*. Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho
- Estepa Diaz, Carlos (1978) - La vida Urbana en el Norte de La Peninsula Iberica en los Siglos VIII y IX. El Significado de los términos «Civitates» y «Castra», *Hispania*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, pp. 139-257
- Frez, Isla (1998) - Aspectos de la organización del espácio en Galicia: El Alto Tambre, siglos IX-XI, «*L'incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone* (26-27

*Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 57-70

Guimarães, Joaquim António Gonçalves; Afonso, José António; Prata, Raúl Solla (1983) - *O foral de Gaia de 1255*. Vila Nova de Gaia. Gabinete de História e Arqueologia – Câmara Municipal de V.N. Gaia

Guimarães, Joaquim António Gonçalves (1983) - Problemática Toponímica na Constituição do Concelho de Gaia., *Gaya*, vol. 1, Câmara Municipal V.N. Gaia, pp. 31-40

Guimarães, Joaquim António Gonçalves (1995) - *Gaia e Vila Nova na Idade Média: arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto. Universidade Portucalense

Gutierrez González, José Avelino (1989) - Sistemas Defensivos y de Repoblación en el Reino de León, *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, vol. I, Ponências, Oviedo, pp. 169-191

Gutierrez González, José Avelino (1995) - *Fortificaciones y Feudalismo en el origen y formacion del Reino Leones (Sigos IX-XIII)*, dissertação de doutoramento, Valladolid, Universidad de Valladolid

Ladeira, Fernando *et al.* (2013) – *Plano Director Municipal do Município de Oliveira de Azeméis*, Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Lima, António (1993) - *Castelos Medievais no Curso Terminal do Douro (Séc. IX a XII*, diss. de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Lourie, Elena (1966) - A Society Organized for War: Medieval Spain. *Past and Present*, No. 35, Oxford University Press, pp. 54-76

Mantas, Vasco (2012) – As vias romanas da Lusitânia, *Studia Lusitana*, vol. 7, Museo Nacional de Arte Romano

Marques, André Oliveira (2008) – *O casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro e Lima (906-1200)*, Noia



- Marques, Maria Clara (1993) – *Monografia de Vale de Cambra*, Vale de Cambra, Câmara Municipal de Vale de Cambra
- Matos, Armando de (1937) - *As estradas romanas no concelho de Gaia*. Vila Nova de Gaia. Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia
- Mattoso, José (1992) - *História de Portugal*, vol. I. Lisboa. Círculo de Leitores
- Mattoso, José, *et al.* (1989) - *O Castelo e a Feira – A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa. Editorial Estampa
- Mattoso, José, *et al.* (1993) - *A terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*. Santa Maria da Feira. Comissão de Vigilância do Castelo
- Mínguez, José (1998) - El *Incastelamento*, veinte años después, «*L’incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 7-12
- Moreira, Domingos (1987) – *Freguesias da Diocese do Porto: elementos Onomásticos Altí-Medievais: O Concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de V.N. Gaia
- Oliveira Marques, António Henrique, *et al.* (1993) - Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”. *Nova História de Portugal*. Lisboa. Editorial Presença
- Pastor, Reyna (1998) - Problemas Casi Nuevos. L’«*Incastellamento*» en sociedades «no feudales» del Mediterraneo Occidental, «*L’incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 317-331
- Pinto, Eduardo Vera Cruz (2005-2007) - *Terra de Santa Maria: terra-mãe do primeiro Portugal*. Santa Maria da Feira. Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira
- PDM Ovar (2003) - Relatório do Suporte Físico, *Plano Director Municipal de Ovar*, Município de Ovar
- Poly, Jean-Pierre (1983) - *El cambio feudal: siglos X-XII*. Barcelona. Editorial Labor

- Sánchez Albornoz, Cláudio (1966) – *Despoblacion e Repoblacion del valle del Duero*, Universidad de Buenos Aires, Instituto de Historia de España
- Sénac, Philippe (1998) - Châteaux et Peuplement en Aragon du VIII au XI siècle, «*L'incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 123-140
- Silva, Armando Coelho Ferreira da (1983) – *As tesserae hospitales* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V.N. Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga, *Gaya*, vol. 1, Câmara Municipal de V.N. Gaia, pp. 9-26
- Silva, Armando Coelho Ferreira da (1984) – Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, vol. 2, Câmara Municipal de V.N. Gaia, pp. 39-58
- Silva, Vilma; Graça, Paula (2006) – Relatório 2.6 Caracterização biofísica, *Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia*, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Sousa, Arlindo de (s/d) – *O Concelho da Feira, história etnográfica, arte e paisagem*, Espinho, Tipografia Espinhense
- Teixeira, Ricardo (1996) - *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Toubert, Pierre (1973) - *Les structures du Latium medieval. Le Latium méridional et la Sabine du IX<sup>e</sup> siècle à la fin du XII<sup>e</sup> siècle*, Roma, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome
- Toubert, Pierre (1998) - L'incastellamento aujourd'hui: quelques reflexiones en marge de deux colloques, «*L'incastellamento*» *Actes des rencontres de gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma, École Française de Rome & Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. XI-XVIII